

# A Defesa Nacional

---



Neste número :

- **A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE**  
Celso Furtado
- **O desgaste do Exército perante a opinião pública**  
Ten-Cel Octávio Costa
- **Urge um programa atualizado para o Exército**  
Ten-Cel Leônidas Gonçalves
- **Operações fluviais no teatro de operações amazônico**  
Maj Moraes Rêgo

# COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

### DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira

Diretor-Secretário : Major José de Sá Martins

Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

### CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

### CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1962)

### MEMBROS EFETIVOS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga

Major Ivan de Souza Mendes

Major Luiz de Alencar Araripe

### SUPLENTE

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello,

Major Eduardo Nobrega

Major José Murilo Beuren Ramalho

## NORMAS SÔBRE COLABORAÇÕES

- 1) Os trabalhos devem ser datilografados em um só lado de papel, espaço duplo, e assinados.
- 2) Os gráficos, croquis e outros desenhos que devam acompanhar o texto devem ser feitos a tinta nanquim e conter indicações que os identifiquem com aquêles.
- 3) As traduções e quaisquer trabalhos baseados em outras publicações devem indicar as fontes de onde foram extraídos, bem como, quando fôr o caso, declaração de estar o colaborador autorizado ao aproveitamento dos mesmos.
- 4) A Revista não restitui originais de colaborações enviadas, quer sejam elas aproveitadas para publicação ou não. Também se exige de qualquer justificação sôbre o seu não aproveitamento.
- 5) Os artigos a serem publicados por partes, em diferentes números da Revista, só terão suas publicações iniciadas depois de estarem completos em poder da Redação.
- 8) As colaborações devem ser enviadas ao Diretor-Secretário.

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano  
XLIX

Rio de Janeiro, GB — Maio/Junho de 1962

Números  
574-575

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

## PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil ..... Cr\$ 240,00

(Desconto em fôlha autorizado).

Exterior ..... Cr\$ 720,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês ..... Cr\$ 50,00

Atrasado ..... Cr\$ 70,00

## ENDERÊÇO

Ministério da Guerra

(Ala R. Visc. da Gávea, 3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)

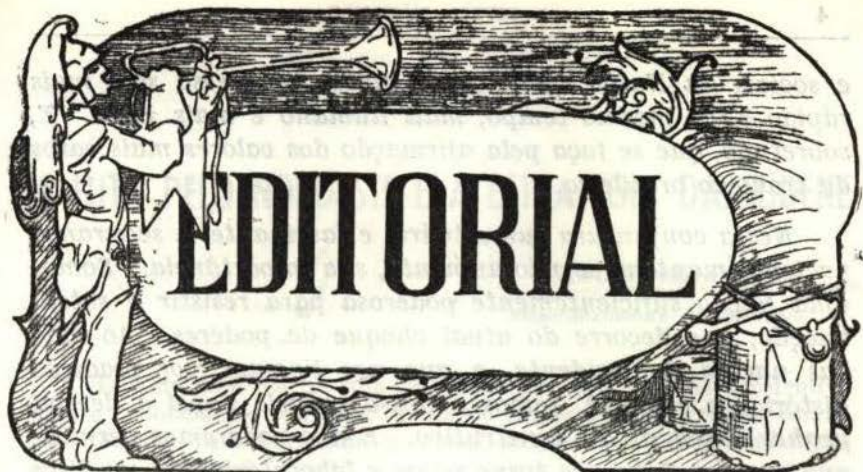
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB

Brasil

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  | Págs. |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Editorial .....                                                                                                  | 3     |
| A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE — Celso Furtado .....                                              | 5     |
| O desgaste do Exército perante a opinião pública — Ten-Cel Octávio Pereira da Costa .....                        | 11    |
| Urge um programa atualizado para o Exército — Ten-Cel Leônidas Pires Gonçalves .....                             | 17    |
| Oficiais — Política — Ideologia — Maj Alvaro Galvão Pereira ....                                                 | 25    |
| Segurança e defesa — Ten-Cel Alberto de A. Cardoso .....                                                         | 31    |
| Operações fluviais no teatro de operações amazônico — Major Gustavo Moraes Rego Reis ...                         | 37    |
| O sentido militar da transferência da capital — Ten-Cel Carlos Ramos de Alencar .....                            | 47    |
| Rio Branco e as Forças Armadas — Ten-Cel Carlos de Meira Mattos .....                                            | 51    |
| O Oriente-Médio — Estudo sumário do seu significado na conjuntura internacional — Major José de Sá Martins ..... | 55    |
| Aspectos gerais do Sistema Colonial Espanhol — Gen R/1 Flamarion Barreto .....                                   | 65    |
| Amizade Chileno-Brasileira — Coronel Waldo Brucher Encina (Ex. do Chile) .....                                   | 85    |
| Rigidez da trajetória — Ten. A. Machado de Paiva .....                                                           | 89    |



*Registrando a passagem de mais um aniversário de Tuiuti, Riachuelo e do término na Europa da 2ª Guerra Mundial, A DEFESA NACIONAL consigna neste Editorial as suas homenagens e o seu reconhecimento a todos aqueles que lutaram pela nossa Pátria.*

*Mais do que palavras, a rememoração daqueles eventos impõe às gerações de hoje um instante de meditação.*

*Ao longo da nossa História, as Fôrças Armadas têm cumprido sua missão na preservação da integridade territorial e da unidade espiritual do País. E, dia a dia, o trabalho dos brasileiros, nos campos e nas fábricas, vem aumentando em ritmo surpreendente o patrimônio nacional. O Brasil de hoje é uma Nação próspera, em plena ascensão econômica, com responsabilidades internacionais definidas e um prestígio crescente:*

*Não obstante, êsse progresso não tem sido fácil. No largo panorama do nosso desenvolvimento há deficiências e contradições que têm desafiado a ação empreendedora das gerações. Superá-las, é a grande tarefa do presente, exigindo trabalho, perseverança e espírito público.*

*Nunca se falou tanto em reformas no Brasil. Já vem atingindo a consciência das massas a percepção da imperiosa e urgente necessidade de modernizar as estruturas econômicas*

e sociais da Nação, para que o nosso progresso seja mais rápido e, ao mesmo tempo, mais humano e mais justo. E, sobretudo, que se faça pela afirmação dos valores mais caros da tradição brasileira.

Nesta conjuntura tumultuária e fascinante, a segurança nacional mantém, se não aumenta, sua importância. Somos uma Nação suficientemente poderosa para resistir à satelitização, que decorre do atual choque de poderes. Ao lado das nações do Ocidente, a que nos ligamos por tradição histórica e cultural, temos o nosso próprio papel a desempenhar, afirmativo e construtivo. E não poderemos permitir que a nossa Pátria se torne palco e laboratório dos conflitos ideológicos do mundo moderno.

A tarefa de garantir a segurança nacional, embora caiba a toda a Nação, é, em particular e primordialmente, de responsabilidade de suas Forças Armadas. E, para isso, temos também que acompanhar os tempos, realizando as reformas de nossa estrutura militar exigidas pelo quadro estratégico mundial, sem fugir aos imperativos do nosso desenvolvimento econômico e do nosso progresso social.

Com essas considerações esta Revista manifesta uma esperança — no que depender dos Chefes Militares êsses problemas terão solução. Isso porque, desde os seus dias de juventude, têm sido êles batalhadores de primeira linha pelo aperfeiçoamento das Forças Armadas e, certamente, não desmerecerão êsse passado de lutas, do qual páginas desta Revista, de alguns anos atrás, são eloquentes testemunhas.



# A LUTA PELO NORDESTE E A ESTRATÉGIA DA SUDENE

CELSO FURTADO,

Superintendente da SUDENE.

Não é de hoje que se luta no Brasil por uma solução construtiva para o problema do Nordeste. Ainda no Império foram criadas comissões técnicas para enfrentar as crises sociais decorrentes das então chamadas "sêcas do Ceará", e os primeiros grandes açudes públicos tiveram sua construção iniciada no século passado. Pode-se afirmar que, nos três últimos quartos de século, o Nordeste tem constituído uma preocupação constante para os homens de govêrno dêste país, e também que, tão antigo quanto essa preocupação, tem sido o descrédito que existe na região com respeito à capacidade do govêrno para enfrentar o problema.

A criação da Inspetoria de Sêcas, em 1909, resultou ser um ato de grande alcance, mas teve como causa imediata o desejo de tranqüilizar a opinião pública, que já então se impacientara com a sucessão de relatórios e de promessas logo esquecidas. Coube a um homem da mais alta categoria intelectual e moral, o engenheiro de minas Arrojado Lisboa, elaborar o primeiro plano de ação da Inspetoria e dirigi-la durante os seus primeiros três anos de atividade. Combinando um conjunto de obras de curto prazo com programa sistemático de levantamento dos recursos naturais da região, Arrojado Lisboa lançou as bases de uma obra de extraordinário alcance, cujos frutos melhores seriam colhidos no govêrno Epitácio Pessoa. As duas grandes épocas da Inspetoria de Sêcas, nessa primeira fase — a de realização do importante programa de estudos básicos e a de execução do grande conjunto de obras — são também os dois períodos da administração Arrojado Lisboa. Temos aí o caso de um técnico, que soube apreender em tôda sua extensão o complexo problema nordestino. O trabalho sistemático que empreendeu iguala-se, em padrão técnico, aos melhores de sua época em qualquer país. Uma segunda fase não menos fecunda para a Inspetoria de Sêcas, abre-se após a Revolução de 1930, sob o impulso vigoroso que lhe dá José Américo de Almeida, em sua primeira passagem pelo Ministério de Viação. Nessa segunda fase, os horizontes ainda são mais amplos, pois aos trabalhos da engenharia vêm somar-se os da agronomia. Coube a técnico de grande valor, o agrônomo José Augusto Trindade, e ao seu continuador, Guimarães Duque, filho da terra mineira, e hoje o mestre incontestado de todos nós que procuramos conhecer os problemas do Nordeste, desviar as

atenções dos boqueirões e das reprêas para a utilização da água em programas de irrigação; da miragem da erradicação das sêcas para a adaptação do homem ao meio, num quadro ecológico no qual as longas estiagens se integram necessariamente.

Quando analisamos retrospectivamente êsse meio século de esforço, do qual participaram homens sob todos os pontos de vista excepcionais, não podemos deixar de interrogar-nos por que razões os resultados alcançados foram tão pequenos. Porque não podemos fugir à realidade que aí está: não obstante êsse esforço, o Nordeste não encontrou o caminho do seu desenvolvimento. Pelo contrário, com a população cresceram a pobreza e a fragilidade social, transformando-se a região na mais vasta zona de miséria do Hemisfério Ocidental. Essas reflexões têm grande sentido de oportunidade, no momento presente, pois elas apontam inexoravelmente para a conclusão de que a principal razão do fracasso estêve em que faltou à ação técnica apoio no plano político, não somente no sentido de permitir a continuidade do trabalho, como também no de encaminhar as soluções de base exigidas, através de reformas institucionais, sem as quais o esforço e o entusiasmo logo se transformariam em gestos estêreis.

Ao iniciar o seu trabalho em 1909, Arrojado Lisboa percebeu que o esforço de mais imediata frutificação, no Nordeste, seria no setor hidrológico. Foi o que então se chamou a "solução hidráulica" para o problema das sêcas. Retendo, em pontos estratégicos, parte substancial das águas que correm torrencialmente na estação chuvosa pelo leito dos grandes rios secos, ter-se-ia dado passo fundamental para a solução de múltiplos problemas. Arrojado teve intuição das grandes dificuldades que teriam de ser enfrentadas para levar adiante um grande plano de utilização agrícola da água, fim último colimado. Imaginava êle, entretanto, que a existência de grandes quantidades de água represada tornaria tão óbvia a necessidade de sua plena utilização, que os demais obstáculos seriam facilmente removidos. Era como se a energia potencial da água represada atuasse como grupo de pressão incontível no plano político e social. Coube a José Augusto Trindade e a Guimarães Duque confrontar-se com êsses obstáculos que se interpunham entre a acumulação de água e sua transformação em força transformadora da agricultura. E o resultado dêsse confronto veio demonstrar que o grande engenheiro de minas fôra demasiado otimista ao assimilar à simplicidade de um modêlo de mecânica a arcaica estrutura político-social do Nordeste.

A irrigação não tem nenhuma tradição nas terras nordestinas. A economia dessa região não está organizada para a sêca, que é a exceção. Está tôda ela montada como se a sêca não existisse. O simples prolongamento do verão, ou atraso do inverno — como ocorreu êste ano na Bahia — acarreta sérios transtornos em razão da extrema fragilidade da economia regional. Levar adiante um plano de irrigação significa preparar um nôvo tipo de agricultor, que corresponde, na

indústria, a um pequeno empresário *double* de operário especializado. Mais ainda, significa desenvolver técnicas próprias, de acordo com os tipos de solos existentes e organizar um apoio técnico e financeiro ao agricultor sem o qual não poderá subsistir uma economia capitalizada como é a da irrigação. Esforço admirável nesse sentido foi feito pelo Serviço Agro-Industrial do DNOCS, graças principalmente a Guimarães Duque. Esse esforço, entretanto, malogrou-se porque não foram criadas as condições institucionais para que ele frutificasse. É que havia um problema mais amplo, que permeava todos os outros: o da estrutura agrária da região. As terras das bacias dos açudes estão em mãos de grandes proprietários, integrados em um sistema de vida de base principalmente pastoril, adversos a toda modificação fundamental nas formas de organização do trabalho que tenham projeções no plano social. Não é de admirar, portanto, que os projetos de irrigação com água dos grandes açudes não hajam passado de tímidos ensaios, cujo resultado prático, aliás, se limitou a permitir o maior enriquecimento de uns poucos grandes proprietários de terras. O resultado último do grande esforço de Arrojado Lisboa transformou-se assim em meia caricatura, sendo o Nordeste hoje, muito provavelmente, a região do mundo em que mais água foi acumulada pelo homem para evaporar-se, ou para não ser utilizada economicamente. Ao considerarmos esse meio século de trabalho, nas duras condições do Nordeste, concluímos, sem dificuldade, que os homens que estabeleceram as diretrizes técnicas fizeram o melhor que se podia haver feito em sua época. Foram as condições políticas que levaram esse esforço à frustração e à esterilidade. Nós, os dirigentes da SUDENE, refletimos detidamente sobre essa experiência antes de empreender a grande luta em que estamos empenhados, com o apoio de toda a opinião esclarecida do Sul do país. A nossa grande estratégia, fundada na análise da experiência daqueles que nos antecederam, assenta em três pontos. Dois deles dizem respeito à necessidade de abrir o horizonte contra o qual marchamos, a fim de comprometer de imediato todos os elementos que, de uma maneira ou outra pesarão nas decisões finais. O terceiro ponto diz respeito à necessidade de dar maior profundidade às forças que nos apóiam na retaguarda.

Em primeiro lugar, consideramos que é necessário abordar o problema do Nordeste como um problema de desenvolvimento, isto é, de um ponto de vista positivo e dinâmico. Devemos evitar dar excessiva ênfase a um aspecto negativo do complexo regional, como é o caso das secas. A estação chuvosa, em grande parte do Nordeste, é irregular de forma mais ou menos constante. Quando essa irregularidade passa de certos limites — digamos, quando ocorre uma quebra de 30 por cento na precipitação pluviométrica — temos uma seca. Tão raro quanto uma seca de grandes proporções é um inverno efetivamente regular. Em razão disso, o desenvolvimento econômico do Nordeste deverá assumir a forma de um duplo processo de elevação da produtividade e de adaptação progressiva às condições ecológicas regionais.



O desenvolvimento, em tese, constitui sempre um processo multiforme, de progressiva diferenciação e complementaridade entre as partes de um sistema econômico. Daí que uma política de desenvolvimento tenha que olhar simultaneamente em múltiplas direções, sem contudo perder a unidade de propósito. Esse princípio é particularmente verdadeiro no caso do Nordeste, pois ali o desenvolvimento não pode seguir linhas convencionais. *Pari passu* com o esforço de capitalização, deve realizar-se outro de adaptação ao meio, o que exige inclusive a criação de uma tecnologia própria. Estamos hoje totalmente convencidos de que para que o Nordeste alcance simplesmente o atual nível de renda do Centro-Sul do Brasil, isto é, para que triplique a renda *per capita* daquela região, será necessário que tenhamos um conhecimento dos solos tropicais muito mais completo do que o existente, hoje, dentro e fora do Brasil. Dispomos, no Nordeste, de três milhões de hectares de solos de tabuleiro, com adequada precipitação, próximos às zonas mais populosas, cujo aproveitamento ainda constitui uma incógnita. Entretanto, fôra possível utilizar essas terras e duplicaríamos a área cultivada na região sem necessidade de apelar para as zonas semi-áridas. Devemos partir do princípio de que no Nordeste existem abundantes recursos ainda não aproveitados e que esse não aproveitamento resulta não somente da falta de levantamentos sistemáticos, mas também de que as tecnologias disponíveis, criadas para distintas condições mesológicas, nem sempre têm eficácia naquela região. Observado do ângulo do desenvolvimento, o problema do Nordeste é talvez mais grave nas regiões úmidas do que nas semi-áridas. A ênfase no problema das secas dificultou esse exato diagnóstico. Entretanto, é nas regiões úmidas que a mortalidade infantil é mais elevada, que é mais curta a perspectiva de vida, que é mais miserável a dieta do trabalhador comum. Por outro lado, é nas regiões úmidas que os recursos de terra são flagrantemente subutilizados e é dela que emigram permanentemente capitais para as regiões ricas do Sul do país. E também é nessas regiões que estão concentradas duas tércas partes da população nordestina. Era, portanto, indispensável abordar em conjunto o problema nordestino: o desembrêgo nas regiões urbanas, a subutilização da terra nas regiões úmidas, a inadaptação ao meio nas zonas semi-áridas. E somente do ângulo do desenvolvimento econômico seria possível encontrar denominadores comuns a todos esses problemas, atacando simultaneamente em tôdas as frentes, sem, contudo, dispersar esforços.

O segundo ponto de nossa estratégia está intimamente ligado ao anterior: não seria possível solucionar o problema do Nordeste limitando as nossas preocupações ao setor público. Não devemos esquecer que grande parte dos investimentos são de responsabilidade do setor privado. E a análise estatística tem demonstrado que o Nordeste é uma região exportadora de capitais privados. O principal objetivo de uma política de desenvolvimento teria que ser, portanto, fixar na região os capitais que lá se formam, pois esses capitais se aplicam repro-

dutivamente, criando emprêgo permanente para a população. Limitar a promoção do desenvolvimento ao setor de obras públicas seria deixar de lado êsse importante fator dinâmico do processo de crescimento que é a ação empresarial. Êste fato, por si só, singularizaria a atuação da SUDENE como órgão de desenvolvimento regional: o haver combinado o planejamento das obras públicas, o estudo sistemático dos recursos naturais, o fomento à pesquisa tecnológica e a formação de pessoal técnico, isto é, o haver combinado a ação direta do govêrno com a administração das múltiplas formas de incentivo à iniciativa privada. Mais de cinqüenta projetos industriais aprovou a SUDENE nos últimos dois anos, que devem ser considerados como sua fase de instalação, o que permitiu ao Nordeste recuperar uma posição de liderança entre as regiões do país em que mais cresceu o investimento industrial nesse período. Temos cuidado, simultâneamente, da eletrificação e das indústrias que irão consumir energia, do estudo dos recursos naturais e das indústrias que processarão êsses recursos, do sistema de transportes e dos bens que irão circular. Sômente assim criaremos na região o clima de otimismo necessário à fixação dos capitais locais e à atração de capitais de regiões mais desenvolvidas. Os incentivos que vos referi, não se limitam à administração de favores previstos em lei. Consideramos conveniente estudar sistemáticamente os principais ramos industriais já existentes na região e assistir os empresários na definição de suas próprias necessidades. Por êste método, estamos treinando todo o pessoal especializado da indústria têxtil regional e pretendemos reequipar mais de sessenta fábricas nesse ramo, num período de dois anos.

Permiti que vos refira agora o terceiro ponto do que chamei a nossa grande estratégia. Trata-se da necessidade de manter estreitamente unidos a ação técnica e o comando político. Quando afirmamos que a SUDENE é um órgão estritamente técnico, queremos dizer que ela é independente de tôda injunção político-partidária. Mas não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político. O que singulariza a SUDENE é que nela a técnica e a política não estão isoladas em dois planos distintos. De seu Conselho Deliberativo participam governadores de nove Estados, autoridades essencialmente políticas. A autoridade do seu superintendente, que é também o dirigente do órgão, é delegada do Chefe do Executivo federal. Por essa forma, tratou-se de evitar o dualismo que no passado foi fatal para a autoridade técnica. Essa unidade do técnico e do político permitiu à SUDENE comunicar-se diretamente com a opinião pública. Não estando vinculada a qualquer ação partidária, os seus objetivos podem ser submetidos ao teste da discussão aberta. Como o debate em tôrno dos problemas do desenvolvimento não transborda dos critérios de racionalidade e tem um caráter educativo, a grande polêmica em tôrno da SUDENE contribuiu para formar uma consciência regional das dificuldades a enfrentar e da necessidade de exigir

seriedade e continuidade da ação governamental. Elevou-se, assim, o nível de toda a discussão política na região, conforme ficou demonstrado nas últimas eleições estaduais de governadores, que foram disputadas em torno de planos e políticas de desenvolvimento. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a SUDENE da opinião pública. Houvésemos conservados em círculos herméticos a análise dos problemas objetivos da região, isolando do povo aquilo que se convencionou chamar de "problemas técnicos", e permitindo que a discussão aberta se limitasse ao entrechoque de pontos de vista particulares de políticos locais, e teríamos apenas repetido o passado sem maiores possibilidades de sobrevivência. Essa reflexão fizemo-la desde o comêço, pois sabíamos que sem um grande apoio da opinião pública a SUDENE não se colocaria à altura da tarefa enorme que tem diante de si. Sabíamos, das lições do passado, que o desenvolvimento econômico do Nordeste exigirá reformas institucionais que somente poderão ser equacionadas e executadas por um órgão que goze de extraordinária autoridade na região, e que essa autoridade não poderá ser conservada à base de "slogans" e mitos. Era indispensável levar até o povo a discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis de período eleitoral, reconquistar-lhe a confiança nos homens responsáveis pela administração da coisa pública.

A experiência que vivemos no Nordeste nos últimos três anos, como técnicos totalmente desligados das articulações político-partidárias, encerra uma lição. Essa lição é que a ação do técnico não tem sentido se se exerce isoladamente. É como parte do esforço da coletividade para desenvolver-se que ela deve ser compreendida. Em outras palavras, a ação do técnico, em nossa geração, tem necessariamente uma dimensão social. O técnico não se sente realizado como cidadão e como homem se o seu esforço não alcança uma elevada eficácia social. Por outro lado, a comunidade exige do técnico que êle responda a êsse chamado, assuma a responsabilidade que lhe cabe nesta fase decisiva de reconstrução do país. Havendo tomado consciência dêste fato, o técnico já não pode ignorar os fins últimos da ação social dentro da qual se insere o seu esforço. Pelo contrário, deve participar na difinição dêsses fins, traduzindo-os em elementos de racionalidade. Desta forma, os homens de formação científica poderão contribuir decisivamente para que os objetivos do desenvolvimento econômico e social não sejam transformado em mitos. A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas poderemos evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros.

# O DESGASTE DO EXÉRCITO PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA

Ten-Cel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA  
Oficial de EM

Refêrem os jornais que o autor do recente atentado contra a vida do Comandante do II Exército teria declarado que decidira matar um general como um protesto contra a ordem social vigente no país, pois considera o Exército o principal culpado de todos os nossos erros e males.

Ainda mais recentemente, os estudantes de Recife deram à sua tradicional passeata de calouros o tema central de ataque ao Exército e às mais altas autoridades militares. Protestando contra a proibição a essas críticas e apoiando seus colegas pernambucanos, a direção da União Nacional dos Estudantes divulgou nota oficial, em que alude à ação repressiva do IV Exército, como "intervenção descarada de forças desqualificadas e reacionárias".

Estes dois fatos de extraordinária repercussão e de palpitante atualidade bastariam, por si sós, para caracterizar um estado de suma gravidade e para motivar uma pesquisa em profundidade, que defina com precisão o atual conceito do Exército na opinião pública, visando diagnosticar e remediar as causas de um possível desgasté.

No entanto, parece-nos ainda muito mais grave a situação, já que, diàriamente, encontramos nos inúmeros órgãos da imprensa do país, especialmente nos do Estado da Guanabara, os mais variados e candentes ataques a oficiais do Exército, aos militares em geral a até mesmo à própria instituição, parecendo ser um dos temas prediletos de boa parte dos nossos jornalistas.

Já não se trata, apenas, da exploração do gravame que as Fôrças Armadas representam para a nação, ou a costumeira investida sôbre a presença de militares na administração civil ou na vida política; tudo agora serve de pretexto para atacar e denegrir o Exército.

Perdeu-se totalmente a cerimônia e ultrapassou-se o limite do bom senso e da prudência, imiscuindo-se os leigos em problemas especificamente militares e levando-se ao debate público assuntos ultra-secretos, de extrema gravidade.

Quem ainda tivesse ilusões sôbre a atual situação da Fôrça Terrestre face à opinião pública nacional, certamente as desvaneceu na grave crise político-militar que se seguiu à renúncia do Sr. Jânio Quadros.

Naquela oportunidade, o Exército suportou o pêso maior da impressionante reação da opinião pública, em nome da unidade das Fôrças Armadas, que, para muitos dos seus eminentes Chefes, pareceu ser o valor mais alto a preservar, pôsto que indispensável à manutenção da paz da família brasileira.

Ninguém, nem mesmo a posteridade, poderá julgar do acêrto ou desacêrto da decisão, sem incorrer no perigo de ser injusto ou parcial, mas

é incontestável que essa discutível avaliação de prioridades acarretou enorme sacrifício para o Exército, acelerando acentuadamente o processo de desgaste que vem experimentando diante da opinião pública nacional.

Fazendo estas considerações não nos arrogamos o papel de árbitros, nem de donos da verdade, nem o dessas Cassandras que vêem em tudo o pessimismo e a desesperança.

Desejamos apenas encarar a situação com realismo e contribuir, com as nossas meditações, para o debate do problema que, no momento, nos parece da mais alta importância, a fim de que o Exército, perfeitamente identificado com o povo brasileiro, possa bem cumprir as suas missões constitucionais.

A que devemos a inegável animosidade e hostilidade da maioria da imprensa contra os militares e, particularmente, contra o Exército? Como se explicam os ataques sistemáticos a alguns dos mais altos Chefes do Exército? E as acusações de reacionarismo, de impatriotismo, de ineficiência e de cupidez? E a torpe exploração de casos policiais de cunho eminentemente privado? E a provocação da luta de classes, sob o pretexto de vantagens salariais, quando, na realidade, nos encontramos em vexatória situação de inferioridade? E a deturpação diária dos fatos, mesmo os de meridiana verdade, feita por jornalistas irresponsáveis ou até por articulistas da mais alta responsabilidade? E a mentira, o engodo, a má fé, a calúnia e a injúria? Será tudo isso uma imensa e diabólica conspiração comunista, visando à desagregação do Brasil, pela desmoralização e destruição da maior força de sua segurança? Ou será apenas um sinal dos tempos? Ou uma afirmação da índole do nosso povo? Ou, ainda, um indício de ineficiência no cumprimento de nossa missão?

É mister encarar a realidade, definir as causas e deter o processo do nosso desgaste, em nome da própria sobrevivência nacional.

Somos Exército de um povo que ama imensamente a liberdade, que abomina a ostentação e o formalismo, que repele o arbítrio e a força, que segue mais os impulsos de seu coração do que os ditames de sua razão, emotivo e impressionável, extremado na euforia ou no desânimo, inculto mas notavelmente arguto, generoso e bom, mas com terrível tendência e predileção para a crítica, a irreverência, a zombaria e a maledicência.

Somos Exército de um povo rústico, simples e resignado, capaz dos maiores sacrifícios, mas infenso aos sacrifícios inúteis ou pouco objetivos.

Somos Exército de um povo que odeia os preconceitos e os privilégios, que ama a Deus e sua Pátria, mas que preza, sobretudo, a sua maneira de ser e de viver absolutamente autênticas.

Este é o povo que formará as nossas fileiras e os nossos quadros em qualquer eventualidade e de cujo apoio tanto necessitaremos para cumprir nossas missões.

Com essa compreensão, não aceitamos a idéia de que todo o nosso desgaste perante a opinião pública seja obra de comunistas que, minando

as resistências do Exército, estariam preparando o advento de uma nova ordem social.

Certamente existe quem, combatendo por essa causa, seja invariavelmente contra nós, na imprensa falada e escrita, na cátedra, no Parlamento, ou mesmo nos tribunais. Esses são de fácil identificação.

Existem ainda os que agem em função de velhos complexos pessoais, ou de pruridos liberticidas e civilistas.

Há, finalmente, a grande massa das incompreensões e dos mal-entendidos, que resultam da falta de conhecimento, de entendimento e de esclarecimento.

O fato é que, ressaltados os casos extremos de comprovada má fé, não podemos a priori negar o patriotismo e a elevação de propósitos aos que nos atacam.

Resta-nos olhar para nós mesmos e, num exame profundo, verificar em que estamos errados e, antes que seja muito tarde, buscar a total recuperação.

Que temos feito em relação à opinião pública do país? Teremos procurado estudá-la e esclarecê-la, no rumo das nossas finalidades?

Evidentemente, não.

É certo que inúmeras de nossas organizações dispõem de órgãos de Relações Públicas. Mas que são eles? Eu me permito responder com sinceridade que a maioria são órgãos destinados a preservar o Chefe dos incômodos das audiências públicas, com o avultado número de pedintes, de impertinentes e de desequilibrados mentais. Funcionam à maneira de postos de triagem. Não pesquisam, não estudam, não esclarecem, não orientam o seu público, ou, simplesmente, não fazem Relações Públicas, no sentido mais amplo da aceção.

É mister criar com urgência um Serviço de Relações Públicas do Exército, capacitado a dar à instituição uma mentalidade de Relações Públicas.

Não bastará copiar organizações similares estrangeiras e adaptá-las ao nosso caso. Nada mais falso, contraproducente e criminoso, pois o nosso povo é totalmente diverso do americano, do francês, ou do inglês.

Urge dar vida a um Serviço de Relações Públicas que tenha força para falar em nome do Exército perante o povo e seja capaz de orientar convenientemente a nossa própria instrução.

Para bem exemplificar a falta que nos faz um bom Serviço de Relações Públicas, citaremos alguns casos expressivos sucedidos ultimamente.

Meses atrás, uma jovem assassinou, em Copacabana, o homem que tentara seduzi-la. Tratava-se de Oficial do Exército, reformado há mais de doze anos e dirigente de empresa civil, da qual a assassina era funcionária. Pois bem, a maioria dos jornais publicou velhas fotografias do Oficial fardado, encimadas por manchetes do tipo "Matou o Major sedutor!"

Contrastando com tal procedimento, nesse mesmo dia, à noite, uma emissora de televisão, fez um programa sobre o "Cérebro Eletrônico", da Pontifícia Universidade Católica, onde foram entrevistados os principais responsáveis pela montagem e funcionamento daquele notável equi-

pamento e não foi feita a menor referência à condição de Oficiais do Exército a alguns professores que lá estavam e que honram o nosso Quadro Técnico na cátedra da PUC.

Noutra oportunidade, um matutino carioca, particularmente avêso ao Exército, e cujo Diretor, dias antes, havia sido condecorado com a Ordem do Mérito Militar, publicou uma notícia policial, sob o título: "Major rouba carro e desacata guarda". O texto mencionava o nome e enderêço, assim como contava os pormenores do caso, referente à transação de compra de um carro de diplomata. Dias depois o matutino, sob o mesmo título e no mesmo lugar, publicava nota de uma Embaixada, esclarecendo a posição do seu compatriota na questão. Sindicando o incidente por conta própria, apuramos que o pivô do caso jamais foi Oficial do Exército da Ativa ou da Reserva e, infelizmente, não encontramos apoio para o conveniente esclarecimento à opinião pública, tendo a manchetete surtido em dôbro os seus efeitos destrutivos.

Em relação à imprensa há, normalmente, entre nós, três tipos de reações.

Existem os que, diante de um fato como o relatado acima, raciocinam apenas em bases de revide violento, certos da inocuidade de qualquer providência. Esse procedimento tem tremendos reflexos na opinião pública e gera maiores incompreensões e animosidades.

Há também os que julgam preferível não tomar conhecimento da infâmia. Consideram-se infinitamente superiores a êsses detratores. Atuam pela omissão e pelo silêncio. Isso tem profundas conseqüências no seio da instituição, cujos membros se sentem desapoiados e desesperançados.

Existem, finalmente, os que, cubiçosos de popularidade, cortejam a imprensa, facilitando e estimulando a tarefa dos profissionais mais inescrupulosos. Êsses agem contra a instituição e não merecem o respeito dos verdadeiros jornalistas.

A orientação a adotar em cada caso, dentro de um plano de conjunto, sempre visando salvaguardar o conceito do Exército é uma tarefa que exige a criação do Serviço de Relações Públicas. Ele certamente terá em vista, nas relações com a imprensa, a diferença fundamental entre ela e o Exército. O jornalista vive para a notícia, para a informação. Boa ou má, seu mérito é divulgá-la, doa a quem doer. O Exército vive para a segurança, e quase sempre a informação difundida sem contróle e sem oportunidade atua contra a segurança.

Esse serviço terá ainda um campo de ação enorme, no âmbito da instrução do Exército.

Um exemplo recente. Um cabo pára-queda, na defesa da honra de sua mãe, matou um homem. Sua absolvição era considerada certa. Estimado no seio da corporação, compareceu ao julgamento grande número de camaradas, de todos os postos, que lotaram o recinto do Tribunal. Tudo ia muito bem, até que o promotor, procurou caracterizar, no seu libelo, o militar como o homem instruído para matar. No intervalo da sessão, o acusador foi procurado por um Oficial do Exército, que o ameaçou dizendo que, a continuar naquele teor, não se responsabilizaria pelo procedimento

de seus subordinados, cuja paciência já se esgotava. O resultado dessa imprudência foi que, no reinício dos trabalhos, o promotor mencionou a ameaça e requereu ao Juiz reforço de policiamento e a retirada de todos os militares do Exército, a fim de que tivesse garantias para prosseguir na acusação. Concedida a segurança, o acusador tirou o máximo proveito do incidente, apontando-o como a comprovação de suas anteriores assertivas e renovando suas acusações à classe a que pertencia o réu. Mais tarde, fora do recinto, os militares tomariam conhecimento de que o companheiro fôra condenado a doze anos de prisão.

O fato é por demais sugestivo e nós o deixamos, sem outros comentários, à meditação dos leitores, certos de que temos muito mais a fazer no âmbito de nossa instituição, do que mesmo externamente.

Estas são algumas das considerações sobre o gravíssimo problema do desgaste do Exército perante a opinião pública. São apenas as considerações de superfície.

As de base dizem respeito à estruturação e ao funcionamento do Exército, no sentido de sua máxima eficiência no cumprimento da missão. Por sua vastidão e profundidade escapam ao âmbito destas palavras, despreziosas e ostensivas. São a nossa própria vida e o nosso brio profissional. Estão a exigir também uma reformulação honesta, um redobramento de energias, um novo sentido, que nos permitam alcançar a irrestrita confiança do grande povo brasileiro.



# AB BOFORS

**Bofors, Suécia**

**ARMAMENTOS - EXPLOSIVOS MILITARES E CIVIS  
AÇOS E PEÇAS FORJADAS**

Representantes exclusivos no Brasil :

**CIA. T. JANÉR, Comércio e Indústria**

**RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE —  
CURITIBA — BELO HORIZONTE — RECIFE — BELÉM  
— SALVADOR — SANTOS**



## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

*Livros* (oferta da Biblioteca do Exército):

- Troféus na História do Brasil — David Carneiro
- Recolocando a verdade — Dante de Mello
- Paliçadas e gases asfixiantes entre os indígenas da América do Sul — Erland Nordenskiöld

*Revistas*:

— Nacionais:

- Revista do Conselho Nacional de Economia — Out/Dez 61 e Jan/Fev 62
- Digesto Econômico — Mar/Abr 62

— Estrangeiras:

- Military Review (Ed. brasileira) — EUA — Agô/Set 61
- Revista Militar — Portugal — Jan 62 e Fev/Mar 62
- Jornal do Exército — Portugal — Fev 62
- Revista del Centro de Instruccion Militar del Peru — Set/Out 61
- El Caballo — Argentina — Mar 62
- Ejército — Espanha — Jan 62
- Guion — Espanha — Jan 62
- Bled — França — Mar 62
- Revue Militaire d'Information — França — Fev, Mar 62
- Revue de Défense Nationale — França — Mar 62

*Diversos*:

- Informações do IBC
- Notícias da Suécia para a imprensa ns. 1, 2 e 3 de 1962
- British News Service — Fatos 85, 86 e 87
- Esso Agrícola
- Boletim n. 332-62, do Serviço de Informações da Embaixada da França

# URGE UM PROGRAMA ATUALIZADO PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Tenente-Coronel LEONIDAS PIRES GONÇALVES,  
Oficial de EM.

## PALAVRAS INICIAIS.

Não se impõe que nos valhamos de exemplos dos outros países — embora se saiba que a maioria cumpre algum — para assinalarmos a importância, a utilidade indiscutível de um programa atualizado, racional e orientador para nosso Exército.

Todos temos visto ressaltado, nitidamente, em nossa vida profissional, quer pelo estudo, quer por episódios vividos, o valor incontestável da previsão, do planejamento.

Prever, planejar, é o que ouvimos desde os primeiros momentos da carreira militar.

Por isto consideramos tarefa ociosa dizer algo do significado do planejamento: seria falar sobre o óbvio.

Nosso intento, no presente artigo, não é — está evidente — estabelecer um programa detalhado para o Exército Brasileiro: esse trabalho deverá ser de uma equipe, para cuja formação dispomos de excepcionais elementos.

Nosso fito é outro.

É dizer:

— PORQUE SE IMPÕE UM PROGRAMA;

— COMO, BASICAMENTE, ESSE PROGRAMA.

É chegar à CONCLUSÃO de que seu cumprimento só será possível se houver esforço invulgar e unidirecional, de todos nós; é — e sobretudo — clamar por seu estabelecimento em curto prazo.

Para findar este intróito, uma elucidação: fugiremos às sutilezas, de palavras e de pensamentos.

É que precisamos ser claros.

É que desejamos dizer as coisas com franqueza de soldado.

## PORQUE SE IMPÕE UM PROGRAMA.

O Exército Brasileiro vive nos dias presentes, sob o ponto de vista profissional — e isto é verdade irretorquível — um dos períodos mais difíceis, mais penosos, de toda sua existência.

E por que isso?

Deixou de existir ou perdeu, acaso, a validade o que poderíamos chamar **objetivos permanentes** de nossa instituição?

Não. Legítimas, verdadeiras, são ainda nossas tradicionais missões: há possíveis inimigos externos e internos, contra os quais devemos estar atentos e preparados; e, principalmente, muito temos ainda que cumprir da histórica e elevada missão de propiciar, de catalisar e de realizar a integração nacional, garantindo a lei e a ordem. Num país de características como as do Brasil, onde os fatores de desagregação (geográficos, econômicos e sociais) são tão atuantes, o trabalho aglutinador, a tarefa estabilizadora do Exército é — e o será não sabemos até quando — irrefutavelmente imprescindível.

Mas, considerando que a missão é o **supremo estímulo** para uma organização e as nossas subsistem em sua plenitude, como compreender o desânimo, a descrença, o desestímulo (confessamos sem medo, para que possamos encaminhar uma solução) que campeia em nosso Exército?

Ou será que essa afirmativa não é a verdadeira?

Pensamos existirem fatos que a demonstram. Focalizaremos apenas um aspecto, mas que julgamos denunciador e principal: o comportamento do homem em face à instituição.

Assim, como justificar a crescente evasão, no quadro de oficiais, de elementos em pleno vigor profissional e físico?

Como explicar a presença, nefasta por todos os motivos, da palavra "reforma" em bocas jovens? Há oficiais, muito moços ainda, que sabem de cor — estarreçam! — o tempo exato (anos e dias) que lhes falta "p'ra ir para casa".

Como entender a preferência que oficiais têm por cursos em universidades civis ou pelo magistério militar, em lugar do curso de estado-maior ou técnico?

Existe algo profundamente errado em tudo isso, que traduz — sem dúvida — desinteresse profissional-militar!

Falta de "élan" — explicam os simplistas, como se "élan" fôsse sentimento primário, e, não, conseqüente como é. Tem-se "élan", tem-se entusiasmo, por algum motivo: porque nos julgamos úteis, porque nos imaginamos eficientes, porque nos sentimos compensados em nossas aspirações e ideais.

"Élan" sem essas condições é "carreirismo", é mentira para enganar outros ... em benefício próprio.

Atração pelas possibilidades materiais que apresenta a vida civil — dizem os práticos, não vendo, ou não querendo ver, esta incômoda verdade: a maioria de nossos reformados moços não saiu atraída pelas promessas da vida civil, fugiu — isso, sim — das decepções, dos inevitáveis desenganos profissionais (agravados pelas notórias e sistemáticas dificuldades financeiras), tentando, a duras penas, uma adaptação ao novo meio. E não são rosas essa aclimação, êsse abandono dos anelos de mocidade.

Falta de ideal — criticam os mais intolerantes. Somos de opinião de que um ideal ou se desfruta ou se luta por êle, mas jamais se lhe suportam, passivamente, os desenganos.

E, na hipótese de não se desfrutar o ideal profissional-militar, como deixar de suportar-lhe os desenganos? As lutas cabíveis serão mal compreendidas em nosso meio, pois parecerão crítica destrutiva à instituição, aos chefes, e, para muitos, indisciplina.

E não olvidemos: a disciplina é o fulcro de nossa organização — é intocável, é uma deusa. Ninguém perdoa os "iconoclastas", daí a desistência da luta por parte de tantos...

Mas até quando a disciplina formal — menos autêntica do que a disciplina consentida — impedirá o livre curso das idéias, das sugestões que veiculam os mais puros e são propósitos?

Para nós, os comportamentos assinalados, denunciadores da situação difícil que vive nossa organização, têm explicação diversa das que consignamos e analisamos.

Eles se originam de uma única circunstância: **frustração profissional**. Isto é, descrédito no presente, falta de esperança no futuro. Descrédito e falta de esperança que vêm, danosamente, comprometendo o pleno alcance dos objetivos permanentes da instituição.

Mas de onde promana, enfim, todo êste mal?

Da **desatualização** em todos os aspectos, da **multidimensional desatualização** em que se encontra nosso Exército. E do cortejo (que "real" cortejo!) de erros que a acompanha.

Essa desatualização e êsses erros, que se agravaram com os anos, atingiram, na quadra presente, nível altamente nocivo e desagregador, já que se tornaram palpáveis, reconhecíveis, verificáveis por todos, profissionais ou não.

Nosso atraso em relação às nossas próprias possibilidades é manifesto. Podemos, mesmo, afirmar que jamais estivemos tão distantes, em tôda a nossa história, do que poderíamos chamar "exército-padrão brasileiro". (\*)

Os motivos são múltiplos. A falta de poderosa infra-estrutura econômica e técnico-científica de nosso país é, sem dúvida, um dos fatores de grande responsabilidade. Mas também o é — e a isso desejamos dar ênfase — nossa falta de orientação, de união nas ações, de audácia e determinação para enfrentar a magnitude das "tarefas necessárias" (\*\*).

Esses cometimentos poderiam ser levados a efeito — temos a mais plena convicção — com as nossas disponibilidades econômicas, com a nossa técnica e, particularmente, com a nossa capacidade profissional, colocando-nos bem próximos do "exército-padrão brasileiro" a que nos referimos.

(\*) "Exército-padrão brasileiro" — denominamos a um exército cujas características fôssem estabelecidas em função das exatas necessidades e possibilidades do Brasil.

(\*\*) "Tarefas-necessárias" — convencionamos chamar estas realizações que o consenso geral julga devam ser cumpridas para recuperar nosso Exército.

As disponibilidades econômicas com que contamos não seriam tão insuficientes se mais racionalmente aplicadas; a técnica brasileira já nos poderia assegurar razoável apoio, uma vez que evolui a passos cíclicos; e a capacidade profissional militar é boa, julgamo-la tão eficiente que, quando cotejamos a situação existente e os expoentes profissionais disponíveis, nos confundimos sem achar explicação para a desconformidade.

O que está faltando — repetimos — é orientação, é ação conjunta, é grandeza em nossas decisões e ações, é determinação, é entusiasmo profissional.

Mas como conseguir isso?

Onde encontrar a solução?

Não há fórmulas messiânicas. O caminho é — como o foi em todos os tempos e em todos os lugares — um só: através do homem.

Temos de criar e implantar estímulos psicológicos capazes de inspirar os componentes de nossa instituição, de influir sobre todos nós, e fazer renascer o interesse e a crença profissional de que necessitamos para soerguer o Exército.

Será esta missão exequível? Como passar das palavras à realidade? Como reconstruir tal fortaleza de ânimo?

Hoje em dia, mais do que nunca, o homem — para que o faça vigorosamente bem — quer saber, quer entender os motivos reais por que labora, por que luta, por que se sacrifica.

Por isso, somos de parecer que a solução para conseguir a motivação desejada no Exército seria: primeiro, reestudar e redefinir os objetivos imediatos de nossa instituição, de modo que, correspondendo às verdadeiras necessidades nacionais e institucionais, sejam facilmente apreendidos, identificados e compreendidos — não nos esqueçamos de que os objetivos permanentes a que visamos, já por sua extensão, já por sua subjetividade, são difíceis de ser bem avaliados; segundo, corrigir os erros cujo entendimento traz a frustração profissional, os erros que, facilmente verificáveis por elementos não profissionais, motivam, ainda, o nosso desprestígio.

Em outras palavras, enfrentar, com determinação e objetividade, a consecução das "tarefas-necessárias".

Só um programa — o PROGRAMA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — seria, em nosso entender, instrumento hábil e capaz de cumprir estas realizações.

Bem estruturado, realístico e atual, poderia ter o dom de reacender a chama de estuante entusiasmo profissional, de determinar o que a sociologia denomina "ação conjugada", já que estabelecer e explicaria, de modo claro, a todos os componentes do Exército, nossas tarefas, justificando, outrossim, nossos sacrifícios profissionais, além de deixar patente a intenção de corrigir os atuais erros.

Teria a função de uma partitura para a orquestra: orientaria, daria certeza a todos — mesmo aos que julgam realizar tarefas mais insignificantes — de que cumprem trabalho indispensável, e, principalmente, asseguraria a convicção plena de que nossos atos colimam um mesmo fim, prévia e racionalmente estabelecido.

Tal programa, divulgado com propriedade, poderia mobilizar a opinião militar e assegurar o “tonus” profissional de que necessita nosso Exército para bem alcançar seus múltiplos objetivos imediatos e, conseqüentemente, os permanentes.

Eis porque julgamos “Urge um programa atualizado para o Exército Brasileiro”.

### COMO, BASICAMENTE, ESSE PROGRAMA

Nesta parte de nosso artigo — e isto fica bem explícito com o subtítulo acima — nos ateremos, particularmente, às características gerais de realização, ao “como” do programa em pauta, e não ao seu conteúdo.

Duas as razões.

Primeira, porque julgamos que a parte intrínseca dêste empreendimento jamais poderia, em virtude de seu vulto e dos detalhes que importaria, ser tarefa para um só e, muito menos, objeto de um simples artigo.

Por outro lado, um estudo de aspecto genérico de seu conteúdo (o que seria, pelas proporções, cabível) não teria propósito ou finalidade, porquanto pouco ou mesmo nada poderia ser ventilado que não fôsse do conhecimento de todos, ou melhor, do consenso geral.

Assim, deixariam de constar, por acaso, de um PROGRAMA DO EXÉRCITO BRASILEIRO assuntos como os que se seguem?

- A preservação dos ideais democráticos (e conseqüente combate ao comunismo) ser definida como um dos objetivos imediatos de vulto de nossa instituição, de modo a possibilitar a necessária iniciativa para lutar contra as insidiosas, sorradeiras e atuantes técnicas revolucionárias;
- A revisão da estrutura administrativa do Exército, a fim de ordená-la e modernizá-la, tornando-a mais eficiente e econômica;
- O exame da rearticulação de nossas forças em território nacional, de maneira que modifique a atual solução, em que as regiões da Amazônia e do Nordeste continuam dispondo de efetivos federais insuficientes para cumprir as tarefas de vulto (sociais, econômicas e militares) que lhes cabem, quando no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (GB) está, por motivos já ultrapassados, sediada a maioria das unidades do Exército Brasileiro;
- O reestudo das Leis de Inatividade e de Promoções, a fim de evitar a irreabilidade funcional da reserva, de assegurar equi-

livrio justo de acesso para as diferentes gerações, como já procurou obter-se entre as diversas Armas, além de, corajosamente, buscar selecionar os mais capazes;

- A análise da reorganização de nossas DC que continuam à base hipo (esclareça-se que os melhores animais são estrangeiros), quando nossa indústria automobilística já é uma realidade e criação de equiino está, no Brasil, em crescente abandono;
- A revisão da organização de nossas Artilharias de Costa e Anti-aérea, que, por obsoletas, merecem ter a maioria de suas atuais unidades extintas em proveito de um programa modesto, mas real e objetivo, sobre mísseis, valendo-nos dos hábeis técnicos de que dispomos;
- A reestruturação dos serviços;
- E tantos outros assuntos...

Não somos todos acordes de que, na presente quadra, nosso Exército deveria ter as seguintes características: pequeno; altamente qualificado (Pessoal e material) e móvel; bivalente sob o ponto de vista tático-estratégico, isto é, em condições de bem cumprir missões internas e externas; capaz de, se necessário, evoluir para uma grande corporação?

Muitos outros assuntos poderiam ser mencionados como merecendo nossa atenção. Todavia não o faremos, pois são do domínio geral: todos nós sabemos deles. E mais que isto: a maioria tem, pelo menos mentalizada, uma solução.

Segunda razão, porque pensamos que o "como" do programa mereça mais nossa consideração e sugestões, uma vez que, para nós, é o aspecto mais difícil que encontraremos na tarefa de solver nossos problemas básicos.

Como vemos a realização do programa?

Somos dos que supõem que com atividade de rotina, tão-somente são solucionados... problemas de rotina. Jamais conseguiremos realizar grandes tarefas, com miniaturais processos rotineiros.

Daí nossas sugestões.

A nosso ver, as características gerais de realização de um programa que tenha em mira alcançar, integralmente, as metas visadas devem ser:

- **constituir-se em uma campanha** — campanha técnica e planejada, orientada e realizada, capaz de mobilizar a opinião militar, polarizando, empolgando mentes e corações;
- **ter caráter amplo, completo e harmonioso** — isto é, cobrir todos os problemas, ordenada e hierarquicamente, analisando-lhes as minúcias, inclusive nas suas interdependências, de modo que, ao fim, se obtenha peça coerente, monolítica. Devem ser evitadas as soluções parciais ou "soluções-remendo", que, sem grandeza, tímidas, só fazem é transferir os problemas para as outras gerações;

- ser realístico, exequível, original e audacioso — em outras palavras, ajustar-se, exatamente, às nossas necessidades, considerar as limitações impostas pela infra-estrutura econômica da Nação e, finalmente, adotar, sem temores, soluções novas;
- ter aplicação progressiva — de tal modo, que cada passo dado facilite e entusiasme a consecução do seguinte;
- ter aspecto técnico e científico — ou melhor, valer-se de tudo que o conhecimento humano já estratificou, inclusive no terreno das ciências sociais, não deixando as realizações entregues ao empirismo, às vontades individuais ou ao acaso;
- e, acima de tudo, ser estabelecido urgentemente, obedecendo prazos inadiáveis, previamente fixados, uma vez que não cabe mais qualquer espera.

Como a mecânica da realização?

Aquela que, acertadamente, a instituição assegura: o dínamo da fase de planejamento — o Estado-Maior do Exército; os executores — todos aqueles diretamente envolvidos no problema, obedecendo aos liames hierárquicos.

#### CONCLUSÃO.

A finalidade dessas últimas considerações é, mais uma vez, pôr em destaque os seguintes aspectos do tema que tratamos:

- nosso Exército está merecendo que todos nós lhe dediquemos atuação muito especial, uma vez que os males, conseqüentes da **desatualização** em que se encontra e dos erros que o afligem, estão atingindo o cerne da instituição — o **HOMEM** — tornando-o, inequivocamente, desestimulado, sem ânimo para as fainas profissionais, o que poderá trazer conseqüências imprevisíveis;
- um programa — o **PROGRAMA DO EXÉRCITO BRASILEIRO** — poderá ser e estabelecer o roteiro certo para debelar a presente crise, já que é capaz de realizar as mudanças construtivas a que aspiramos;
- as dimensões dêsse programa são continentais, daí constituir um desafio para todos, chefes e subordinados, desafio à nossa vitalidade profissional, que só poderá ser vencido com esforço inulgar, conjunto e unidirecional;
- o seu estabelecimento não é necessidade remota, **mas imediata**;
- impõe-se sua realização, sob pena de todos nós, os atuais componentes do Exército, termos de arcar com o mais degradante — porque sempre justo — dos veredictos: a crítica irrecorrível e condenatória dos pósteros.



Pudins Royal

Gelatinas Royal

Fermento em Pó Royal

Fermentos Fleischmann

Polvilho Doce Royal

Chá Tender Leaf

... esta é a nossa contribuição  
para a melhoria dos padrões alimentares  
nos lares brasileiros.

**STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.**

**Melhor alimentação... para melhor saúde**

## OFICIAIS — POLÍTICA — IDEOLOGIA

Major ALVARO GALVÃO PEREIRA,  
Aluno da ECEME.

Até que ponto deve ser permitido aos chefes militares expressar, publicamente, opiniões que possam contrariar a Política Nacional controlada pelos civis?

Parece-nos interessante apresentar aos leitores desta Revista, alguns aspectos do problema que, no momento, agita a opinião pública norte-americana.

A questão começou a tomar vulto em Abril de 1961 quando um jornal acusou o Gen Edwin Walker, comandante da 24ª. DI, estacionada na Alemanha, por doutrinar politicamente as tropas sob seu comando. Entre as personalidades americanas consideradas pelo general como "côr de rosa", o jornal citou o nome do ex-Presidente Truman.

Diante do clamor público provocado pela notícia, o Gen Walker foi destituído do comando e, após 7 meses de investigações o Exército considerou-o culpado por "transgredir os regulamentos, tentando influenciar os votos de seus comandados", e por "haver tomado parte em polêmicas, ultrapassando as prerrogativas do seu pôsto".

Como consequência, o Exército Americano viu-se privado dos serviços de um dos seus mais experimentados combatentes, comandante da 1ª. Fôrça de Serviços Especiais através da Itália, França e Alemanha, na 2ª. Guerra Mundial, e comandante da Artilharia na famosa batalha das montanhas "Heartbreak", na Coréia. Com 51 anos de idade, no pôsto de General-de-Divisão da Ativa, o Gen Walker pediu demissão do Exército, muito embora ainda se pretendesse aproveitar a sua experiência de combate, dando-lhe uma função de grande responsabilidade — Chefe da Seção de Instrução e Operações, na área do Pacífico.

No seu pedido de demissão, o Gen Walker declarou não poder aceitar sua "transferência para a reserva, com vencimentos de cerca de mil dólares por mês, porque isto contrariaria os seus próprios princípios." Explicando as razões do pedido, disse: — "Minha carreira foi destruída. Preciso encontrar outro meio de servir à minha Pátria nesta época de crise. Para isto, preciso estar livre do poder dos "homenzinhos" que, em nome do meu País, punem o serviço leal a êle prestado".

O General prossegue argumentando que os homens mandados para sua Divisão nada sabiam sobre o comunismo. "Para ser bastante exato, os soldados não sabiam porque motivo estavam usando o uniforme americano. Tem-se sugerido que o exame e o debate de assuntos de política interna não estão dentro da esfera de ação militar.

Pudins Royal

Gelatinas Royal

Fermento em Pó Royal

Fermentos Fleischmann

Polvilho Doce Royal

Chá Tender Leaf

... esta é a nossa contribuição  
para a melhoria dos padrões alimen-  
tares nos lares brasileiros.

**STANDARD BRANDS OF BRAZIL, INC.**

**Melhor alimentação... para melhor saúde**

## OFICIAIS — POLÍTICA — IDEOLOGIA

Major ALVARO GALVÃO PEREIRA,  
Aluno da ECEME.

Até que ponto deve ser permitido aos chefes militares expressar, publicamente, opiniões que possam contrariar a Política Nacional controlada pelos civis?

Parece-nos interessante apresentar aos leitores desta Revista, alguns aspectos do problema que, no momento, agita a opinião pública norte-americana.

A questão começou a tomar vulto em Abril de 1961 quando um jornal acusou o Gen Edwin Walker, comandante da 24ª. DI, estacionada na Alemanha, por doutrinar politicamente as tropas sob seu comando. Entre as personalidades americanas consideradas pelo general como "côr de rosa", o jornal citou o nome do ex-Presidente Truman.

Diante do clamor público provocado pela notícia, o Gen Walker foi destituído do comando e, após 7 meses de investigações o Exército considerou-o culpado por "transgredir os regulamentos, tentando influenciar os votos de seus comandados", e por "haver tomado parte em polêmicas, ultrapassando as prerrogativas do seu pôsto".

Como consequência, o Exército Americano viu-se privado dos serviços de um dos seus mais experimentados combatentes, comandante da 1ª Força de Serviços Especiais através da Itália, França e Alemanha, na 2ª Guerra Mundial, e comandante da Artilharia na famosa batalha das montanhas "Heartbreak", na Coréia. Com 51 anos de idade, no pôsto de General-de-Divisão da Ativa, o Gen Walker pediu demissão do Exército, muito embora ainda se pretendesse aproveitar a sua experiência de combate, dando-lhe uma função de grande responsabilidade — Chefe da Seção de Instrução e Operações, na área do Pacífico.

No seu pedido de demissão, o Gen Walker declarou não poder aceitar sua "transferência para a reserva, com vencimentos de cerca de mil dólares por mês, porque isto contrariaria os seus próprios princípios." Explicando as razões do pedido, disse: — "Minha carreira foi destruída. Preciso encontrar outro meio de servir à minha Pátria nesta época de crise. Para isto, preciso estar livre do poder dos "homenzinhos" que, em nome do meu País, punem o serviço leal a êle prestado".

O General prossegue argumentando que os homens mandados para sua Divisão nada sabiam sobre o comunismo. "Para ser bastante exato, os soldados não sabiam porque motivo estavam usando o uniforme americano. Tem-se sugerido que o exame e o debate de assuntos de política interna não estão dentro da esfera de ação militar.

Discordo. Ninguém se iluda: não é possível fazer um soldado de um homem que não se tenha tornado, primeiro, num verdadeiro americano". E concluiu: "Agora, o meu objetivo será, como civil, procurar fazer aquilo que não poderia fazer como militar".

O "caso Walker" constitui a explosão de uma controvérsia que data do início do atual governo americano. Quando o Presidente Kennedy assumiu o poder, o governo começou a dar mostra de que silenciaria os militares faladores. A primeira vítima foi o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Arleigh Burke. Um discurso anticomunista de rotina, foi profundamente cortado pelos censores do Pentágono, sob alegação de que as afirmações do Almirante poderiam arruinar as negociações para a liberação dos dois pilotos do avião militar RB-47, então prisioneiros dos soviéticos. Nos meses seguintes, os discursos e palestras dos chefes militares submetidos à censura, foram objetos de grandes cortes.

Uma parte da opinião pública americana reagiu desfavoravelmente, ante a ação governamental. Acusaram o governo de estar tentando "amordaçar" os militares e sugeriram que isto significava um "amolecimento" do governo em relação ao comunismo.

Em fins de 1961, a Subcomissão das Forças Armadas do Senado, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a controvérsia sobre "que limitações devem ser impostas à livre expressão de opiniões políticas" por militares. Admite-se, entretanto, que a Comissão presidida pelo Senador John Stennis tem por objetivo tentar resolver um conflito que existe desde que a América do Norte é república. A liberdade de palavra é um direito básico de cada cidadão americano — e, provavelmente, este direito é extensivo aos chefes militares. Porém, o controle do governo civil sobre as Forças Armadas é outro princípio fundamental da forma de governo americano, e que, para ter aplicação real, deve subentender o direito de controlar os generais e almirantes em seus pronunciamentos públicos.

Entre os depoimentos mais importantes, perante a CPI, destacamos os seguintes trechos:

**Dwight Eisenhower** — "Aceito o ponto de vista de que, quando oficiais responsáveis e respeitados sentem-se obrigados a submeter-se à censura, estamos suprimindo o conceito da responsabilidade pessoal".

**Gen Lemnitzer**, Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, defendendo o governo: — "Um orador deve ter um propósito. Este só pode ser o de apoiar nossos objetivos nacionais, o que faço na forma mais objetiva e concreta possível, ressalvados os interesses da segurança do País. Aceito e agradeço todo o auxílio, que me prestam, e considero a revisão de discursos como um auxílio".

**Gen Trudeau**, Chefe do Serviço de Desenvolvimento e Pesquisa, acusando os censores de "caprichosos" e citando um dos 91 cortes sofridos em 50 discursos seus: — "Foi censurada uma declaração em que eu dizia que negociações diplomáticas sem cartas altas constituem,

sempre, um "Bluff" e jamais poderão resistir a uma provocação. Os censores explicaram que a diplomacia não devia ser comparada a um jogo de cartas".

**Gen Shoup**, Comandante dos Fuzileiros Navais, esclarecendo não compreender o motivo pelo qual os militares desejam continuar pronunciando violentos discursos anticomunistas: — "Não acho que se tem que odiar para ser um bom comandante. Lutaremos contra qualquer inimigo designado pelo Presidente. Pronunciei mais de 100 discursos e não mencionei a palavra comunismo". (O Gen Shoup ganhou a Medalha de Honra do Congresso, na 2ª. Guerra, na conquista de Tarawa).

**Senador Thurmond**, procurando provar que a política adotada, de censurar os pronunciamentos públicos dos chefes militares, é perniciososa: — "Tem existido, dentro do Departamento de Estado, uma política secreta e derrotista, procurando impedir o pronunciamento categórico dos militares contra o comunismo".

**Arthur Sylvester**, Assistente do Secretário de Defesa, para Relações Públicas, defendendo a censura. — "A finalidade de obrigar as declarações dos militares a obedecer à política nacional, é ter certeza de que este País fala, não através da fraqueza de vozes contraditórias, mas da potência de uma só voz".

A CPI deverá funcionar, ainda, por mais algumas semanas. Serão ouvidos militares de destaque, da ativa ou da reserva. Até o momento, não há conclusões, embora quase todos concordem que os chefes militares devam sujeitar-se a restrições em seus pronunciamentos públicos. Mas a grande dúvida permanece ainda: — De que tipo serão as restrições e qual a sua intensidade?

O último fato que merece ser alinhado neste trabalho, diz respeito à abertura das páginas da revista "ARMY" — "Uma publicação profissional devotada ao progresso das artes e ciências militares e representando os interesses de todo o Exército Americano" — publicada mensalmente pela Associação do Exército dos Estados Unidos, para acolher as opiniões favoráveis ou desfavoráveis dos seus leitores.

Esclarecendo que "a controvérsia sobre que limitações devem ser impostas à livre expressão de opiniões políticas por Oficiais, raramente é debatida, em público, pelo pessoal mais intimamente relacionado com o assunto: os próprios Oficiais", e que "isto é compreensível, mas lamentável, pois uma exposição racional dos pontos de vista dos militares é essencial para a compreensão pública do assunto", o número de Janeiro de 1962 apresenta um artigo de um civil, com o mesmo título deste trabalho.

A guisa de introdução, o autor — George A. Kelly — afirma julgar "particularmente arriscado abordar, nas páginas de uma revista militar, o aspecto das afinidades políticas de um Corpo de Oficiais. Porém, é este, precisamente, um dos lugares em que a questão tem que ser tratada".

Caracteriza a controvérsia surgida nos E.U.A. nos últimos meses, como dizendo respeito a até que ponto os comandantes podem atrair a atenção de seus subordinados para problemas políticos, e de que maneira devem "inocular" suas tropas contra os pontos de vista políticos do inimigo.

O autor procura, de início, deixar bem clara a posição tradicional do Exército, e de seus Oficiais, em relação à política. "O Exército, nos países democráticos não é, de forma alguma, um exército político". "Nos Estados Unidos — onde a História não registra intervenção política perpetrada por militares — a norma estabelecida é que os Oficiais devem despir o uniforme e retonar ao meio civil se desejarem envolver-se na política."

Em seguida, Kelly interpreta os termos utilizados, afirmando que "evidentemente o que estamos considerando, quando falamos de Oficiais e Política, é a possibilidade que existe da manifestação pública de convicções chocar-se com as normas de neutralidade disciplinada que regem o grupo militar, ou que, através da cadeia de comando, um Oficial mais graduado possa tentar impor aos subordinados, ideais políticos discutíveis."

Devido aos múltiplos aspectos técnicos que envolvem a guerra moderna e ao grande poder das armas atuais, provocando igual destruição tanto nas frentes de combate como no interior das nações beligerantes, tornou-se estreita a ligação dos militares com os cientistas e com as autoridades civis. Atualmente, qualquer conflito engloba, ainda, a guerra psicológica, a propaganda, a doutrinação e a compreensão tanto dos objetivos nacionais, como dos propósitos políticos do inimigo. Por isto, aumentaram as tentações, entre os militares, para pronunciamentos sobre assuntos políticos. Kelly afirma que "não se trata mais de servir de árbitro entre partidos políticos nacionais, mais sim de virar o regime nacional para o caminho que pareça mais apropriado para anular, reprimir e, talvez, derrotar os inimigos da nação." Segue-se uma advertência importante do autor ao afirmar que "se a decisão (de conduzir o regime para um caminho) é tomada por um grupo militar, ou por certos indivíduos dentro dele, significa, claramente, que o regime não conta mais com a confiança necessária para servir aos interesses da nação, e que partiu-se o mecanismo ideal de obediência."

Parece-nos interessante apresentar, também a opinião de George A. Kelly relativa aos efeitos destruidores da política sobre as virtudes militares: obediência e honra. Quanto à obediência, começa afirmando que, "quando o homem é componente de um grupo que estabelece exigências especiais relativas à sua obediência, deve ajustar suas convicções de modo a satisfazer o consenso mínimo do grupo, ou retirar-se, em sinal de protesto". Entretanto, quando o grupo militar começa a desempenhar atividades políticas, começa, também, a perder sua coesão. "Porque o valor específico e quase monolítico da lealdade do país, tal como é expressa na subordinação ao governo livre-

mente eleito, é substituído por uma multidão de divergentes lealdades a princípios políticos antagônicos. Uma vez posta em dúvida a política do país, não haverá outra fonte de obediência capaz de provocar aglutinação; ao contrário, cada um se congregará em torno de sua própria opinião e interpretação dos fatos". "A honra, para o militar, é uma concepção pessoal. O sacrifício forçado do compromisso de obediência pode abolir o padrão de honra. Por outro lado, o sentimento de honra (verdadeiro ou falso) pode ser avivado se, para justificar um ato de insubordinação, o militar acredita que o governo violou um ideal nacional imaginado por ele, militar, e ao qual tanto ele como o governo civil devem igualmente submeter-se. Este é um dos perigos da mística de uma **ideologia nacional**, e dentro dela ocorreram numerosas tragédias de desobediência militar".

Finalmente, procurando responder às perguntas: — "O que é perigosamente político a cerca do anticomunismo?" e "porque devem ser censurados os Oficiais que ultrapassarem as normas estabelecidas pelo governo a esse respeito?", o autor nega aos militares o direito de interpretar a política nacional, por três motivos:

"Primeiro, não porque o militar, em serviço ativo, não possua visão superior à dos civis. Sim porque seu uniforme o desqualifica profissionalmente para envolver sua instituição na crítica à política do governo, que, numa democracia, é uma decisão tomada por civis. E, dentro da democracia, as forças militares têm que chegar a aceitar um papel definido na comunidade política".

"Segundo, porque a atividade política independente, de Oficiais da ativa, tende, como já foi anteriormente mencionado, a destruir a coesão da organização militar, pondo em xeque o critério básico de obediência e conduzindo ao despedaçamento da disciplina, o que mina a capacidade da organização como instrumento de combate".

"Terceiro, porque, já que ninguém pretende negar a realidade da ameaça comunista, ou a necessidade de tomar medidas nacionais firmes e inequívocas para fazer face à emergência, oráculos individuais, — especialmente os em desacôrdo com o que o governo está tentando consêguir podem estropear o esforço unificado para enfrentar a ameaça. Isto pode ajudar a deturpar a alta estratégia e levar os grupos militares ou civis a interpretar mal a natureza do perigo e os melhores processos para enfrentá-lo".

Concluindo o artigo, Kelly lembra aos militares — homens de ação, por excelência, e que, normalmente, sentem-se frustrados diante de uma situação que não promete solução imediata, como é o caso do antagonismo Oriente — Ocidente — "que o sucesso não é obtido por meio de uma fórmula miraculosa e instantânea".

Dos militares se espera firmeza e paciência. A aptidão profissional, a disciplina e a honra são as virtudes máximas da carreira. E devem lamentar qualquer desvio político que lhes ameace a coesão ou lhes enfraqueça a capacidade de assegurar a integridade do país.



## ALTERAÇÃO DE ENDERÊÇO

Em caso de alteração do seu enderêço, *disso dê conhecimento à Revista, com a máxima urgência*, a fim de continuar a recebê-la com regularidade. Para isso faça a sua comunicação diretamente ou através do nosso Representante na sua organização.

## FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

(Fineza preencher a máquina ou com letra legível)

Nome .....

Pôsto .....

Enderêço antigo: .....

(Organização militar ou residência)

Cidade .....

Estado .....

Nôvo enderêço: .....

(Organização militar ou residência)

Cidade .....

Estado .....

(Local e data)

(Assinatura)

## SEGURANÇA E DEFESA

Ten-Cel ALBERTO DE A. CARDOSO

Oficial de EM

O Brasil se acha empenhado na solução de seus problemas de base. As fórmulas arcaicas e inoperantes estão sendo revistas. Idéias que há pouco tempo nos pareceriam heréticas constituem, agora, assunto de tôdas as conversas. Perdeu-se o mêdo de pensar...

É hora, também para as fôrças armadas, de debater suas questões estruturais. Não basta estudá-las a portas trancadas, sem que a Nação as conheça, viva e sinta como suas — que realmente são. Pode vir de um leigo, sem o garrote dos esquemas consagrados, a centelha porventura ausente na rotina dos técnicos.

É com tal espírito que submetemos ao leitor o presente artigo, certos de que apenas tocamos a superfície de um tema fundamental e profundo.

### O ALICERCE

A razão de ser das instituições militares, o determinante de sua organização e de suas atividades, é a missão constitucional a elas atribuída.

Desta missão o essencial é:

- Defesa contra o inimigo externo.
- Manutenção da ordem interna.

Assim, para têrmos objetivo, rumo, senso de realidade, impõe-se definir:

- Quem é o inimigo externo.
- Quem pode perturbar a ordem interna.

Tentemos fixar êste aspecto.

### O INIMIGO EXTERNO

O mundo está em guerra — a luta incessante movida pelo imperialismo comunista contra quem quer que se oponha ao seu objetivo, tantas vêzes declarado: o domínio do globo.

Nessa contenda não pode haver neutralidade. Os que pretendem adotar tal posição, supostamente cômoda, abrem as portas para a investida minaz do adversário, sob mil e uma formas.

Cristãos, ocidentais, americanos e democratas, não aceitamos o comunismo. Este é o nosso inimigo, embaçado, soez, arbitrário, arrogante, afável, conciliador, conforme ditarem as conveniências do momento.

Eis as suas possibilidades, à luz da missão das corporações armadas:

1 — Atacar-nos militarmente, com forças muito superiores às nossas, empregando ou não engenhos nucleares.

2 — Fazer-nos guerra por intermédio de outro país, apoiando-o fortemente.

3 — Agredir-nos valendo-se de seus agentes homisiados em nossa Pátria.

4 — Tentar a conquista sem luta.

É evidente que essas linhas de ação podem ser combinadas de diferentes formas.

Como reagir?

Restringimo-nos à atuação das forças armadas, e portanto não abordamos as possibilidades relativas às alianças internacionais, aos meios que não possuímos, etc.

Anotemos as conclusões, pois irão servir de base à organização de segurança e defesa que propomos.

Em nosso campo de ação, as respostas àquelas ameaças devem ser:

1 — Não apresentar alvo para o ataque de forças superiores. Desgastá-las, reduzi-las à impotência por processos que não lhes permitam sequer definir o adversário.

Para isto, devemos receber ou atribuir-nos, como rotina, missões de luta irregular: guerrilha, movimentos subterrâneos, sabotagem, atentados. Estas atividades seriam partilhadas por tôda a população, orientada pelos militares.

2 — Enfrentar militarmente qualquer opositor de poderio comparavel ao nosso, procurando sempre afastar a guerra do território brasileiro.

Precisamos, pois, manter-nos perfeitamente atualizados para a luta militar, quer no tocante à doutrina, quer em relação ao pessoal e meios decorrentes.

Isto implica a abordagem de muitos problemas, entre os quais se destacam:

a. Fixação e divulgação da doutrina brasileira, certamente adaptável à das potências ocidentais, por ser possível têmos de lutar a seu lado.

b. Montagem da organização correspondente.

c. Obtenção do equipamento indispensável.

d. Desdobramento racional (guarnições de paz), tendo em vista as condições de segurança ora vigentes e a necessidade de campos de manobra e locais de instrução.

e) Reestruturação da carreira, inclusive para atrair e conservar elementos de valor, logicamente voltados para profissões que lhes proporcionem nível de vida compatível com suas possibilidades intelectuais.

Neste setor estão incluídas inúmeras providências, convindo citar, por sua importância, o rejuvenescimento dos quadros. Na guerra de movimento incessante, que é a previsível, ninguém, no campo de batalha, deverá ter mais de 40-45 anos. Em tempo de paz, pode alongar-se o limite, que seria 50-55 anos.

3 — Agir preventivamente, para que a quinta-coluna jamais tenha oportunidade de ganhar corpo e muito menos de pegar em armas contra a Pátria. Se, apesar de tudo, o fato se configurar, ter condições para isolar as fontes de força dos rebeldes, fixá-los e destruí-los.

É necessário, portanto, manter uma constante vigilância contra a atividade do oponente em nosso território. Não de ser controlados também, o fabrico, importação e comércio dos meios bélicos.

4 — Concorrer para o esclarecimento do Povo e das autoridades, estudando profundamente as técnicas de "agressão branca" do inimigo e denunciando-as sempre que oportuno.

Para isso, estabelecer programas, destinados à tropa e à população, abordando principalmente as seguintes formas de ação do adversário:

- a. Infiltração de agentes (estrangeiros e nacionais), em instituições do governo, de defesa, produção, transporte e serviços essenciais, de educação e ensino, e de formação da opinião pública.
- b. Agravamento e exploração das dificuldades de vida da população.
- c. Criação de ressentimentos entre classes e entre regiões do País.
- d. Desmoralização das autoridades, de seus programas e realizações.
- e. Exaltação das supostas vantagens do regime do inimigo.
- f. Pressão em favor do estreitamento dos contatos de toda ordem com o adversário, principalmente os que permitam a instalação de suas agências em nosso território.

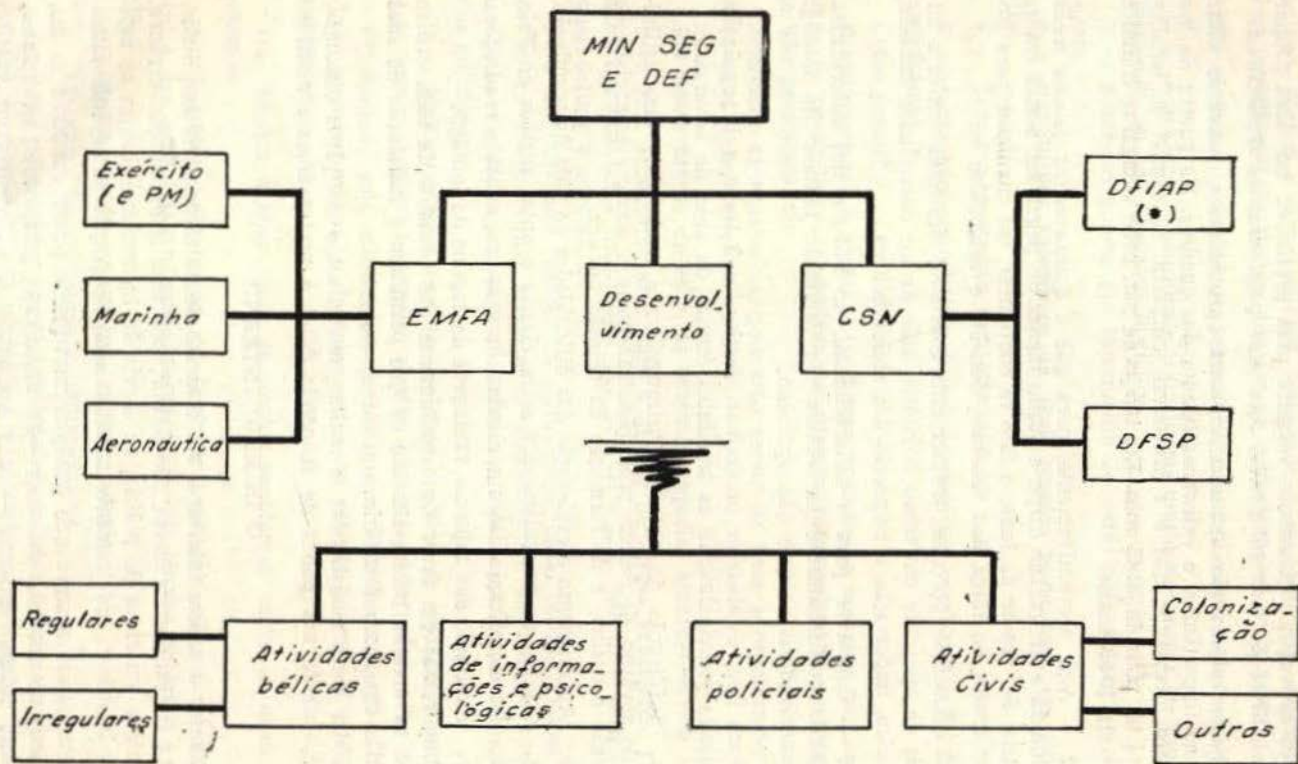
Tôdas essas modalidades, e muitas outras, estão em plena execução, principalmente nos países de economia débil e pretensamente neutros.

### O INIMIGO INTERNO

Manter a ordem interna é um conceito de extraordinária amplitude.

As instituições armadas não devem, por uma interpretação errônea, imiscuir-se em casos de polícia, ou servir de instrumento contra as aspirações legítimas, ordeiramente manifestadas, de grupos ou de indivíduos.

Entretanto, sempre que qualquer movimento puser em risco as instituições que nos cabe defender — e neste caso, geralmente, denuncia-se o agente inimigo externo — não hesitemos: é dever intervir maciçamente, como um todo hierarquizado, e eliminar a ameaça.



(\*) Departamento Federal de Informações e Ação Psicológica.

As fontes de inspiração da desordem podem ser econômicas, financeiras, ideológicas, políticas, sociais, etc. Impõe-se-nos, em consequência, acompanhar a evolução da sociedade brasileira sob todos os aspectos.

O crítico, neste particular, é definir o momento em que se faz necessária a entrada da tropa em ação; pois é da essência do regime democrático — e nisso está sua grandeza — a livre manifestação de idéias e de preferências, legítima enquanto não ameaçar a ordem e a própria Democracia.

### OUTROS DEVERES

As forças armadas, dadas as suas próprias organização e natureza, não podem desinteressar-se dos problemas de desenvolvimento do País. Já participamos, neste setor, de muitas atividades. Entretanto, é preciso ampliá-las, tirando o máximo proveito de nossas possibilidades. Não esqueçamos tal aspecto, ao delinear-mos o sistema que deve atender a tôdas as necessidades e servidões apontadas.

### O EDIFÍCIO

Recapitulemos as conclusões sucessivas:

1. Guerra irregular, contra forças superiores.
2. Ação militar, tratando-se de oponente a que possamos equiparar-nos e de rebeldia em armas.  
(As imposições acima sugerem: **Atividades Bélicas**)
3. Prevenção do quinta-colunismo.
4. Prevenção dos métodos de "agressão branca".
5. Manutenção da ordem interna.  
(Esses três últimos impõem: **Atividades de Informações e Psicológicas e Atividades Policiais**).
6. Trabalhos ligados ao desenvolvimento do País.  
(Consequência: **Atividades civis**).

É de ver-se que essas incumbências congregariam as forças armadas, polícias militares e civis, órgãos de informações e ação psicológica; e, no setor de obras (colonização, viação, comunicações, educação, etc), pelo menos um elemento de planejamento e coordenação.

Tudo isto seria reunido no âmbito de um escalão superior, o **Ministério de Segurança e Defesa**. Resumamos, num só gráfico, a sua organização e atribuições. Observemos que serão enquadrados elementos que atuam isoladamente, por ora, ou alheios uns aos outros.

Só há dois órgãos novos, além do próprio Ministério de Segurança e Defesa. Um é relacionado com os trabalhos civis, de desenvolvimento; outro, o Departamento Federal de Informações e Ação Psicológica.

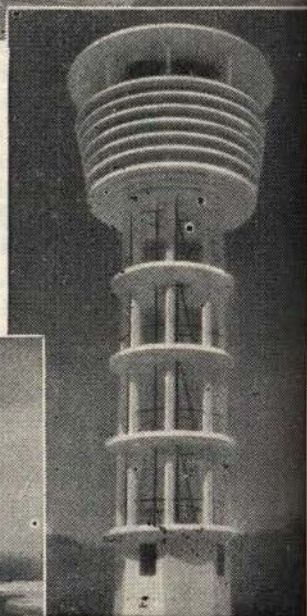
Todos os demais, porém, teriam de reorganizar-se, para atender aos encargos enumerados.

A tarefa é grandiosa, e nada fácil. Entretanto, constitui um desafio estimulante para os nossos estados-maiores, militares ou civis. Executando-a com ordem, presteza, cuidado e sinceridade de propósitos, revigoremos em nossas fileiras o SENSO DE FINALIDADE e prestaremos um serviço à Nação.



## O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Poligono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, ás quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

# OPERAÇÕES FLUVIAIS

## NO TEATRO DE OPERAÇÕES AMAZÔNICO

Maj GUSTAVO MORAES REGO REIS,  
Oficial de EM.

### I — INTRODUÇÃO

Falar sobre Operações Fluviais, em 1962, pode parecer à primeira vista atitude fora de propósito, assunto importuno.

As conquistas espaciais e os debates especulativos a respeito das formas de Guerra Moderna — a Guerra Nuclear e a Guerra Insurrecional — mantêm um estado emocional imanente que polariza, por completo, a atenção dos militares e o eventual interesse dos leigos, todos apressados em ultrapassar um estágio que reputam superado.

Todavia, verificando, com mais vagar, o tipo e as características operacionais — a conduta da Guerra Insurrecional em suas últimas fases — e compreendida sua sugestiva e inarredável identificação ao meio ambiente, acaba-se por concluir pela atualidade do tema.

Na verdade, não há na literatura militar corrente (ou, pelo menos, não tem sido divulgada entre nós) alguma coisa, especificamente, relacionada a Operações Fluviais. Os próprios textos regulamentares não vão além de simples notícias, quando abordam o assunto, sem maiores explicações ou comentários.

A omissão é paradoxal. Nossas melhores tradições militares — terrestres e navais — têm suas origens em históricas ações montadas e desenvolvidas em torno dos rios platinos e, o dispositivo que garante hoje algumas de nossas fronteiras, pressupõe ainda atuações muito semelhantes em condições de emergência. Ainda mais. Por uma contingência geográfica de reflexos táticos — a dependência recíproca do rio e suas margens — as Operações Fluviais implicam, forçosamente, em ações combinadas, ou conjuntas. Esse fato, já assinalado naquelas históricas campanhas, criando delicados e complexos problemas de comando e de planejamento, nem assim, chegou a estimular suficientemente, para a pesquisa, o estudo e a sistematização nesse campo, o pensamento militar brasileiro. Ao contrário. Entre nós, o estudo sistemático de Operações Combinadas e Conjuntas é relativamente recente. Cautelosos, eivados de prevenções e recalques recíprocos, aqueles estudos — tudo leva a crer — têm-se limitado apenas aos aspectos teóricos do planejamento, nos mais elevados escalões.



Falta nêles, como de resto em alguns dos nossos currículos escolares, o sentido positivo da objetividade, dentro dos quadros reais do panorama geográfico e militar brasileiro.

Falta afinal o ensaio, a oportunidade para os quadros executantes participarem e se aperceberem, tanto quanto possível, da trama operacional, podendo colhêr todos, ensinamentos verdadeiramente tangíveis.

Na Área Amazônica a Operação Fluvial corresponde a flagrante evidência dos pontos de vista terrestre, naval, aéreo e combinado.

## II — CONCEITUAÇÃO

A Amazônia constitui um mundo surpreendente. E sua geografia, ainda insuficientemente conhecida, tem sofrido as injunções e os percalços de uma literatura que, explorando mais o sensacional e exótico, varia do terrível ao sublime.

Por outro lado, suas dimensões continentais e a marcante tonicidade de suas duas constantes panorâmicas — os rios e a selva — dão-lhe, a distância, uma impressão de conjunto compacto, indivisível, inabordável. Será o caso de desfazê-la, bosquejando seu perfil geográfico, em termos operacionais, como nos interessa.

Assim, tentaremos estabelecer uma conceituação provisória de Operações Fluviais como sendo:

- Um conjunto de ações aquáticas, terrestres e aéreas, desenvolvidas em tórno dos rios, utilizando-os como vias de transporte, pelo emprêgo de meios compatíveis, visando destruir as forças adversárias que mantêm ou ameaçam os centros de vida e posições-chave que interferem na navegação.

A conceituação não é completa e, muito menos, perfeita.

Esforça-se apenas por caracterizar:

- uma indicação implícita de operações combinadas, até mesmo nos pequenos escalões;
- o papel do rio, não como obstáculo a transpor, mas como via de acesso e de transporte, cujo uso fica limitado, tão-somente, à natureza dos meios empregados (navios e embarcações menores);
- o papel das margens e as ações terrestres, simultâneas ou sucessivas, decorrentes ou não, da ação fluvial, pròpriamente dita;
- os objetivos visados face à atuação do adversário — dominando o rio, ocupando as margens, interferindo na navegação — e enfatizando, de certa forma, os acidentes capitais que se sobrelevam.

Podemos então desdobrar a essa altura as características gerais, em outras, mais pormenorizadas, correspondentes a cada um dos planos que vêm sendo considerados:

- o plano das Fôrças Navais e Aéreas;
- o plano das Fôrças Terrestres;
- o plano Combinado.

Analisando mais de perto o quadro operacional, de acôrdo com algumas peculiaridades geográficas das diferentes regiões em que poderão se desenvolver, chegaremos a uma segunda aproximação:

1º. Nos grandes rios, seus estuários e baías interiores:

- terão o cunho de Operações Anfíbias, de amplitude variável e com características muito próximas de suas congêneres marítimas, clássicas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, salvo quanto à natureza dos meios navais e aéreos empregados;
- ficarão condicionadas à largura e profundidade dos rios, sua navegabilidade, existência de praias nas áreas de desembarque; Serão ações centralizadas com relativo volume de meios navais, aéreos e terrestres;
- poderão também corresponder a operações, tipicamente, navais, de proporções mais modestas, entre oponentes de idêntica natureza.

2º. Nas largas faixas alagadas — a várzea — marginais aos grandes rios, cortados de “igarapés” extensos e sinuosos, separados por limitados platôs de “terra firme” — os “tesos” — a maneira de divisores, sem relêvo notável, — tudo coberto de floresta densa, inundável nas partes baixas — o “igapó”; — serão agora operações com tropas terrestres, desenvolvidas porém a cavaleiro daqueles típicos cursos d’água — os “igarapés” — de largura e profundidade extremamente instáveis, impondo, em consequência, aptidão operacional “aquática” — reconhecimentos, patrulhas e, até mesmo, ações em fôrça limitada, utilizando embarcações, a par de conduta terrestre alternada, geralmente na selva.

3º. A conjugação das duas atuações anteriores, ou seja, operações sucessivas ou simultâneas, desenvolvidas nos grandes rios e nas largas faixas marginais:

- tratar-se-à, então, de Operação Anfíbia, aproximadamente clássica, admitindo em seu interior aquelas características e até a simultaneidade de operações terrestres de feição eminentemente “aquática”.

Essa conjugação constitui, via de regra, o aspecto mais generalizado e, aparentemente, o mais moldável às faixas operacionais permeáveis e de mais franco acesso no Teatro de Operações Amazônico.

### III — CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

O Planejamento — O limitado conhecimento a respeito da montagem de operações dessa natureza, salvo quanto à técnica, puramente acadêmica; a pobreza de informações cartográficas, cartas e elementos topográficos pormenorizados das diversas e variadas sub-regiões; a instrução ainda muito formal dos nossos quadros e da tropa, pouco condizente com o tipo das atuações descritas; e a sistemática e angustiante carência de meios materiais e equipamentos, conduziram, certamente, um planejamento mais rígido de feição escolar, ao total desencorajamento para a execução de um simples exercício de Guarda. Assim tem normalmente acontecido.

Evitar-se-ia o óbice, partindo de esboços inicialmente traçados e evoluindo os quadros operacionais e logísticos, na medida em que as pesquisas, os reconhecimentos, as informações, ampliassem o panorama real ressaltando omissões, completando lacunas, e apontando fragilidades.

Os planos preliminares então cerram sobre aqueles novos elementos e acertam as estimativas e avaliações do momento, à luz dos novos padrões.

O processo é lento, mas seguro. Único aliás admissível com objetividade.

Não proporciona porém aquele efeito espetacular da antecipação a longo prazo, tão a gosto e de tanto brilho nos planejamentos mais ou menos inconseqüentes.

O Conhecimento do Terreno — A inexistência de documentação cartográfica de alguma precisão, a ordem de grandeza quase assustadora dos erros tolerados nas avaliações de espaço e do tempo, a versatilidade dos fatores — rios e selva — paradoxalmente mutáveis em suas feições peculiares quanto ao local, quanto à época, impõe ao planejador, como aptidão básica, o conhecimento do terreno e das particularidades que lhes são inerentes.

Não será exagêro afirmar que o “sentimento de terreno”, na Amazônia, corresponde a um verdadeiro “estado de espírito”. Isso porque, somente a observação própria, a sensação pessoal, pode dimensionar em suas justas proporções os conceitos da geografia corrente e os da sugestiva terminologia regional aos padrões da Amazônia.

O Homem — O elemento humano das cidades — Belém, Manaus — nem sempre dispõe daquela aptidão indispensável ao soldado “anfíbio” ou “aquático”, como geralmente se supõe que seja inata ao homem da Região.

Nem todos sabem nadar. Não têm prática de navegação, mesmo em embarcações regionais. E, em sua maioria, nunca penetraram na selva.

É desembaraçado, inteligente e fisicamente disposto, adaptando-se com facilidade às situações e improvisando com habilidade e recursos próprios. É frugal e resistente, dócil e resignado.

Já no interior e nas Guarnições de Fronteira o homem é diferente. Dispõe de notável aptidão natural para conduzir-se na selva e nos rios. São indispensáveis como guias, mateiros, caçadores, pilotos e conhecedores de cada rio, orientados por extraordinária intuição e apuradô-senso na avaliação e levantamento de indícios de toda natureza.

Mesmo nos rios que admitem navegação de primeira linha e, principalmente, para embarcações de porte, o piloto, o prático, é indispensável.

O Material — O aspecto mais interessante diz respeito ao aproveitamento dos recursos locais. A natureza da navegação pelos extensos e sinuosos “igarapés”, sujeita às peculiaridades das marés, dos “repiquetes”, das “terras caídas”, os obstáculos flutuantes e submersos-troncos, balseiros, bancos de areia — os diferentes tipos de embarcações — a montaria, o casco, a ubá, a igarité, a galeota, a lancha e a gaiola — cada uma representando uma técnica, uma aptidão especial, restrições para este ou aquele tipo de rio ou de navegação e consequentes limitações quanto ao emprêgo, carga e manuseio, constituem fatores de planejamento nada desprezíveis.

Por outro lado, a descentralização das ações e a capacidade, relativamente reduzida desses meios de transporte, implicam em outras tantas complexidades na montagem logística de operações desse tipo.

Como exemplo, em um modesto exercício levado a efeito em 1959 na região do arquipélago de Marajó, foram utilizadas mais de quarenta embarcações particulares, desde rebocadores até pequenos “cascos”, E, cumpre assinalar, operados em sua quase totalidade pelos respectivos proprietários, em singular espírito de colaboração.

Aproximação dos meios — Sendo os rios as vias naturais de acesso e de transporte, a aproximação dos meios terrestres é realizada embarcada. De acordo com o volume de tropa a deslocar, é organizada uma Fôrça de Transporte com navios mercantes e, a Fôrça Naval se dispõe, em condições operacionais, desdobrando-se, segundo o tipo de seus navios, constituindo uma Escolta e uma Fôrça de Varredura. Aquela para proporcionar a indispensável segurança ao comboio, esta para proceder a desobstrução do canal de navegação e, eventualmente, das praias e locais de desembarque.

Esses meios, unidades de combate e de transporte, aptas às operações fluviais, ficam porém com suas ações limitadas aos grandes rios, seus estuários e baías interiores e, mesmo assim, muito vulneráveis à atuação aérea inimiga, seja pela relativa facilidade de identificação, seja pelos reduzidos espaços de manobra, quando assinaladas.

Os deslocamentos ficam então na dependência de uma eficiente cobertura aérea, ou terão que processar-se à noite.

Restrições quanto à navegação fluvial como a variação constante do canal de acesso e a existência de obstáculos flutuantes e submersos, aliados ao lançamento de minas e outros engenhos, tirando partido das peculiaridades dos cursos d'água (marés, correntes, etc.) poderão constituir outros tantos óbices a serem considerados na ação naval.

A técnica de embarque, desembarque, acomodação a bordo, disciplina de luzes e outras, deverão constituir objeto da instrução corrente de toda tropa da Área.

Transbordo e Desembarque — Na operação anfíbia clássica, o transbordo é realizado na área de desembarque, dos transportes (navios) para as embarcações de desembarque, especializadas para o carregamento de homens e material. Estas, dirigem-se diretamente às praias designadas, onde abicam, largando suas respectivas cargas.

Tudo sob o imediato controle do Comando da Fôrça Anfíbia.

No interior dos rios tropicais não só pela peculiaridade das áreas de transbordo e dos locais de desembarque, como também pela descentralização das ações posteriores dos meios reunidos apenas para fins de transporte, estas fases da operação se processam de formas diversas.

Em geral, um mesmo navio-transporte realiza vários transbordos escalonados no tempo, ou mesmo no espaço, em áreas afastadas umas das outras.

Não raro também, a aproximação dos meios pelos acessos fluviais pode ser levado além da área de transbordo — imposta pelas condições restritivas à navegação dos navios-transporte — desde que se utilize embarcações de menor porte (rebocadores e lanchas) que conduzem a tropa até uma segunda área de transbordo mais próxima. Aí então far-se-á o transbordo final para as embarcações miúdas que se destinam às regiões de desembarque.

O transporte e a reunião dos diferentes meios nos locais desejados, as operações de transbordo e navegação fluvial de aproximação em diversas condições de Segurança, são aspectos indicativos das exigências quanto aos pormenores de planejamento e às características dos Comandos, capazes de tomar decisões oportunas, incisivas e adequadas, com iniciativa e imaginação, sob pena de comprometerem a operação logo em suas fases iniciais.

A observação é verdadeira. Tanto mais, pelos óbices apresentados à manutenção do controle operacional direto por parte do Comando da Fôrça Anfíbia, permanecendo êle ainda embarcado para coordenar a ação em seu conjunto.

Apoio de Fogo Naval — O fogo naval, considerados os calibres, relativamente reduzidos, utilizados nas unidades de combate fluvial, tem seu emprêgo condicionado às limitações de campo de tiro, dificuldades de observação, inclusive aérea, em particular quando batendo alvos situados na selva marginal.

As restrições mais ou menos constantes ao horizonte visual, criadas, seja pelas sinuosidades do rio, seja pela vegetação alta das margens e de inúmeras ilhas e, os prolongamentos submersos destas, nem sempre permitindo buscar melhores enfiamentos pelo risco de encalhe, reduzem de muito as possibilidades de um apoio de fogo naval eficiente. Junte-se a isso a já declarada pobreza cartográfica da Região.

A Manobra — A essa altura, pode-se aperceber o desembocar das ações da Fôrça Terrestre de Desembarque, ainda com características eminentemente "aquáticas". Os deslocamentos fluviais pelos "igarapés" e a abordagem final às regiões de desembarque — normalmente acanhados e lamacentos remansos, denominados "portos", pelos moradores ribeirinhos — e só identificados pela presença indicativa de alguma modesta palhoça e incipiente roçado na entrada da selva circunvizinha, corresponderão a processos de combates adequados. Mais adiante cuidaremos, novamente, dêste assunto.

Objetivos — A marcação de objetivos para as respectivas Fôrças Naval, Terrestre (de Desembarque) e, eventualmente aérea, é da competência do Comando da Fôrça Anfíbia. Serão indicados nas extensas faixas a cavaleiro do eixo principal de progressão — o rio — os centros de vida, as posições-chave de expressão logística ou de interferência marcante no tráfego fluvial, ressaltados pelo valor relativo nas nossas mãos ou nas do adversário.

Como no mar e no deserto, na planura dominada pelos rios e pela selva, os objetivos são, na realidade, os grupamentos de fôrças do adversário, onde estiverem.

A versatilidade das combinações de direção e movimentos e, as limitações quanto ao emprêgo do fogo, condicionam a manobra — como no mar e no deserto — ao efetivo engajamento das fôrças, sob pena de atuarem no vazio.

Buscar o adversário, onde estiver, nos parece o importante na marcação dos objetivos.

Frentes e Profundidades — A ausência de compartimentação, a homogeneidade da selva e a pletórica rêde fluvial, identificada ou não, leva-nos a concluir que êsses elementos de definição de responsabilidades devem ser considerados em termos muito gerais.

De acôrdo com o volume dos meios empregados, as limitações no espaço variarão procurando, tanto quanto possível, atender as possibilidades da tropa empenhada e seu equipamento.

As vias de acesso aquáticas e terrestres — os rios e a selva — como as rotas marítimas e as trilhas do deserto, receberão uma dosagem de meios compatível, face a avaliação dos elementos adversários que poderão ser encontrados em cada uma delas, já que as roçadas constituirão eventualidades pouco prováveis.

Assim, serão as frentes relativamente estreitas, intercaladas de grandes vazios, estabelecendo uma compartimentação *sui-generis*.

Regulação e Ritmo — Ações descentralizadas, ligações laterais pouco prováveis, dificuldades na identificação de acidentes do terreno e a vastidão da área admitem, quanto muito, uma aleatória regulação no tempo.

A manobra, muito embora definida *a priori*, dada a precariedade das ligações, tem seu ritmo na dependência da iniciativa, do vigor e da capacidade de decisão dos Comandos, em todos os escalões.

Processos de Combate — Já fizemos menção à feição peculiar que tomarão os deslocamentos e o acesso dos elementos da Fôrça Terrestre de Desembarque, desde o primeiro transbordo, até o desembarque final nos locais selecionados.

Esses elementos passarão, na realidade, a operar ainda embarcados, nesta segunda face, após abandonarem o navio. Caberá, pois, realizarem um dispositivo de deslocamento em segurança com embarcações miúdas lançadas à frente, reconhecendo e cobrindo o grosso contra surpresas. As embarcações maiores, transportando o grosso, terão seu armamento pesado em condições de atuar em tôdas as direções, inclusive na defesa antiaérea. Disporão ainda de frações suas, capazes de desembarcarem, rapidamente, realizando limitadas ações em fôrça sôbre pontos suspeitos ou ocupados nas margens e que venham a comprometer os flancos do grupamento de embarcações. As primeiras embarcações do grosso caberá também acolher os reconhecimentos destacados sôbre o próprio curso d'água ou seus afluentes.

Na aproximação, sempre que possível, os motores serão calados, pelos compromissos com o sigilo e quando não se ofereça uma contrapartida vantajosa e ponderável pelo aumento de velocidade de trabalho.

#### IV — CONCLUSÕES

Como ficou evidenciado no decorrer dessas linhas, não passam elas de um desprezioso ensaio de cunho muito pessoal.

Cumprê, porém, oferecer algumas conclusões, sumariando as restrições gerais, impostas às Operações Fluviais, e as condições que julgamos como essenciais para a efetiva realização das mesmas:

- Deficientes informações quanto ao terreno: recursos cartográficos escassos ou inexistentes, dificuldades para a realização de reconhecimentos minuciosos, dependência de informações locais pouco precisas;
- Deficientes informações sôbre o inimigo: a observação aérea reduz-se a cêrca de 50% e os outros elementos de busca serão sempre limitados face às peculiaridades e dimensões do terreno;

- Fogo Naval e aéreo de apoio sob condições muito difíceis ou impossíveis: pobreza de recursos cartográficos, dificuldades de observação, impossibilidade de identificação da linha de contato na selva;
- Fracionamento antecipado dos meios terrestres, face às características de acesso à “terra firme” e aos objetivos principais: Manobra terrestre definida *a priori*, restrições muito grandes quanto à possibilidade de roçada e do emprêgo da reserva;
- Limitações quanto ao emprêgo de material rádio e a necessidade da exploração sistemática de todos os meios de comunicações; as restrições do terreno e a natureza descentralizada das ações exigem a realização, a todo custo, das ligações mínimas necessárias;
- Limitações das armas de apoio — Morteiros e Metralhadoras — quanto ao tiro e ao transporte fluvial e terrestre: o emprêgo dessas armas fica muito limitado, circunscrito mesmo às áreas livres dos rios e “igarapés”, e seus excessivos pesos e volumes, face à fragilidade das embarcações e à natureza do terreno na selva, correspondem a uma sobrecarga não compensadora;
- Apoio logístico muito restrito: dadas as dificuldades de acesso, manutenção da segurança das vias de transporte e restrições quanto à possibilidade de abastecimento via aérea, pelas dificuldades de observação já assinaladas.

Vejamos agora para terminar, quais seriam as condições essenciais para a realização efetiva de uma Operação Fluvial desse tipo:

- 1º. Unidade de Comando — Parece óbvio que o Comando Combinado aflora como imperativo pela versatilidade das ações de cada uma das três Forças, sua descentralização nos escalões subordinados e a dependência recíproca. Tanto quanto a Força Naval se dispuser encampar e operar os meios flutuantes, engajados nas ações “aquáticas” das Forças Terrestres, tanto mais baixo será o escalão combinado e mais unificado o comando.
- 2º. Manutenção do domínio do rio e superioridade aérea — As fases críticas de transbordo e desembarque, a escassa proteção da tropa em pequenas embarcações, o acúmulo destas em áreas reduzidas e a eventual indicação dos pontos de abordagem são situações que exigem cobertura de superfície e do ar. Além disso, o rio, como principal via de transporte operacional e logística, corresponde a compromissos inarredáveis da própria segurança da Operação.
- 3º. Unidades de combate e de serviços adestradas e instruídas nas técnicas das operações aquáticas — Desde a Instrução básica a programação deverá incluir conhecimentos indispen-



sáveis à conduta individual em operações de feição aquática como: a natação, utilização de embarcações a remo e a motor, reconhecimentos fluviais, emprêgo das armas embarcado, patrulhas, golpes de mão e o combate de encontro entre embarcações, etc.

Pelas razões já alinhadas julgamos o assunto aberto e mais, em excelentes condições para enriquecer-se pela incorporação de novas e fecundas idéias, informações e pesquisas dos camaradas que, como nós, tendo desfrutado do singular privilégio de emprestar um pouco de seu trabalho à Amazônia, sejam atraídos também pela originalidade do tema em seus aspectos regionais.



## PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73/95

tel. 45-8187

R. Camerino, 79/81

tel. 43-4990

R. Bombina, 36

tel. 36-6763

# O SENTIDO MILITAR DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

Ten-Cel CARLOS RAMOS DE ALENCAR

Oficial de EM

O erguimento da cidade de BRASÍLIA acêrca de 1.000 quilômetros da costa atendeu, como é sabido, a antigo dispositivo legal.

Já a primeira Constituição Republicana, de 1891, rezava em seu artigo 3º:

“Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.”

— Quais as principais razões que terão inspirado os idealizadores dêste sábio mandamento constitucional, pôsto em execução quase setenta anos depois?

Assim comentou, na época, o insigne JOÃO BARBALHO (\*):

“Para a sede do Governô a Constituição reservou no planalto central do BRASIL uma zona apropriada.

A escolha de uma situação no centro do país a isso destinada é muito acertada; funda-se em razões, quer de ordem estratégica e de segurança contra inimigos externos, quer de ordem política e administrativa com relação ao Governô interno do país.

As cidades à beira-mar ou próximas dela estão muito expostas a bombardeios ou a assalto e ocupação por fôrças militares estrangeiras.

Em geral, observa-se o fato de, nem mesmo nações de grande poder militar preferirem para capitais, cidades marítimas. Exemplo: a FRANÇA, a ALEMANHA e os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE”.

— Percebe-se, desde logo, como o aspecto *militar* do problema teve uma influência preponderante no espírito dos constituintes de 1891.

(1) Sua obra “Constituição Federal Brasileira” é considerada clássica entre os cultores do Direito.

Por isso mesmo, um dos principais argumentos utilizados recentemente pelo bloco parlamentar "antimudancista" foi o de que, face aos modernos e potentes meios de ataque, a Capital do País tanto estaria exposta na orla do ATLÂNTICO como no planalto central.

O raciocínio, demasiado simplista, merece alguns reparos.

De certo, a supremacia e o desenvolvimento crescente dos projéteis dirigidos e da energia atômica para fins bélicos, somados ao notável surto aviatório dos últimos decênios, veio sujeitar o interior de um país quase que aos mesmos efeitos destruidores, antigamente circunscritos aos teatros de Operações.

Em consequência, o clássico conceito de segurança do território sofreu modificações. Hoje, o Teatro de Guerra abarca, praticamente, a totalidade da área dos países beligerantes. De outro lado, nem sempre os novos conflitos se iniciam mais com o formal cruzamento por um dos contendores, da faixa fronteiriça ou litorânea do país inimigo.

Os mísseis, os satélites e as naves espaciais com piloto tendem a diminuir o mundo de tal forma que, do ponto de vista tático, a Terra poderá vir a ser considerada, em futuro breve, um único TO, um único campo de batalha. Dotadas que sejam as organizações militares com armas nucleares e aviões a jato, teremos, por exemplo, a área do ORIENTE MÉDIO transformada em uma simples *ponte* ligando a EUROPA, a ÁSIA e a AFRICA.

— A despeito de tudo, é claro que o fator *distância* nunca deixará de ser admitido como um dos elementos primordiais de qualquer dispositivo de defesa montado, especialmente, contra incursões ou ataques vindos do ar. Ainda mais quando o isolamento do objetivo visado, em relação às bases de suprimento disponíveis, impedir um apoio logístico conveniente, tornando problemática a manutenção de sua posse por tempo mais ou menos longo.

Em outras palavras, a periferia do território será sempre mais vulnerável a uma agressão externa do que a região central do país.

— Vale recordar que a anterior transferência da Capital do BRASIL, na segunda metade do século XVIII, de SALVADOR para o RIO DE JANEIRO, obedeceu muito mais a imperativos de ordem militar do que a razões econômicas fundadas na descoberta das minas gerais.

É o que conta VARNHAGEM:

"Foi nomeado sucessor de BOBADELA o Conde da CUNHA, com ordem expressa para residir no RIO DE JANEIRO, para onde, em virtude da crescente importância do porto e da necessidade de estar mais perto do Teatro de Guerra do Sul, decidiu o soberano transferir de todo a residência dos vice-reis do BRASIL".

Realmente, já não podia a BAHIA apoiar satisfatoriamente a conquista e manutenção do principal objetivo da política portuguesa na AMÉ-

RICA, como tão bem haviam presentido TOMÉ DE SOUZA e MEM DE SÁ ao sugerirem à côrte lusitana a fundação de outro centro de potência mais ao sul.

Eis porque o RIO DE JANEIRO foi escolhido para Zona de Concentração das unidades e base avançada dos recursos de tôda sorte que demandavam ao campo de luta, servindo, também, para complementar a função militar dos centros de vida que iam surgindo pouco a pouco na esteira dos acampamentos.

— Sabe-se que uma nação, na presente conjuntura, só é militarmente forte quando o poder de suas Fôrças Armadas se assenta em uma sólida infra-estrutura econômica. Chega-se mesmo a dizer que a defesa de um país deixou de ser atribuição privativa de suas Fôrças Armadas.

Ligada, dentro em pouco, aos mais longínquos rincões da Pátria, por ampla rêde de transportes e meios de comunicações, BRASÍLIA irá fatalmente contribuir para acelerar o povoamento e o desenvolvimento dessas regiões. Concorrerá, assim, para atenuar o profundo desequilíbrio entre as principais áreas geo-econômicas do país, para desfazer os seus enormes vazios demográficos e, portanto, para reduzir as vulnerabilidades da nação.

— Mas a nova Capital está, também, fadada a desempenhar, indiretamente, outro papel de relêvo no campo militar.

Tudo indica que o deslocamento do centro administrativo da nação para o Planalto Goiano acarretará uma diminuição progressiva das agitações e lutas estéreis que têm caracterizado a vida político-partidária do RIO DE JANEIRO. Isso permitirá que o Governo Federal, em clima de maior tranqüillidade, possa cuidar mais detidamente da solução dos grandes problemas nacionais e que nossas Fôrças Armadas, menos solicitadas por interesses vários, venham a empenhar-se coesas, pela concretização de suas velhas e justas aspirações específicas, fugindo a uma estagnação que compromete fundamentalmente sua eficiência.

Algumas dessas aspirações, de execução inadiável, têm como ponto de partida e enunciação de nossa Doutrina de Guerra e das partes básicas, pelo menos, da Doutrina Militar correspondente (2).

Não é preciso dizer que uma e outra devem ser formuladas em termos racionais, objetivos e coerentes, tendo em conta, inclusive, as responsabilidades e deveres do BRASIL nos quadros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e como integrante do sistema de defesa continental (JID).

É uma tarefa que implicará dentre outras providências:

— na atribuição de missões adequadas aos principais instrumentos do Poder Nacional nos campos político, econômico, psico-social e militar;

(2) Face ao que dispõe a Constituição Federal (art. 179), deve caber ao CSN o estabelecimento da Doutrina de Guerra e ao EMFA, naturalmente, com a colaboração dos EM de cada Fôrça, a formulação da Doutrina Militar Brasileira.

- na atualização das Hipóteses de Guerra e respectivas prioridades;
- na revisão do planejamento da mobilização, de emprêgo das Fôrças Armadas (combinado e singular) e de equipamento do território;
- no reajustamento da "Ordem de Batalha".

Terá, então, soado a hora de buscar-se a consolidação de uma *mentalidade* no meio militar, condizente com exigência primordial da guerra moderna e consagrada no decurso do último conflito mundial: a *integração* das Fôrças de Terra, Mar e Ar.

Atente-se para as palavras de Marechal MONTGOMERY:

"— Na próxima guerra acabaremos todos numa sô Fôrça Armada ou em duas, a viva e a morta".

Cumpra assinalar que essa integração não entrará em choque com o compreensível e elogiável "espírito de corpo" de nosso soldado, marinheiro e aviador. É que ela não impõe necessariamente a *fusão* das três Fôrças; apenas assegura maior e mais íntimo entrosamento entre Exército, Marinha e Aeronáutica mediante a unificação da terminologia do planejamento geral, dos comandos operacionais, etc.

No plano executivo, o processo de integração deverá importar na *reestruturação* imediata, de alto a baixo, das organizações militares, abrangendo a modernização do seu material, o rejuvenescimento dos quadros (Exército) e a desburocratização dos serviços administrativos.

Seguramente, uma das primeiras decisões do Governô nesse sentido será a criação do *Ministério da Defesa*.

É que, então, as considerações de ordem política, ainda que continuem a ser relevantes, não mais deverão prevalecer sôbre as de natureza técnica. Tal decisão, é fora de dúvida, poderá conceder a BRASÍLIA a oportunidade de constituir-se em importante marco da evolução natural e incoercível da estrutura de nossas Fôrças Armadas.

---

*Os direitos adquiridos pelos indivíduos cessam no momento em que os das Fôrças Armadas e do Brasil começam a ser prejudicados.*

# RIO BRANCO E AS FÔRÇAS ARMADAS

Ten-Cel CARLOS DE MEIRA MATTOS  
Oficial de EM

A passagem do cinquentenário da morte do Barão do Rio Branco permitiu que se relembassem feitos e acontecimentos ligados à existência desse grande brasileiro.

Lemos e ouvimos, na imprensa escrita e falada, a rememoração de vários episódios históricos e a reconstituição de traços característicos da personalidade de nosso extraordinário Chanceler. Não lemos nem ouvimos, entretanto, comentário algum que pusesse em evidência uma linha marcante, permanente, na trajetória de Rio Branco — sua admiração pelas nossas Fôrças Armadas.

Realmente, nenhum historiador poderá separar da vida e obra do Barão do Rio Branco a presença constante das Fôrças Armadas.

Filho de militar, — pois o Visconde do Rio Branco, antes de ser notável diplomata e estadista, foi cadete da Escola Central, Oficial do Corpo de Engenheiros, professor de balística e lente de artilharia e fortificação na Escola Militar (Central) —, o menino José Maria acostumou-se a ver em casa e a respeitar a farda honrada do Exército do Império.

Habitou-se a ouvir de seu pai a história das Campanhas do Sul onde as armas brasileiras, nos tempos de sua meninice, lutavam contra a tirania dos Rosas, dos Oribes e dos Aguirres, na mesma época em que o Visconde desempenhava importante missão diplomática no Prata, em defesa de nossos direitos.

A Guerra do Paraguai o alcançou cursando a Faculdade de Direito de São Paulo. Em Recife, onde concluiu o último ano da Faculdade, já se manifesta nítida na alma de Rio Branco a sua inclinação para a História, particularmente para a História Militar. Aproveita o acadêmico José Maria o tempo que passa em terra pernambucana para revolver obras e arquivos em busca de dados sobre as lutas contra os holandeses. Era o futuro comentador da obra de Shneider — A Guerra da Triplíce Aliança — que começava a afinar a sua vocação de historiador, vocação que haveria de transformar-se na razão de seu grande êxito, como diplomata e como estadista.

Logo após a rendição de Assunção, lá estêve, ao lado de seu pai, o Visconde, assistindo a várias cerimônias e atos oficiais, e estreitando-se no contato e conhecimento com os nossos chefes e oficiais.

Preocupava-se o acadêmico Juca Paranhos com o fato de se desconhecer e se deturpar na Europa os nossos feitos militares no Paraguai. Fêz-se correspondente da revista francesa "L'Illustration" para a qual redigiu as notícias mais importantes sobre os episódios da campanha militar, ilustradas com desenhos e detalhes sobre a rendição de Uruguaiana ou a Batalha de Riachuelo.

O Duque de Caxias abriu para Rio Branco a porta da diplomacia. Sua primeira nomeação para o serviço exterior, Cônsul em Liverpool, perigava. Havia outros candidatos fortes. D. Pedro II viajara e a Princesa Isabel ficara na Regência. Apesar da proposta de Cotegipe, a favor de Rio Branco, a nossa Regente inclinava-se por outro postulante. Caxias, então Presidente do Conselho, influíu decisivamente junto à Princesa Isabel e arrancou a decisão favorável ao môço Paranhos.

Mas se foi Caxias quem lhe propiciou a entrada na diplomacia, outro militar, o Marechal Floriano Peixoto, colocou-o na meta da glória, entregando-lhe a missão de defender os interesses do Brasil no litígio das Missões.

A vitória da tese brasileira no caso das Missões, por decisão arbitral do Presidente Cleveland que se socorreu dos estudos eruditos e dos argumentos irrespondíveis apresentados pelo Barão do Rio Branco, projetou o nosso futuro Chanceler na constelação dos grandes brasileiros. Em seguida, vieram as questões do Amapá, Acre, Peru e Lagoa Mirim, consagradoras de sua genialidade diplomática, caracterizadoras de seu respeito pelos primados do direito e da justiça, comprovantes de sua plena preferência pelas soluções arbitrais, ou pela negociação direta como no caso acreano.

Muitos cultores de nossa história se têm dedicado a "dissecar" a personalidade de Rio Branco, para dela extrair as grandes lições de estadismo e de diplomacia. Esquecem-se, entretanto, quase sempre, de focalizar um dos aspectos marcantes de sensibilidade política desse extraordinário estadista — sua concepção global e realista dos problemas políticos internacionais.

A diplomacia vitoriosa de Rio Branco, exemplo de que o Itamarati é guardião e continuador, não se fundava apenas na apresentação de soberbas razões de direitos e incontestáveis provas de conhecimento histórico da matéria. Nem se fundamentava somente na sua capacidade de negociador e na inclinação para as soluções arbitrais — cuidava sempre, o grande Chanceler, ao lado das razões de ética, de sabedoria e de justiça, dos aspectos do prestígio nacional.

Sabia mais do que ninguém, o emérito diplomata, que em questões de política internacional, a força do direito, para exercer-se na sua plenitude, não dispensa o apoio do prestígio militar. Esta a lição da história das civilizações e dos povos, válida ontem, e muito mais presente no mundo de hoje. Por isto, por sentir o seu coração palpitar por um Brasil coeso e forte, o Barão destacou-se sempre como um admirador de nos-

sas fôrças militares. Teve amigos íntimos e devotados entre os chefes militares de sua época, entre os quais cumpre ressaltar Hermes da Fonseca, e Alexandrino de Alencar.

Figura atuante e prestigiosa nos quatro primeiros governos da República, o Chanceler mostrou uma admirável constância na defesa de nosso fortalecimento militar, através da modernização dos métodos de instrução e do reaparelhamento material do Exército e da Marinha.

Enfrentou, por certo, os agravos de uma propaganda medíocre e maldosa, que pretendia acoimá-lo de militarista. Não lhe fez caso: usou sua influência junto ao govêrno para que fôsem comprados os encouraçados São Paulo e Minas Gerais; jogou o prestígio de suas amizades na Alemanha para que Guilherme II convidasse o General Hermes da Fonseca a visitar o exército imperial — esta visita, rompeu o dique da inércia e do atraso em que se arrastava o nosso Exército minado pelas tradições do positivismo. Desde a viagem de Hermes da Fonseca iniciou-se a circulação de uma crescente corrente renovadora alimentada pelos oficiais designados para escolas, cursos e comissões de compra de material bélico na Alemanha.

Mais tarde, quando o Marechal Hermes chegou a Ministro da Guerra, para o que muito influiu o grande apoio da amizade de Rio Branco, pôde culminar os seus propósitos de reestruturação e modernização do Exército, consubstanciados na admirável "Reorganização Hérmes da Fonseca", verdadeiro divisor entre duas épocas da existência de nossas fôrças de terra.

Teve o Barão grandes oportunidades de demonstrar o seu aprêço pelas nossas fôrças militares e, também, o quanto prezava a amizade de nossos generais e almirantes. Nenhuma delas, entretanto, custou-lhe tantos dissabores como, quando no aceso da luta política entre os partidários de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, o Barão, amigo de ambos, tendo que se decidir, optou por ficar ao lado do Marechal. A verrina apaixonada dos adeptos de Rui Barbosa não o perdoou. Os politíqueiros e demolidores de todos os tempos, esquecidos dos incomparáveis serviços prestados por êle à Nação, passariam a taxá-lo de militarista. Faltava a êsses detratores visão ou sinceridade nessa crítica soez. Não podiam ou não queriam compreender que o gênio de nossa diplomacia, o estadista que acalentava a idéia de um Brasil grandioso, só alcançara as culminâncias do prestígio nacional e internacional porque fôra capaz de conceber a diplomacia e a política em têrmos globais e realísticos.

Respondendo àqueles que pretendiam minimizar-lhe o enorme prestígio já sólidamente assentado no país e no estrangeiro, o Barão, quatro meses antes de sua morte, por ocasião de uma grande homenagem que o Exército lhe prestou no Clube Militar, afirmou:

"Ser como fui desde a adolescência e a idade civil, um estudioso de nosso antigo passado militar; ter sido sempre que pude, em outros tempos, aqui como no estrangeiro, um modesto di-



vulgador dos feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora, na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isto meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja militarista.

Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional.

Tôda a nossa vida como Estado Livre e soberano atesta a moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a Unidade e a vontade da Nação.

Durante muito tempo fomos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos”.

Estas palavras cheias de patriotismo e de sinceridade do nosso maior Chanceler de todos os tempos, valem por uma lição de sabedoria, nem sempre fértil nos homens públicos responsáveis pelo destino deste imenso país, deste país subcontinente, engrandecido e dilatado pela inteligência objetiva e clara de um de seus maiores filhos: — José Maria da Silva Paranhos Júnior.

---

*“Existem somente quatro potências no mundo, cuja posição relativa a espaço territorial poderá, provavelmente, capacitá-las a enfrentar os problemas do século presente. São elas os Estados Unidos, a URSS, a China e o Brasil.”*

William Ziff

(No livro: “The gentlemen talk of peace”.)

# O ORIENTE-MÉDIO

## ESTUDO SUMÁRIO DO SEU SIGNIFICADO NA CONJUNTURA INTERNACIONAL

Major JOSÉ DE SA MARTINS  
Oficial de EM

O Oriente-Médio é uma área que, em termos de distância, está relativamente afastada do Brasil. No entanto, lá está uma tropa brasileira — o Batalhão Suez — operando sob a bandeira das Nações Unidas, em benefício não só da paz local como também mundial.

A afirmativa referente à paz mundial justifica-se pela compreensão de que a questão entre árabes e judeus, que levou nossos soldados a Gaza, transcende de muito os limites da área.

Não é entretanto ela o único problema de interesse internacional existente no Oriente-Médio. Outros existem que, embora na aparência dêem impressão de interesse apenas local, são de tal ordem e sofrem tais influências que as suas causas ou conseqüências dificilmente deixam de interessar ou mesmo afetar todo o mundo.

As questões do Congo, Laos, Vietnam do Sul e outras, podem ficar circunscritas às áreas desses países, e apenas dar margem a ameaças e troca de insultos entre as Grandes Potências; mas, como Berlim, o Oriente-Médio, o que ali possa ocorrer, tem significado especial.

A razão disso é que nessa área concorrem fatores que no presente, como no passado, e sem dúvida no futuro, são de importância para quase todas as nações, especialmente para aquelas que têm decisiva influência nos destinos da humanidade. Essa característica coloca o Oriente-Médio como uma das áreas de maior significado estratégico do mundo.

•  
• •

Existem várias opiniões a respeito da área que deve ser considerada como Oriente-Médio; a idéia mais aceita é a de que engloba: Turquia, Irã, Iraque, Síria, Líbano, Chipre, Israel, Jordânia, Kuwait, Arábia Saudita, Yemen, Egito (RAU) e Protetorados Britânicos da península arábica. Ela tem grande superfície, e compreende a região de Levante ou Oriente-Próximo.

•  
• •

Petróleo, o Canal de Suez (ligação entre os mares Mediterrâneo e Vermelho) e os Estreitos (ligação entre os mares Mediterrâneo e Negro), são fatores básicos da importância do Oriente-Médio. A eles se soma a posição geográfica, que torna a área ponto de união dos continentes europeu, asiático e africano.

O lençol petrolífero do Oriente-Médio é dos maiores e melhores do mundo. Ele atende ao grosso do consumo dos mercados ocidentais, e a sua exploração está praticamente nas mãos de Companhias européias e norte-americanas.

Uma interrupção no recebimento desse Petróleo afeta a economia e potencial militar das nações do Ocidente. Por isso, elas estão sempre atentas e agindo no sentido de que isso não ocorra, enquanto que o mundo que lhes está em oposição, o comunista, trabalha com afinco para que tal se verifique, ou melhor, para negar ao Ocidente a utilização, pelo menos com facilidade, desses recursos petrolíferos.

Por outro lado, as nações produtoras, recentemente despertadas para a consciência da riqueza que possuem, aspiram a dela tirar proveito total, libertando-se por completo das concessões que cederam. A dificuldade para tal reside na incapacidade que ainda têm para a exploração, e na quase impossibilidade de efetuarem a distribuição nos mercados consumidores, os quais estão sob cerrado controle daquelas companhias. A esses problemas há de se somar ainda a interferência dos países-sedes das mesmas, os quais preferem ter, através delas, ingerência direta na fonte de produção daquilo que lhes é tão importante.

A experiência de Mossadegh, nacionalizando o Petróleo do Irã, é interessante de ser relembrada. Entre os iranianos havia pouco pessoal especializado para acionar a extração e o refino; os mercados consumidores voltaram-se para outros produtores do Oriente-Médio, recusando-se a negócios com a Companhia formada por Mossadegh. E o Irã enfrentou terrível crise econômica, que jogou por terra, com uma revolução, o líder que tanto empolgou o seu povo.

\*  
\* \* \*

Suez aproximou o Ocidente do Oriente, e tornou mais fácil a roçada de recursos, e forças militares, de um hemisfério para outro. É por aí que circula a maior parte do Petróleo que vem para o Ocidente com proveniência da área. Por essas razões esse canal é de grande importância tanto para as nações ocidentais como para as comunistas.

Um acordo internacional regula a navegação pelo mesmo, mas o Egito (RAU), cujas terras ele corta, tem nas suas mãos o seu controle.

Em 1956, a nacionalização pelo CAIRO da Companhia do Canal de Suez, e as medidas restritivas à circulação por ele, que se seguiram àquele ato, provocaram ataque militar franco-britânico ao Egito, simultaneamente com a invasão da península de SINAI por ISRAEL, ação esta explicada como daquela dissociada, e somente ditada por uma necessidade defensiva do Estado de David, vítima de freqüentes incursões de forças irregulares do Cairo sobre seu território.

O que se vê é que aquele canal leva a atitudes extremas, e tal bem se compreende pela sua associação a Petróleo.

O Egito já impede a circulação por Suez de tudo que tem ligação com Israel; o navio que aí tentar passar, qualquer que seja a sua bandeira, com carga para ou de procedência daquela nação, a tem sumariamente apreendida. Agora já se anuncia que Nasser impedirá a navegação pelo canal, de barcos holandeses que levem recursos para a Holanda fazer face às pretensões da Indonésia sobre a Nova Guiné Ocidental.



Os Estreitos, a linha de água Dardanelos — Mar de Mármara — Bósforo, tem sido a razão de várias guerras. A Rússia desde o século XVII voltou decididamente as suas vistas sobre eles, como via de acesso a ter em seu poder para garantir a sua expansão pelo mundo. A razão é ser o Negro o único mar a banhar litoral de Moscou que não gela durante o inverno, e ter êle apenas uma saída, a dos Estreitos. Só através dêles, em qualquer época do ano, podem os navios russos ganhar as "águas quentes" do Mediterrâneo, e se espriar pelo mundo. Sòmente passando por aquela linha de água poderá uma força militar de Moscou atuar no flanco meridional do continente europeu.

Mas, parà a Rússia dos Czares, como para a URSS de Kruschev, o sentido expansionista do Kremlin esbarra na posição geográfica da Turquia, cujo sentimento de independência é forte, e não admite a menor perda ou divisão de soberania sobre qualquer parte do seu território e águas. Por isso, os turcos por várias vezes foram à guerra contra os russos, repelindo tôdas as tentativas moscovitas para dominar as terras que controlam os Estreitos, ou para nêles de qualquer modo ter interferência. Quando, após a 2ª guerra mundial, Stalin reivindicou a incorporação à URSS de Províncias do Este da Turquia, e participação direta no contrôle dos Estreitos, Ancara filiou-se decididamente ao bloco de nações que se opunham ao comunismo, entrou para a OTAN, e patrocinou a formação do Pacto de Bagdad, hoje denominado CENTO (Central Treaty Organization).

É evidente que, hoje e no futuro, assim como no passado, os países em oposição a Moscou têm interêsse em lhe negar livre acesso ao Mediterrâneo, e agora, mais do que nunca, em dispor de bases que possibilitem ameaça direta ao flanco SUL soviético.

A Convenção de Montreux regula a navegação pelos Estreitos, com total apoio à soberania turca. A URSS freqüentemente dela procura obter revisão, com o que não concordam as nações que a assinaram, nações ocidentais, e muito menos a Turquia.



O Oriente-Médio sempre atraiu as atenções de nações com desígnios expansionistas.

O testamento político de Pedro, o Grande, Czar de Tódas as Rússias, rezava: "Sigam na direção de Constantinopla e da Índia. Quem as dominar governará o mundo. Façam guerra permanente à Turquia e em segundo lugar à Pérsia."

O Império Alemão buscou pelo menos colocar a área na sua zona de influência. Conquistou a amizade do Império Otomano, que então a dominava quase totalmente, e, através da ferrovia Berlim-Bagdá, levou ao seu coração o prestígio germânico.

Já de antes a Grã-Bretanha aborudara o Oriente-Médio, via Egito e Gólfio Pérsico, e nêle se infiltrava, empurrando os otomanos para o interior.

O Petróleo deu decisivo impulso aos interesses sôbre a área.

O fim da 1ª guerra mundial provocou corrida dos vencedores europeus sôbre os domínios dos Sultões. Londres e Paris conquistaram Mandatos da Liga das Nações, e o mundo árabe ficou entre elas dividido.

A Alemanha de Hitler colocou o Oriente-Médio na lista dos objetivos a conquistar. A neutralidade turca, que respeitou na consideração ao aliado de 1914-18, levou-a a manobrar pelo Norte da África.

A competição que se estabeleceu entre a URSS e as Potências Ocidentais, após 1945, foi desde logo levada à área.



Vale aqui inserir rápida consideração sôbre os povos do Oriente-Médio, apreciação sôbre o temperamento dos mesmos, o que talvez explique a sua atual situação, e a quase passividade que alguns deles guardaram por séculos, facilitando as pressões e domínio sôbre eles de outros povos.

Mas há que fazer um parêntesis a respeito dos turcos, que, embora tenham muita semelhança com seus vizinhos da área, sempre tiveram mais sentimento de independência e acentuado orgulho nacional. Por isso fundaram um Império, que pela opulência e amor à glória se enfraqueceu, e por fôrça de pressões foi dissolvido.

É óbvio estarem fora de análise os judeus de Israel, por provirem na sua grande maioria de regiões externas à área, tendo nelas sofrido influências outras e absorvido culturas que ainda nos dias de hoje pouco atingiram a maior parte do Oriente-Médio.

Os povos da área, de índole mística, contemplativos e fatalistas, são extraordinariamente apegados a tradições e costumes, e em geral dominados por forte espírito de religiosidade.

É bom lembrar que a área é berço de três grandes religiões: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Esse pormenor tanto pode ser a causa como a consequência do comportamento dos povos do Oriente-Médio.

Essas características fazem com que normalmente se acomodem às situações, amem os líderes, ou quem cuide dos seus problemas e os exima

das responsabilidades. Embora pareça paradoxal, têm ambições, mas isso em termos que lhes são muito próprios, sem que a realização dos seus interesses demande muito esforço e luta.

Em geral desconfiados com o que vem do homem, sobretudo dos estranhos à área, são no entanto dóceis, influenciáveis e cativáveis, se tratados com naturalidade e igualdade. Mas aquele espírito de desconfiança, associado a um nítido complexo de inferioridade, que sem dúvida se desenvolveu com a longa vida de subjugação e de pressões, muitas vezes provoca contradições de conduta, atitudes incoerentes, explosões de temperamento.

O nível da grande massa, extremamente baixo, muita influência também tem.

Nos dias que correm se verifica uma transformação, revela-se uma consciência de independência, de compreensão de possibilidades, essa quase sempre em termos exagerados, o que é explicável pelo referido complexo ligado às outras características. Há desejo de mudança, de afirmação, de projeção.

Essas modificações já têm provocado crises, e ainda muitos problemas poderão criar com reflexos mundiais.

\*  
\*  
\*

Quando o clima de guerra-fria se instalou, os soviéticos já atuavam no Oriente-Médio, ali procurando ganhar posição. Grandes armas estavam concedidas a Moscou para obtenção de êxito. O atraso da área era grande, e os seus povos, quase todos naqueles dias tornados independentes, alimentavam fortes ressentimentos contra as nações que os tinham dominado, tôdas pertencentes ao mundo ocidental. Eram elas acusadas da expoliação das riquezas da área, e de nada terem feito em prol do progresso dos seus reais proprietários. Também eram apontadas como procurando guardar posição de interferência por certas cláusulas dos instrumentos de emancipação, de concessões obtidas, pela divisão de Estados feita, e pelos homens a que entregaram o poder.

Muito de verdade existe nessas acusações, deve-se reconhecer. Mas, em defesa dos acusados, no tocante à procura de uma situação de influência — em muitos casos mais do que desejo de interferência — alguns pontos devem ser considerados. Em primeiro lugar, essa é uma conduta normal de tôdas as nações, sobretudo daquelas que têm ou aspiram posição de relêvo no cenário mundial, e bem justificável em se tratando de área estratégica. Afinal, a URSS aí também lutava por isso. Depois, as novas nações, sem experiência de vida autônoma, e com mil problemas a enfrentar pelas suas condições de subdesenvolvimento, acabariam, se deixadas à própria sorte, por mergulhar num clima muito favorável ao comunismo, então já em franco processo de expansão pelo mundo, enfrentando em plano de igualdade às Democracias.

Mas a questão é que nenhuma nação, sobretudo aquelas que acabam de conquistar condição de independente, gosta de ser considerada como

incapaz de cuidar dos seus destinos, e de que algum outro povo nêle influa, ou ainda pense em lhe dar proteção sem que para tal tenha sido solicitado.

Assim o mundo não-comunista, por seus pecados, é bom insistir, sentiu de repente a possibilidade de grande parte do Oriente-Médio contra êle se voltar de modo ostensivo e decidido. Moscou rejubilava, e por instantes chegou a pensar, sem dúvida, que o espírito religioso dos povos do Oriente-Médio e a inércia de que são possuídos, não afetariam o plano de conquista imediata da área para sua órbita. Mas êsses fatores conspiraram contra o Kremlin, que abandonou sua idéia de rápida comunicação de grande parte do Oriente-Médio, pois isso iria exigir sua interferência direta, e o seu jôgo imperialista estaria desnascarado, com o ônus conseqüente ditado pelo espírito do antiimperialismo que êle mesmo ajudara a insuflar na área.

Evoluíram assim os soviéticos para a conquista de posições de influência, como um primeiro estágio, no que tiveram êxito inicialmente junto a Damasco, depois no Cairo e posteriormente em Bagdá. Com isso vai Moscou, lenta mas seguramente, interferindo em melhores condições no Oriente-Médio, e aí assegurando pontos de apoio necessários à sua irradiação pela área e, penetração no continente negro. As ajudas financeira, cultural, técnica e militar que concede aos "neutralistas" Egito e Iraque, vão proporcionando à URSS bases para difusão da sua propaganda pelo Oriente-Médio, e até mesmo facilidades de valor militar para uma eventualidade, quando, certamente, as procurarão usar, com ou sem assentimento dos Governos locais.

A pressão soviética nos países da área é constante e se efetua por via da propaganda, do apoio às oposições, quando é o caso, e das intrigas diplomáticas.

O Irã é um dos seus grandes alvos, já que as condições dêsse país em muito ajudam a propagação da doutrina comunista, ou pelo menos são interpretadas como sugerindo a necessidade de derrubada do atual Governo, o que poderá conduzir Teerã a uma mudança na orientação da Política Externa.

A Turquia, como o Irã, sofre forte pressão radiofônica de emissoras situadas atrás da Cortina de Ferro, e também diretamente de Moscou, através de Notas diplomáticas contendo reivindicações, ameaças ou, ainda, tentadoras ofertas... sob condições, naturalmente. Mas para Ancara a influência dessa ação soviética é muito relativa, pois os turcos antes de serem anticomunistas são decididamente anti-russos, pela experiência que têm de lutas continuadas para se defenderem das pretensões moscovitas sôbre seus domínios.

O Ocidente para fazer face, de modo seguro, ao trabalho da URSS para penetração no Oriente-Médio concebeu para a área um sistema defensivo a exemplo da OTAN. Mas, a animosidade que os árabes votam aos antigos colonizadores, que apareceram à testa dêsse movimento, fêz com que o repúdio ao mesmo fôsse quase generalizado por parte dêles

A Turquia, já então membro da OTAN, patrocinou a causa democrática no Oriente-Médio, e conseguiu a já referida formação do Pacto de Bagdá, que incluía um país árabe, o Iraque. Mas, após a sangrenta implantação da República no mesmo, Bagdá desligou-se do Pacto que tinha o seu nome, o qual passou a denominar-se CENTO, conservando-se uma organização de defesa contra a expansão comunista, contando com a Turquia, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha, como membros.

O CENTO conta com decidida oposição do Egito e do Iraque do General Kasim, e sofre campanha, como é natural, da URSS e seus satélites.

Em verdade, êle tem mais valor econômico e ideológico, já que as distâncias entre seus integrantes, e as condições topográficas e da rede de comunicações da área, não lhe asseguram boas possibilidades de agir coeso e centralizado como organização militar.

Os Estados Unidos da América do Norte, que em realidade “descobriram” o Oriente-Médio durante a 2ª guerra mundial, a êle dedicam extremo interesse, sobretudo por força da sua posição de nação-líder do mundo democrático. Washington, que muito se interessa em barrar a penetração soviética na área, não é membro efetivo do CENTO. A idéia é não se colocar em frontal antagonismo com o mundo árabe, uma vez que é, praticamente, a única nação do bloco ocidental a manter com êle um equilíbrio de relações, apesar de algumas dificuldades que entre ambos por vêzes ocorrem.

Através de acordos bilaterais, os EUA estão ligados econômica, técnica, cultural e militarmente, à Turquia, Irã e Paquistão, o que afinal põe os norte-americanos em contato direto com a Organização do Tratado Central, que por isso mesmo os têm presentes a tôdas as suas deliberações e realizações.

Quando da crise de Suez, em 1956, os EUA declararam que a Grã-Bretanha e França tinham perdido prestígio na área, e um “vácuo de poder” nela se estabelecera, expressão aliás que irritou os líderes árabes, notadamente Nasser. Para preencher essa lacuna, Washington anunciou o que denominou uma Doutrina que passaria a seguir em relação ao Oriente-Médio, à qual tomou o nome de “Doutrina Eisenhower”. Por ela os EUA “se comprometiam a auxiliar o desenvolvimento econômico de qualquer país da área, e a prestar efetiva assistência militar àquele que tal solicitasse com finalidade de enfrentar ameaça do comunismo internacional”. A 15 de julho de 1958, forças norte-americanas desembarcaram no litoral do Líbano, atendendo a apêlo do Presidente daquele país, que, a braços com terrível revolução, disso responsabilizava o comunismo e... o nasserismo. Na mesma oportunidade, pára-quedaistas britânicos desciam em Aman por solicitação do Governo da Jordânia, que admitia a possibilidade de extensão ao país da revolução ocorrida no Iraque (14 julho 58).

A Doutrina Eisenhower nada tem a ver com os auxílios dos EUA à Turquia e Irã, pois o início desses tem datas bem anteriores.



A existência de Israel é uma das razões do afastamento do povo árabe das nações ocidentais. Diz êle que a criação do Estado de David é parte do plano dos antigos colonizadores para permanecerem na área. A URSS, embora tenha sido a terceira nação a reconhecer o Estado por cuja existência votou afirmativamente, vem explorando essa idéia árabe de modo discreto, pelo que ela representa contra seus opositores.

A questão entre árabes e judeus não apresenta perspectivas de solução a curto prazo. O estado-de-guerra ainda existe entre os dois blocos; a situação de armistício presente pode ser rompida a qualquer momento. Nasser, particularmente, muito explora a questão na sua luta pela liderança dos povos da sua raça. Israel, por seu turno, não está satisfeito com o traçado da sua linha de fronteiras, nem a do armistício nem a aprovada pela ONU, organismo que Jerusalém de certo modo menospreza. O desenvolvimento desse país é causa de irritação para os árabes, que sentem, à proporção que Israel progride, diminuir as suas possibilidades de "jogar os judeus ao mar".

\* \* \*

O conflito árabe versus israelenses é a grande questão do Oriente-Médio, o que não implica em dizer que não existam outras que a qualquer momento possam explodir.

As pretensões da Síria sobre a Província turca de Hatay, podem, a qualquer momento, fazer a Turquia mais uma vez cerrar suas aguerriadas e bem preparadas tropas sobre a fronteira síria. E os soviéticos têm interesse no assunto, pois em Hatay, na cidade de Iskenderum, está uma base naval da OTAN, e daí parte estrada estratégica que atinge a fronteira turco-russa.

A intenção de Bagdá de incorporar ao Iraque o Emirato de Kuwait, que recentemente recebeu sua independência, é assunto do momento, embora a idéia seja antiga. Fôrças britânicas estão prontas para voltar ao antigo Protetorado e impedir que o Petróleo do mesmo caia em poder de mãos que amanhã poderão ser bem hostís.

As reivindicações iraquenses sobre águas e terras do Shatt-El-Arab do lado do Irã, por diversas vezes, nos últimos dois anos, já fez Teerã cerrar tropas sobre essa área. O problema preocupa o Ocidente, pois, além dos seus pactos militares com o Irã, na região está a grande refinaria de Abadan.

Chipre, conquanto em relativa calma após sua independência, tem, na rivalidade entre gregos e turcos que formam sua população, suficiente material explosivo para voltar ao cartaz. E ali estão bases aérea e naval da Grã-Bretanha.

O nacionalismo árabe está em tôda área desse povo; pode provocar crises a qualquer momento.

\* \* \*

A questão Curda é fonte de preocupações para os países da área que contam com minorias do povo curdo, e também para o Ocidente.

Turquia, Irã, Iraque e Síria são as nações que ocupam partes da grande região denominada Curdistão.

Os curdos pretendem reconstituir sua nação há tantos séculos desmembrada. Essa sua pretensão vem contando com apoio da URSS, estando em Leningrado a sede do movimento. Moscou ainda não se engajou decisivamente no assunto, talvez porque êle ainda não esteja bem amadurecido, e, sem dúvida, porque no presente isso poderia afetar as relações com os árabes, dadas as implicações sobre Síria e Iraque.

Segundo autoridades norte-americanas, a questão curda tem todas as características para nos próximos dez anos ser o maior fator explosivo da área.

A reconstituição do Curdistão, sob inspiração do Kremlin, afetaria decisivamente o dispositivo anticomunista no Oriente-Médio. Os atuais líderes do movimento, nos seus pronunciamentos, muito acusam a OTAN e o CENTO de serem contra o povo curdo.

\* \* \*

As desavenças que ocorrem no seio do povo árabe contribuem fortemente para intranquilizar a área e por vezes colocá-la em estado de tensão. Elas decorrem principalmente da luta pela conquista da liderança. Os protagonistas principais dessa corrida por domínio são atualmente Nasser, Kasim e o rei Hussein, aqui colocados em ordem de possibilidades.

Essa competição é insuflada por nações não localizadas na área, mas que nela têm interesses em jogo. Nesse aticamento de ambições e vaidades não será impossível encontrar a presença de Israel. A discórdia entre os árabes lhe dá tempo para sua consolidação, e facilita seus sonhos de ampliação de suas fronteiras.

\* \* \*

Os problemas dos ocidentais em relação ao Oriente-Médio ficariam agravados em caso de comunização de um dos Estados da área. Evidentemente êsse acontecimento jamais ocorreria num processo normal de modificação no sistema político de um país; o comunismo nunca se impôs dessa forma. Esse fato, sem dúvida, acarretaria séria crise de âmbito mundial. O Oriente-Médio tem muito mais valor para os comunistas e para as democracias do que o Vietnã do Norte, Laos e mesmo Cuba.

O comunismo tem poucas probabilidades de, no momento, se implantar na área sem um auxílio decisivo da URSS. Mas tem condições para a tumultuar, mantê-la instável, e operar com muitas possibilidades favoráveis num caso de guerra mundial.

Ocorre que Moscou vem correndo risco de perda de prestígio, pois, apesar dos auxílios que dá ao Egito e Iraque, êsses países, praticamente, até agora, nenhuma melhoria apresentam em decorrência deles. Os soviéticos fornecem muito material bélico e conselheiros militares, é verdade, o que talvez prove insinceridade da sua propaganda de que luta

para acabar com o subdesenvolvimento no mundo e quer paz. Os seus técnicos e equipamentos têm-se revelado fracos, dadas, talvez, as condições da área. Em tudo isso deve-se porém considerar que as características dos países e dos povos do Oriente-Médio não permitem a obtenção por êles de progresso em curto prazo.

O Ocidente, em geral, se preocupa com a hipótese de que o Irã possa vir mudar a orientação da sua Política Externa, o que é viável, sobretudo em caso de queda do atual Governo. O país tem cerca de 2.500 km de fronteira com a URSS, e muitos iranianos pensam que os ocidentais estão geograficamente muito longe, enquanto o colosso vermelho é realidade vizinha. A concretização dessa hipótese não se dará sem forte e decidida oposição dos ocidentais, sobretudo dos EUA, a despeito de muita gente no Ocidente não entender porque tantos milhões de dólares são continuamente invertidos no Irã pelas Potências democráticas.

\*  
\*  
\*

O valor estratégico do Oriente-Médio, e a importância dos problemas ali existentes, justificam as atenções que muitas nações dispensam à área, e a competição que ali entre elas se desenvolve. Não são somente as Grandes Potências que assim procedem; são também outros países, os que não querem ser surpreendidos pelos acontecimentos, aqueles que nêles pretendem influir de qualquer forma, e os interessados em tirar algum proveito, inclusive de aspecto comercial, jogando com o atraso da área e suas necessidades. No fundo, todos querem ali ter influência e prestígio, o que produz dividendos de qualquer natureza...

\*  
\*  
\*

O Oriente-Médio é importante para o Brasil dadas as nossas aspirações de prestígio e situação de relêvo no cenário internacional. Não devemos, por isso, ficar à margem de uma área onde a qualquer momento pode ser jogado o destino da humanidade.

Devemos ainda considerar que, para o êxito das nossas intenções sobre a África, muito úteis poderão ser os conhecimentos e experiência que tivermos no Oriente-Médio, já que algumas nações africanas estão sendo influenciadas por povos daquela área, que até bem pouco tempo também não gozavam de estatuto de independência.

Ainda mais, para bem fazermos face à infiltração comunista no nosso seio, é necessário acompanhá-la em outras áreas, a fim de melhor conhecer as suas modalidades e técnicas; para isso o Oriente-Médio, pela sua significação, e pelo que nesse terreno lá se passa, é importante.

Um ganho de posição de destaque no Oriente-Médio não nos será muito difícil, já que recebemos correntes de imigração árabe e armênia de lá provenientes, daqui saiu grande contingente judeu para Israel, e há já alguns anos lá está o Batalhão Suez, realizando notável trabalho de propaganda.

# ASPECTOS GERAIS DO SISTEMA COLONIAL ESPANHOL

Gen R/1 FLAMARION BARRETO

## I — O GOVERNO COLONIAL ESPANHOL

### A. Situação legal das Colônias

Embora descobertas com os recursos do Govêrno espanhol, as terras da América foram doadas aos seus monarcas pelo Papa Alexandre VI. O descobrimento e a doação constituem, pois, a base legal, em que se apoiou a dominação espanhola sôbre as terras americanas as quais "foram anexadas à Coroa de Castela e Leão", cujos soberanos se intitularam reis. "de las Indias, Islas y Tierra del Mar Oceano".

Em consêquência:

A — A legislação e instituições espanholas não foram aplicadas integralmente no continente americano. Inspiraram, apenas, uma legislação que se procurou adaptar às condições existentes nas terras novas, criando-se um direito nitidamente hispano-sul-americano (direito indiano).

B — As possessões americanas pertenciam aos Reis e não à Nação espanhola, sendo o Rei seu proprietário e soberano. Eram como "reinos unidos ao de Espanha". As autoridades criadas pelo povo, como aconteceu durante a crise napoleônica, não tinham jurisdição na América.

C — A organização colonial só tomou forma definitiva no século XVI, quando a unidade política na Espanha se tornou um fato consumado e, a monarquia era francamente absoluta, apoiada na teoria do "direito divino". Os reis eram absolutos e nada se opunha às suas vontades e, seus súditos deviam obedecê-los cegamente. Tôdas as limitações de poder real, que existiram antigamente na Espanha, como as Côrtes, as franquias comunais, a Justiça de Aragão, perderam totalmente sua eficácia.

Dessas condições resultaram:

1 — *A uniformidade do sistema legal.* O México e o Peru, áreas mineiras onde floresceram culturas precolombianas muito avançadas, eram governadas pelas mesmas normas vigorantes no Rio da Prata, região agropastoril, habitada por tribos indígenas seminômades e incultas.

2 — *A existência de uma legislação particular.* Desenvolveu-se paralelamente à geral, procurando acomodar-se às condições de cada região. Daí existirem, ao lado das normas gerais aplicáveis a tôdas as Colônias, disposições particulares destinadas a áreas determinadas.

3 — *Fiscalização de uns órgãos sobre outros.* Tinha em vista atenuar a política dos fatos consumados, propiciada pelas distâncias imensas e dificuldades de comunicações.

4 — *A exclusão do povo dos assuntos do Governo.* Os hispano-sul-americanos, como a população metropolitana, não tinham direitos políticos, não participavam pois do Governo, o que não lhes permitiu adquirir experiência política e administrativa.

5 — *A exclusão dos colonos das altas funções governativas na Colônia.* Isso decorreu da crença, de que a raça branca degenerava na América e, do temor de que os nativos, como era natural aliás, colocassem seus interesses acima dos objetivos perseguidos pela Metrópole.

6 — *A oposição entre o direito escrito e vivido,* entre a lei vigente e sua aplicação. Decorreu em alguns casos, da urgência das medidas a tomar e, em outros, dos abusos das autoridades coloniais.

## II — ÓRGÃOS DO SISTEMA COLONIAL ESPANHOL

### 1. Na Metrópole

*O Rei* — Era a peça mestra do Sistema (diferença para o Português). Estava resguardado de toda responsabilidade pela teoria do direito divino. Pela Bula de Alexandre VI, a América tinha sido doada à Coroa de Castela. Era, pois, uma propriedade do Rei de Castela, que dava e administrava suas terras como objetos pessoais. Havia, pois, fusão da propriedade e da soberania, uma das características do Sistema Feudal. Além disso, cabia-lhe, ainda, a administração da Igreja, estabelecendo limites para as Dioceses, recebendo impostos, nomeando para os cargos eclesiásticos quem melhor lhe conviesse, ou seja o Patronato da Igreja de acôrdo com a Bula "Oniversalis Ecdolias", de 1508, do Papa Júlio II. A ação fiscalizadora do Rei se exercia por meio das visitas e do Juízo de Residência.

*O Conselho das Índias* — Foi, em sua origem, um simples cargo exercido por Juan Rodrigues da Fonseca que tinha funções de Ministro das Índias no Conselho da Castella. Em 1519, foi organizado o Conselho sob sua Presidência e definitivamente regulamentada em 1524, quando foi substituído por frei Garcia de Noaiza. Cabia ao Conselho a função de executar a vontade do Rei. Nomeava funcionários, elaborava leis, fiscalizava o Governo e os funcionários estabelecidos na Colônia, formulava projetos de leis e regulamentos. Funcionava como Tribunal Supremo e supervisionava a Casa Contratación. Por meio da Junta de Guerra, aprova os officios militares e direção da Armada. A partir de 1714, começou a perder sua importância em face da organização de outros órgãos, como a Secretaria da Guerra e da Marinha e a de Despacho Universal das Índias. Foi extinto em 1812.

*A Casa de Contratación* — Foi fundada em 1503, tendo inicialmente um Tesoureiro, um Fiscal e um Secretário e, sede em Sevilha. Posteriormente seu quadro de funcionários foi aumentado extraordinariamente

e passou a funcionar em Cadiz (1718). Fiscalizava as relações comerciais entre a Metrópole e as Colônias, organizava proteção das frotas comerciais. Servia de escola de navegação e, de órgão de pesquisas oceanográficas. Foi extinta em 1790.

*Consulado* — Eram tribunais para julgar questões de caráter comercial. Compunham-se de um presidente, dois cônsules, um número variável de vogaes, síndico com mandato de dois anos e funcionários permanentes como tesoureiro, secretário e contador. Em 1518 instalou-se o Consulado de Burgos e em 1556 o de Sevilha. A notória utilidade desses órgãos determina a criação dos Consulados de México, Lima, Caracas, Chile e Buenos Aires. Tiveram funções de fomento econômico, abrangendo agricultura, pecuária, mineração, indústria, portos, carros de transportes.

## 2. Na Colônia

*Adelantado*. — Era concessionário de terras doadas pelo Rei. Foi o instrumento do descobrimento e conquista da terra. Gozava de poderes executivos e judiciários, que, na prática, se transformaram em poder absoluto. Designava representantes seus para administrarem, com a cooperação das populações locais, povoações ou regiões do país. Esses funcionários, organizavam, então, governos locais, que se denominavam *Ajuntamentos*. Dêles saíram mais tarde os *Cabildos*.

*Vice-Rei* — Era a mais alta autoridade executiva na Colônia, estando diretamente subordinado ao Rei por intermédio do Conselho das Índias. Era o mais alto chefe militar, nomeava funcionários subalternos e desempenhava o vice-patronato nos assuntos eclesiásticos. O mais antigo Vice-Reino foi o do México, criado em 1529. Presidiam a Audiência, sem voz nem voto.

*Capitães-Generais* — Tinham atribuições semelhantes às do Vice-Rei, quando nomeados para Capitânicas autônomas. Em outros casos estavam subordinados ao Vice-Rei. Foram inicialmente meros comandos militares.

*Governadores*. Eram titulares de Governos, geralmente subordinados, politicamente, a um Vice-Rei, embora tivessem plena autonomia administrativa. A nomeação para esse cargo era feita pelo Conselho das Índias. Substituíram os adelantados.

*Comandâncias Militares* — Eram órgãos militares que deviam operar em regiões de fronteira, ou em que houvesse perigos de incursões dos indígenas.

*Corregidor* — Era o primeiro magistrado municipal. Tinha atribuições de Governo: manter a ordem, dirigir os trabalhos, fiscalizar o estado da Fazenda. No judicial, possuía direito de alta e baixa jurisdição. Estava ligado ao Vice-Rei e à Audiência. Era o fiscal das autoridades do *Cabildo*.

*Audiência* — Inicialmente foi apenas um Tribunal Permanente que funcionou na ilha de São Domingos, a partir de 1511. Depois se transformou no mais alto Tribunal da Colônia. Mais tarde, recebeu atribuições para fiscalizar e julgar os funcionários da Coroa, inclusive o Vice-Rei, adquirindo assim, poderes administrativos. Quando o Presidente da Audiência acumulava funções executivas e judiciárias, o órgão recebia o nome de Presidência. Era constituída de ouvidores, nomeados pelo Rei e outros funcionários. Na ausência da autoridade executiva, cabia ao Presidente da Audiência substituí-la. A Audiência mais antiga foi a de São Domingos, fundada em 1526.

*Cabildos* — Eram órgãos de administração municipal, constituídos de alcaides e regidores, com mandato de um ano. A princípio, os Cabildos podiam eleger Governadores, no caso de ausência do cargo. Suas atribuições eram, entretanto, puramente locais e, se limitavam a questões de polícia, solução de problemas locais (legislativo) e julgamentos de primeira instância (judiciário). Os Vice-Reis podiam vetar a nomeação de regidores que era feita por designação dos antigos, ou arrematação de cargo em leilão público. Quando se tratava de tomar decisões, que interessavam a toda população, esta era convocada para participar da reunião do Cabildo, que se transformava num Cabildo Aberto, onde era livre a discussão do assunto. Não podemos considerá-los como órgãos democráticos, pois o povo não intervinha em sua organização, os cargos podiam adquirir-se por compra, em alguns casos.

*Intendências* — Foram instituídas em 1781, mas organizadas em 1764, em Havana. Visavam levar a administração, até então dispersa, nos Cabildos, ao plano regional, centralizando-a. Estruturavam assim politicamente as diferenças sociais e geográficas próprias de cada região. Criaram, entretanto, novas despesas. A execução desse novo sistema não pode produzir todas as conseqüências, devido à eclosão do movimento de Independência. Influíram poderosamente na formação das aspirações federalistas.

*Governo eclesiástico* — Foi organizado na América da mesma forma que na Espanha. Os bispos tinham sob sua jurisdição os tribunais eclesiásticos, os curas diretores que serviam nas paróquias, os missionários. Cada Catedral tinha um Cabildo.

*A Inquisição* — Foi estabelecida na América em 1571. Cabia-lhe julgar os herejes, os sacerdotes relaxados e os indivíduos que dessem testemunho de maus costumes. As penas eram terríveis: cremação em vida no meio de uma grande festa, confiscação de bens, reclusão perpétua, abjuração. Proibia a leitura de livros contrários ao dogma católico, que ofendessem ao pudor e pudessem levar o povo a faltar com o respeito ao Governo. Um catálogo impresso, em 1790, continha 5.420 autores que não podiam ser lidos e, uma infinidade de livros anônimos cuja venda, ou introdução, era severamente punida.

Todo esse sistema estava, na prática estruturado para: assegurar ao Rei de Castela a plena propriedade de sua possessão e a maior renda

que dela pudesse auferir (Pacto Colonial); assegurar aos espanhóis de nascimento o pleno direito ao exercício dos cargos públicos por mais incapacitados que fossem para exercê-los, embora as leis timbrassem em equiparar os direitos dos americanos e dos espanhóis. Verificou-se que de 170 Vice-Reis, apenas 4 foram americanos de nascimento; de 602 capitães-generais, somente 14 tinham nascido na América; de 706 bispos, eram americanos apenas 105. O sistema possui desde o início, órgãos específicos para as Colônias, que vão evoluindo ou se adaptando às necessidades coloniais.

### 3. Repartimiento e Encomienda

#### a. Conceitos :

A "encomienda" era o direito concedido, por mercê real, ao benefício dos índios, para receber e cobrar os tributos dos silvícolas que lhes fossem "encomendados", durante toda sua vida e a de um sucessor, de acordo com a lei de sucessão, com a obrigação de cuidar do bem-estar do índio, tanto espiritual como temporal, e residir no local onde estivesse a encomienda. Era, portanto, o sistema, pelo qual, determinado número de índios era posto sob as ordens de um espanhol, latifundiário ou proprietário de mina, para que recebesse instrução e meios para viver, mediante a prestação de serviços e imposto devido ao Rei. Com ela, o "encomendero" recebia o encargo de cuidar do bem-estar dos índios. Tinha, portanto, o caráter de um dignatário.

*Repartimento* era a repartição de terras, de mão-de-obra, ou mesmo de mercadorias, vindas do Reino, pelos "encomenderos" e os índios.

Teoricamente, o índio "encomendado" diferia do escravo pelos seguintes motivos:

1 — Não era vassalo do "encomendero", mas do Rei, a quem pagava um tributo indireto, pois que o "encomendero" pagava um imposto ao Rei por "encomendado" que tivesse.

2 — Os direitos do "encomendero" sobre o "encomendado" eram inalienáveis. Não podia vender, nem emprestar, nem alugar, nem dar o índio ao seu serviço.

3 — O índio "encomendado" podia possuir bens próprios, móveis e imóveis, e tinha direito a determinado número de dias para trabalhar por conta própria.

4 — Quando os índios repartidos se destinavam ao trabalho nas minas, recebiam o nome especial de "Mitaios". Trabalhavam em grupos ou seções (mitas), a fim de que pudessem dispor de algum descanso.

— O índio que trabalhava na agricultura era geralmente chamado "yanacono".

— O sistema era rigorosamente codificado pela "Recopilación de las leyes de las Indias", mas essa legislação nunca foi obedecida. Resultou então, na exploração intensiva do trabalho índio e se transformou no



maior responsável pela dizimação da população indígena. Os "mitaios" morriam aos milhares e eram sempre substituídos por outros índios, pois o negro não suportava o trabalho nas alturas em que ficavam as minas e eles próprios não estavam habituados à exploração mineira.

— Em resumo, pode dizer-se que o regime de "encomienda" permitiu (1) a exploração das minas, (2) o trabalho agrícola, (3) foi responsável pela dizimação da população indígena (4) contribuiu para a maior percentagem de indígena na mestiçagem das populações estabelecidas nas regiões de grande altitude, (5) contribuiu para o ódio do indígena ao branco e (6) para as divergências entre os colonos e os jesuítas.

#### b. Origem da "encomienda":

— A origem da "encomienda" se encontra na idéia medieval do "senhorio" e na romana do "Patrocínio". Em Castela houve dois tipos de senhorio. No primeiro, conhecido como "bahetria" e que mais se aproxima da "encomienda" sul-americana, os homens livres punham suas terras sob proteção de um senhor leigo ou eclesiástico. No segundo, os señorios eram senhores, donos de terras, e as entregavam aos rústicos, em troca de tributos e serviços.

— Mas a criação da "encomienda", instituída na América por Colombo, resultou, principalmente, das seguintes necessidades:

1 — Falta de suprimentos básicos em Espanha e na América, obrigando Colombo a aproveitar a mão-de-obra indígena no trabalho agrícola, para que os colonos espanhóis pudessem sobreviver.

2 — Necessidade de intensificar o trabalho nas minas, para fazer economicamente rendosa a colonização, obrigando Colombo a aproveitar os índios, seja como mão-de-obra, seja para o transporte de cargas.

3 — Necessidade de acostumar os índios ao trabalho, em muitos casos indolentes e avessos ao trabalho sedentário, ou de combater a resistência passiva que ofereciam aos espanhóis.

4 — Necessidade de instruir os índios nos costumes europeus.

5 — Necessidade de atender aos reclamos dos colonos, cada vez mais ávidos por mão-de-obra para incrementar o trabalho agrícola e o das minas.

#### c. Abolição da "encomienda":

A "encomienda", por razões éticas, políticas, e até mesmo econômicas recebeu um combate tenaz, logo após sua instituição.

A primeira medida tomada pela Coroa para abolir a "encomienda", foi a de gravá-la com tributos que foram até um terço da renda, como no Peru. Os Bourbons adotaram uma política ainda mais rigorosa, aumentando as tribus e suprimindo as "encomiendas" dos ausentes. Data de novembro de 1719, a medida que extinguiu as "encomiendas" vacantes e as que viessem a sê-lo. Esse sistema, combinado com o de tributo, acabou por extinguir a "encomienda", sem maiores dificuldades.

#### 4. As Capitulações

O Regime de Capitulações foi o vigente durante os anos do descobrimento e da conquista. Capitulação era o contrato, firmado entre a Coroa e qualquer pessoa ou entidade, para descobrir e conquistar determinadas terras, em que se estipulavam certos direitos e deveres. Às vezes, a capitulação só se referia a um serviço público, como estabelecer uma estação de pesca, explorar um canal. O Rei dava à Capitulação o caráter de mercê, ou de outorgamento, de concessão unilateral, mas isso não lhe tira a força de contratualidade, segundo Demétrio Ramos Perez.

A Capitulação decorreu de um costume medieval, do tempo da Reconquista. Tem sua origem na concessão em "señorio", das terras que se conquistassem. A princípio muito amplo, impedindo mesmo a fiscalização da Coroa, foi depois se restringindo, permitindo essa fiscalização, limitando a duração do privilégio, regulando a participação real nos seus lucros.

O direito de conceder Capitulações era do Rei. Houve casos em que a Casa de Contratación se ocupou do assunto, e as Leis Novas de 1552, deram essa faculdade às Audiências. Mas o que predominou foi o regime centralizado, particularmente, a partir do reinado de Felipe II, tão apegado ao sistema absolutista.

A Capitulação concedia ao beneficiário o direito de conquistar povoação e governo da terra submetida. As obrigações consistiam em custear a empresa com seus próprios fundos, fundação de cidades (duas, em geral) e de fortalezas. A partida da expedição deveria ser feita em prazo limitado, em geral um ano, e em sua organização devia haver um certo número de soldados, recrutados na península (hesto). Às vezes, as Capitulações estipulavam a participação da Coroa nos lucros (metais preciosos).

O sistema de Capitulação decorreu do caráter aleatório do empreendimento (descoberta ou conquista), da Coroa não desejar arriscar seus capitais, da falta de funcionários capazes de levar a cabo uma empresa tão difícil. Diante dessas dificuldades, a Coroa "capitulava" com uma pessoa ou grupo de pessoas, a cujo cargo ficavam todos os gastos e riscos da empresa, concedendo-lhe uma série de mercês, sem prejuízo de sua ação fiscalizadora. Não havia cessão da soberania, pois os concessionários se obrigavam a manter a fidelidade à Coroa, mas o Governo e administração das terras eram dadas como mercê.

Dêsse modo, se poderá concluir que a conquista de regiões como a Nova Granada, o Peru, a Bacia do Prata, foi feita por iniciativa e capitais privados, embora com permissão e fiscalização da Coroa. As expedições de conquista parecem, portanto, ter o caráter privado e não oficial, uma vez que não foram "declaradas, propostas, ou estabelecidas pela autoridade" (o Rei). A classificação rigorosa do caráter de uma empresa colonial, em privada ou oficial, só poderá entretanto ser feita com segurança, mediante a crítica da Capitalização correspondente, geralmente encontrada em seu texto completo, nos arquivos europeus. (Navarrete).

## 5. O tráfico comercial com as Índias

O traço de união entre a Espanha e suas colônias na América, haveria de ser forçosamente o mar e, do seu domínio decorreria, em grande parte, sua soberania sobre elas. Daí a constante preocupação que teve a Coroa, em estabelecer e assegurar suas relações marítimas com as Índias.

Apesar da intervenção dos piratas, desde os primeiros dias de colonização, o tráfico nessa fase se fez por meio de navios isolados e sem proteção.

A partir de 1521, em virtude dos reclamos dos mercadores, se constituíram Armadas para defender a rota das Índias. Em 1526, um corsário Francês aprisionou um navio, seu piloto, e se apoderou da "agulha náutica" que lhe permitiria conhecer a rota seguida pelos navios espanhóis. Esse fato obrigou a Coroa a estabelecer o sistema de "tráfico reunido", pelo qual todos os navios para cruzar o oceano se deveriam juntar em um porto determinado: Sevilha, na Espanha; São Domingos, na América.

Considerando, porém, que esse sistema não eliminava todos os riscos, se adotou, em 1528, o sistema da "Guarda", que consistia na proteção das frotas nas áreas infestadas pelos piratas. A esse procedimento seguiu-se o da "Armada de Polícia", que consistia na organização de uma frota, custeada pelos mercadores, para percorrer a rota das Índias, limpando-a de piratas. Pertence a esse tipo de proteção o contrato firmado pelos mercadores com a grande esquadra de Brasco Nunez de Vela, que operou de 1536 a 1537, e que alguns historiadores denominam "Esquadrões exploradores". Esse sistema vigorou até 1552.

A partir de 1552, o sistema foi substituído por outro denominado de "Armadas de Polícia e tráfico reunido". A Coroa mantinha em pé de guerra duas esquadras: uma, em águas espanholas, manteria livre o espaço marítimo entre a costa Andaluza e os Açores; a outra, na América, defenderia o tráfico entre São Domingos e os Portos de Caribe e do México. Os navios mercantes contavam com defesa própria, e viajavam em grupo de oito a dez.

A insegurança dos mares permanecia, porém. Surgiu assim, para resolver o problema, a cédula de 16 de julho de 1561, que estabeleceu o sistema de frotas. O sistema de frotas foi tornado obrigatório, proibindo-se taxativamente a saída de qualquer barco isolado, mesmo protegido. Anualmente havia duas frotas: uma em janeiro, outra em agosto, dirigida por um Capitão-General e um Almirante, até Dominica. As navas se separavam, prosseguindo as de Nova Espanha, sobre comando do Capitão-General, e a de terra firme, comandada pelo Almirante. Por motivos técnicos, o sistema não pôde ser mantido. Criou-se, então, em 1569, o sistema de "Frotas diferenciadas". Uma frota saía em abril e ia ao México (Vera Cruz); outra, em agosto, com destino a terra firme (Cartagena). As duas juntavam-se em Havana e regressavam à Espanha. Esse sistema foi consolidado em 1574 por uma cédula, em que se ra-

tificou a diferença das frotas e se instituiu a obrigatoriedade de procedimento. Vigorou até 1728. Havia ainda a frota do pacífico, com base em Callao e, a "Nau de Manilla", fazendo o comércio entre Acapulco (México) e as Filipinas.

## 6. Sistema de exploração mineira

### a. *Sistema de mercês* (1º a ser utilizado) :

Foi empregado durante a fase da conquista com estímulo ao descobrimento e ocupação de novas terras. O descobridor da mina recebia, como uma mercê real, o direito de explorá-la por prazo determinado, pagando à Coroa um tributo, que variou de dois terços até um quinto da produção.

### b. *Sistema real* (2º a ser utilizado) :

Esgotados os prazos das concessões, a Coroa deixou de renovar algumas mercês, passando a explorar diretamente as minas. O sistema não aprovou, apesar de existirem muitos funcionários experimentados nessa atividade.

### c. *Estanco* (monopólio) :

Foi empregado principalmente na exploração das minas de mercúrio de Huancavélica. A Coroa monopolizava a produção e a distribuía pelos interessados.

### d. *Sistema de arrendamento aos grêmios mineiros* (3º a ser utilizado) :

O grêmio era uma associação de capitalistas, que se propunha a explorar uma mina, mediante o pagamento de uma contribuição e a prestação de fiança. Autoridades da Coroa, superintendiam e fiscalizavam o trabalho, repartindo pelos membros da associação os "talhos mineiros" e os produtos acessórios (mercúrio e sal no caso da prata) e a mão-de-obra.

### e. *O sistema de Contrato* (4º e último)

Consistia na exploração de uma mina, ou um grupo de minas, por uma só pessoa, mediante determinados direitos e obrigações contratuais. A exploração era concedida, mediante leilão público. O sistema elevou a produção, mas pôs em perigo, algumas vezes, a própria mina, em consequência de procedimentos irregulares na sua exploração.

## 7. A Mita Peruana

Compreende-se sob o título de Mita, tudo o que significa aluguel forçado de trabalho. Representava mais um passo na evolução do aprovei-

tamento da mão-de-obra indígena. Inicialmente foi a escravização do indígena, pura e simplesmente. Depois veio a "encomienda", em que um determinado número de índios era entregue a um espanhol. A Mita, finalmente, reconheceu a organização dos povos submetidos e, reclamava do cacique a designação de grupos de índios para trabalharem em turnos, mediante pagamento. Os índios saíam de suas tribos, entregues pelo cacique, e cumprido o prazo de trabalho, regressavam aos seus povos, onde se poderiam entregar às suas atividades normais.

Os espanhóis apresentavam como justificação para emprêgo de sistema, a necessidade de obrigar os índios indolentes a trabalhar, a de fazer uma distribuição justa e extensa da mão-de-obra utilizável e, o interesse público, pois, sem o trabalho do índio a vida colonial desapareceria.

Houve vários tipos de Mita, mas o mineiro foi o mais utilizado no Peru. Padronizou-o o Vice-Rei Francisco Toledo, em 1575, logrando manter-se o sistema então instituído com escassas modificações. Esse Vice-Rei fez o primeiro Repartimento para o trabalho nas minas de Huancavélica e do Potosi. Cada mina dispunha de várias Províncias, em que eram recrutados os "mitayos". A de Potosi, por exemplo, tinha quinze distritos tributários, que deviam dar um contingente fixo de mão-de-obra, proporcional ao número de habitantes de cada um. Os distritos que mais forneceram trabalhadores foram os do Chuquito e Pacajes. Todos os índios, radicados no Distrito, eram obrigados a servir como "mitayos", a exceção, apenas, dos anciões, dos meninos, das mulheres e dos enfermos. Se um indígena quisesse eximir-se dessa obrigação, deveria pagar 2,50 pesos. O cacique pagava, também, quando não completava o contingente fixado.

Dois meses antes da data, em que havia de sair o contingente do Distrito, tornava-se público o número de índios requisitados para que cada cacique os fôsse alistando. O Corregidor nomeava o Capitão da Mita, a quem eram apresentados os índios recrutados, bem como a soma correspondente aos reservados (dinheiro pago pelo índio que preferia pagar a servir). O Capitão da Mita conduzia os índios ao local da mina, acompanhados, as vezes, de suas famílias, numa caravana que numerava cerca de 7.000 pessoas e os entregava ao Corregidor (com freqüência o Capitão da Mita ficava com o dinheiro correspondente a alguns índios reservados, dando-os como apresentados e desaparecidos durante a viagem).

No local da mina, o índio tinha assistência eclesiástica e sanitária. Os mantimentos eram fornecidos pelo Corregidor ou pelo próprio contratante da mina (repartimento de mercadoria).

Terminado o prazo de trabalho, variável de dois a quatro meses, o índio devia regressar ao seu povoado, mas, geralmente, não o fazia, ficando nas imediações da mina, ou fugindo na viagem de regresso. As minas peruanas atuaram desse modo, como provocadores de grandes migrações internas de indígenas, do que resultaram o povoamento de áreas muitas inóspitas, e a desintegração dos antigos povoados indígenas. Esse fato criou, também problemas para os futuros "Repartimentos", uma vez que regiões antes populosas se despovoaram, obrigando as autoridades

espanholas a trazer índios de áreas muito afastadas para trabalharem em Potosi ou Huancavélica. Isso explica os grandes contingentes de índios puros existentes na Bolívia e no Peru.

*Conceitos sobre sistemas de colonização :*

Colonização, no sentido estrito e puramente geográfico, é o aproveitamento dos recursos de determinada área por homens nela radicados, ou estranhos à sua paisagem. No primeiro caso, se chama colonização interna, no segundo colonização externa. Num sentido mais amplo, colonização pode referir-se, não apenas ao solo da área, mas à sua humanidade. Neste caso, no conceito moderno, colonização, aculturação, são termos sinônimos.

Com um critério simplista, as colônias foram classificadas em dois tipos: colônias de povoamento e colônias de exploração. Com isso se pretendia diferenciar, a ocupação do solo por colonos vindos de outras terras para trabalhá-lo em associação com os nativos, da mera utilização destes, como mão-de-obra.

Hoje, o problema é visto com melhor critério. Distinguem-se três tipos de colonização: a colonização permanente, colonização por enquadramento e colonização de posição.

A colonização permanente é aquela, em que, junto à população nativa, se instala definitivamente a população colonizadora. Este foi o caso, em geral, da colonização espanhola e portuguesa na América do Sul. Três subtipos podem distinguir-se na colonização permanente: por substituição, por repovoamento e por associação.

No primeiro caso, a população colonizadora substituiu a população nativa, destruindo-a praticamente. É o caso da Austrália e das Antilhas, logo após o descobrimento. No segundo caso, a escassez da população nativa é suprimida, com a imigração ou importação de outros grupos humanos, geralmente destinados ao trabalho por enquadramento. É o caso da entrada maciça de negros nas Antilhas e no Nordeste do Brasil, para suprir as deficiências de mão-de-obra. No terceiro caso, a população colonizadora só usa a nativa para o trabalho de exploração da terra, estabelecendo-se entre elas uma série de relações que, com o tempo, darão lugar a uma civilização nova, aproveitando os valores das duas que se misturaram. É um tipo de colonização civilizadora e humana, que reflete o sentido cristão da vida e, foi praticada na América, quase exclusivamente pelas Missões Religiosas.

A colonização por enquadramento consiste na permanência temporária de um reduzido número de colonizadores para dirigir os trabalhos da população indígena. Foi o caso da colonização das Índias Holandesas e, de certo modo, o praticado pelos espanhóis nos dois primeiros séculos de vida americana, através dos Sistemas de Repartimiento, Encomienda e Mita, dada suas intenções de regressarem à Metrópole, logo que enriquecessem.

A colonização de posição é a que se estabelece por motivos políticos, militares e comerciais. Como colônia, nascida de imperativos co-

merciais e militares, temos Dakar, que, pela sua posição, controla as rotas para África e América do Sul. Nascida de influências políticas, temos a colonização do Saara pela França, tendo em vista assegurar a unidade de seu Império Colonial Africano. Conseqüência de necessidades militares, temos Malta, o Alasca, etc. A tentativa de colonização holandesa no Brasil, pode ser classificada como colonização de posição. Nascida de necessidades comerciais, visava assegurar o contrôle das rotas marítimas, pela Holanda, e o combate ao comércio de Espanha e Portugal.

Nos limites destes conceitos, podemos dizer que a colonização espanhola e portuguesa na América, exceção feita ao trabalho empreendido pelas Missões Religiosas, foi, pelo menos inicialmente, de caráter puramente geográfico. O que aqui pretenderam fazer as duas potências colonizadoras não foi criar civilização nova, mas explorar os recursos das terras descobertas, de modo a obter o maior lucro, com a menor despesa e no menor prazo possível. As contingências, porém, modificaram esses desígnios iniciais. E, no caso de Portugal, a Colônia chegou mesmo a se colocar acima da Metrópole.

### III — EVOLUÇÃO DO SISTEMA COLONIAL ESPANHOL

A evolução de Sistema Colonial Espanhol pode ser estudada em três períodos:

#### a. *Primeiro Período (1492-1542)* :

Nesse Período predominou o Sistema de Capitulação, que visava o aproveitamento da iniciativa privada no reconhecimento, na conquista e exploração da terra descoberta. Inicialmente os poderes concedidos pelas Capitulações foram muito amplos, como no caso de Colombo. Mais tarde, quando se teve uma idéia mais segura da extensão da nova terra e, o atrativo dos metais e pedras preciosas multiplicou o número dos solicitantes, os Reis firmaram Capitulações, cedendo o mínimo de direitos jurisdicionais e o máximo de vantagens comerciais, sempre em caráter temporário, pois acreditavam poder, dentro de curto prazo, anular tais contratos e assumirem o Governo da Colônia.

#### (1) *Características da execução de Sistema* :

— A jurisdição unida à posse da terra — traço fundamental de feudalismo — transformou o descobridor e conquistador em verdadeiro senhor feudal, administrando a terra descoberta como propriedade privada. Vigorando as cláusulas estabelecidas nas Capitulações, se estabeleceu em cada região um direito local, que predominou sobre o geral. Os núcleos de população, protegidos pelo isolamento, organizaram suas próprias administrações, promulgando através dos "Cabildos" leis próprias.

— A força, dominando até mesmo a Justiça, era a regra na administração e nos conflitos, surgidos entre as diferentes autoridades.

— A luta pela vida, num ambiente hostil e desconhecido, contribuía para apagar as distinções sociais entre os colonos. Na sociedade rudimentar do primeiro século da colonização, havia reduzido número de classes sociais.

— Grande número de homens livres sob a proteção de um senhor agravava a feição feudal da administração colonial.

(2) *Vantagens e desvantagens do Sistema :*

(a) *Vantagens :*

— Quando as expedições ficavam a cargo de particulares, eram financiadas pela classe média das Metrôpoles, pelos comerciantes abastados, pela renda dos nobres. Evitava-se, assim, que os contribuintes, constituídos pelas classes inferiores, tivessem suas situações econômicas agravadas por essas despesas novas. O sistema beneficiou, pois, o grosso da população da Metrópole.

— A predominância, de direito local, nos primeiros tempos, foi vantajosa para as populações coloniais, que podiam resolver seus problemas locais de acordo com as características próprias de cada área. Houve equilíbrio transitório entre os interesses da Colônia e os da Metrópole.

(b) *Desvantagens :*

Para a Metrópole consistia na pequena renda que auferia. Para a Colônia consistia no excesso de poderes concedidos aos administradores, levando-os a cometer arbitrariedades e violências, que, geralmente, ficavam impunes. A população indígena foi a que mais sofreu, criando-se fundos ressentimentos entre ela e os conquistadores.

(3) *Resultados :*

— Permitiu o reconhecimento, a conquista e a ocupação sumária de grandes extensões de terras com pequenas despesas para a Coroa.

A fama dos tesouros indígenas, as generosas mercês concedidas pelo Rei, estimulavam a ação dos conquistadores, que precisavam saldar as dívidas contraídas para organização das expedições e realizar feitos brilhantes para consolidarem os benefícios recebidos.

b. *Segundo Período (1542-1715) :*

(1) *Aspectos políticos :*

Uma série de circunstâncias, como anulação do regime santafesino em muitas partes (pleito colombiano), criação da Casa de Contratación, morte da rainha Isabel, expansão crescente da conquista determinando o aparecimento de conflitos entre os conquistadores e complexos problemas de governo, conduziram a uma mudança, a princípio lenta e logo rápida e total, no Governo Supremo das Índias.



Por outro lado, havia motivos imperiosos que levaram a Coroa a mudar o Sistema de Governo das Índias, tanto no plano político, como no funcional. Entre os primeiros se alinham os conflitos criados entre a Coroa e os conquistadores, ou seus herdeiros, os quais olhavam como coisa dêles, o que na realidade pertencia àquela. Além disso os conquistadores cometiam abusos freqüentes, violências e, até mesmo, se rebelavam contra a Coroa, criando um clima de inquietação e rebeldia, que punha em perigo a própria colonização. Guerras de famílias e de castas se generalizavam, enquanto a Coroa, sediada a grande distância dos acontecimentos, se via impotente para solucionar os conflitos e questões que iam surgindo. Entre os segundos motivos estava a necessidade de substituir os conquistadores por pessoas alheias à conquista, que pudessem agir com maior equidade e isenção, governando com menor paixão pessoal e maior justiça.

Aliás a experiência de administração provara a saciedade, que o conquistador fracassara redondamente como administrador, impondo a necessidade de substituir o antigo regime de conquistadores-governadores pelo de governadores de officio.

Os Habsburgo que subiram ao trono, com a morte da rainha Isabel, estavam em condições de realizar essas modificações. Dispunham de recursos suficientes para estabelecerem nas Colônias uma administração semelhante a da Metrópole e, havia relativa facilidade para abolir as capitulações de caráter temporário e comercial.

O meio adotado para impor a dominação régia nas colônias foi a centralização de todos os poderes nas mãos do monarca, extinguido-se, gradativamente, as concessões comerciais e jurisdicionais feitas, ampliando-se as atribuições do Conselho das Índias, cerceando-se as liberdades municipais e os privilégios da Igreja e dos grandes senhores territoriais.

O Rei, não podendo administrar pessoalmente seus domínios, delega poderes, inicialmente, a um vice-rei, depois a vários, por motivos de ordem geográfica e política.

## (2) Aspecto econômico :

Durante os séculos XVI e XVII, todas as Nações européias ajustaram sua política comercial ao sistema mercantil, doutrina econômica que repousava sobre três princípios fundamentais:

1 — Os metais preciosos constituem a riqueza por excelência. A moeda fabricada com êles não é apenas um instrumento de troca, mas a própria riqueza. Daí a importância fundamental dada à exploração do ouro e da prata.

2. Os países, que aspiram enriquecer devem fomentar a aquisição da moeda metálica e evitar sua saída, mediante uma adequada organização do comércio. O comércio é assim considerado uma fonte de prosperidade para a Nação e de riqueza para o Governo. Deve, pois, ser regulamentado, em benefício do país, para evitar que sua riqueza seja prejudicada pelos interesses dos comerciantes.

3. A organização do comércio deve fazer-se de forma que as exportações superem as importações e, os pagamentos se façam com metais preciosos.

Essa doutrina embora não correspondesse bem à natureza da riqueza, tal como é hoje entendida, seduziu os homens de governo da época pela simplicidade de seu conteúdo. Dessa forma, tôdas as nações européias, mesmo a Inglaterra, reputada como modelo de liberalismo econômico, aplicaram seus princípios no comércio com os demais países e no comércio colonial. Resultou disso o monopólio comercial que, no tocante ao comércio colonial, se concretizou na reserva a Metrôple, com exclusividade, do direito de vender às colônias os artigos necessários para seu consumo e, de comprar-lhes os produtos que possuíam, impondo-lhes ainda medidas de restrição à implantação de indústrias locais. A Metrôpole considerava a colônia como uma fonte de recursos e, se cria com direito de explorá-la em seu exclusivo benefício.

A Espanha, baseada nessa doutrina econômica, organizou o mais severo monopólio, caracterizado pelas: centralização do comércio a um pôrto único na Espanha (sistema de pôrto único); oficialização das expedições comerciais (sistema de frotas); os barcos deviam ser construídos na Espanha e pertencer a espanhóis; proibição de tráfico inter-regional (os vice-reinados e capitánias-gerais não podiam comerciar entre si); restrições de impostos ao desenvolvimento das indústrias, havendo, em alguns casos proibições na implantação delas.

As conseqüências gerais da prática desse sistema foram as seguintes:

— Encarecimento e escassez de produtos europeus, agravados pelos impostos tão numerosos e elevados (avaria, almoxarifados, calcabala), que na sátira popular, permitiam ao Rei ficar com uma frota em cada três.

— Estancamento e preço reduzido para os produtos coloniais.

— O florescimento de contrabando praticado sob as mais diversas formas.

— O desenvolvimento da pirataria e do flibusteirismo.

(3) Características gerais da execução :

1 — Centralização política e judiciária através do Conselho das Índias, dos Vice-Reis, Capitães-Generais e Audiências. Relativa descentralização administrativa através dos Cabildos.

2 — Fiscalização de uns órgãos sobre os outros, particularmente, da Audiência sobre os funcionários da Coroa, inclusive Vice-Rei.

3 — Pagamento dessa custosa máquina administrativa com as rendas coloniais, obtidas através de impostos e gravames de toda natureza e, de uma arrecadação direta e muitas vezes violenta.

4 — Restrições sobre imigração de judeus e outros inimigos da Coroa, como os mouros e os considerados herejes.

5 — Delonga na solução de problemas políticos e administrativos, e até mesmo militares.

6 — Afastamento dos crioulos dos altos cargos do Governo Colonial, confiando-os ao exercício de funções nos Cabildos.

(4) Vantagens e desvantagens do Sistema :

(a) Vantagens :

— A substituição do governo de particulares pelo de funcionários reais trouxe melhor distribuição de justiça, particularmente para os índios. Foram reduzidos os privilégios dos capitalistas, dos nobres e dos religiosos. A existência de altos tribunais na Colônia facilitava a defesa dos interesses dos menos afortunados, seja em face dos grandes senhores, seja em face do poder real.

— A substituição do direito local pelo geral foi benéfica, uma vez que desaparecera paulatinamente o ambiente da conquista.

(b) Desvantagens :

— Multiplicaram-se as fontes de conflito com a fiscalização real, exercida por funcionários enviados diretamente pelo Rei (visitadores) facultadas de contróle recíprocas de uns órgãos sobre outros, resultando na desmoralização de altos dignitários, conflitos e confusão de atribuições.

— A crescente diversificação dos vice-reinados em função de desenvolvimento das Colônias, criara embaraços à execução das leis, uniformizadas em código de aplicação geral, promulgados por legisladores, que não raro desconheciam o Nôvo Mundo.

— À medida que a Colônia progredia e, se tornava apta a suprir suas próprias necessidades, o sistema monopolista se tornava cada vez mais opressor, com reflexos no desenvolvimento do contrabandô e no aprofundamento dos ressentimentos entre colonos e Metrópole.

— as rendas resultantes da exploração econômica da Colônia não eram aplicadas no seu desenvolvimento, ou no melhoramento das condições de vida das populações, sendo desviadas para Metrópole, que procurava arrecadar o máximo de recursos para empregá-los na defesa de seus interesses na Europa.

c. *Terceiro Período* (1715-1808) :

(1) Aspectos políticos :

A morte de Carlos II, ocorrida em 1700, sem deixar descendentes, foi uma das causas da chamada guerra de Sucessão de Espanha, terminada com a paz de Utrecht (1718), que reconheceu como Rei de Espanha o Duque de Anjou, neto de Luiz XIV, Rei de França. Inaugurou-se, assim, com Felipe V, a dinastia dos Bourbons.

Os Bourbons implantaram em Espanha as idéias francesas, baseadas na uniformidade e centralização administrativas, sob domínio absoluto do Rei. A política exterior se inspirou nos chamados Pactos de Família, entre os Bourbons de Espanha e de França, ocasionando a intervenção daqueles em guerras, em que não tinham interesse imediato.

O Governo, marcadamente personalista dos Bourbons, inspirado no chamado absolutismo ilustrado, fez prevalecer a autoridade das Secretarias de Estado sobre os antigos Conselhos. Diminuiu a importância do Conselho das Índias, criou novos Vice-Reinados e Capitânias Gerais, implantou o sistema de Intendências e melhorou a administração financeira com a criação do Tribunal de Contas, Aduanas e Juntas da Fazenda Real. Os estrangeiros até então severamente excluídos da Colônia, puderam nela entrar e se estabelecer com mais facilidades.

As principais reformas político-administrativas introduzidas pelos Bourbons foram as seguintes:

— Na *Metrópole* :

- 1 — Ultimou a unificação política do Reino.
- 2 — Consolidou o princípio do absolutismo monárquico.
- 3 — Procurou nivelar as classes sociais.

— Na *Colônia* :

Criou organismos centrais de administração da Fazenda e da Contabilidade, em cada Vice-Reinado, sob a chefia de um Superintendente, subordinado ao Secretário das Índias, a fim de dar melhor execução à política financeira.

Dividiu os Vice-Reinados em Intendência, confiadas a funcionários como plenos poderes para controlar os agentes nomeados pelo Rei ou pelos Cabildos.

Reduziu as atribuições dos Vice-Reis, que perderam parte de suas funções executivas, das atribuições judiciárias dadas aos Regentes que passaram a presidir as Audiências, dos poderes econômicos que passaram aos Superintendentes.

Aboliu as encomendas, reduziu a mita, secularizou as Missões com a expulsão dos Jesuítas e melhorou as condições de vida do escravo negro.

(2) Aspectos econômicos :

O sistema mercantil foi abandonado no século XVIII, com a mudança fundamental da doutrina econômica até então em vigor, decorrente de uma melhor compreensão das fontes e da natureza da riqueza. Os economistas, embora continuassem dissentindo em muitos assuntos da Economia, conciliam em afirmar que o ouro e a prata não constituíam a riqueza por excelência; que a moeda era apenas um símbolo representativo dela, que a indústria e o comércio deviam ser libertados das restrições impostas pelos governos.

Conseqüentes com essa nova orientação econômica, os Bourbons adotaram medidas para estimular as atividades industriais e comerciais da Espanha e, desenvolver o comércio com as Colônias, evitando a concorrência da Inglaterra. Os economistas espanhóis, embora admitissem o

monopólio existente, pediam que o tráfico colonial se desenvolvesse sem maiores entraves e restrições. Fomentaram, também, a organização de Companhias de Comércio, que contribuíram para o desenvolvimento de muitas áreas coloniais, como a Companhia de Guipuzeca, por exemplo.

As reformas mais importantes datam do reinado de Carlos III (1750-1788), a quem serviram ministros do porte de Aranda, Floridablanca e Campomanes. Ajudado por êles, e inspirado nas idéias da época, Carlos III manteve o monopólio, mas pôs em vigor uma série de medidas favoráveis ao desenvolvimento comercial. As principais foram:

1 — Estabelecimento de correios marítimos para facilitar as comunicações entre Espanha e suas Colônias (1764);

2 — Abolição de sistema de porto único, abrindo novos portos espanhóis ao comércio com as Antilhas (1765), Buenos Aires (1778), Yucatán, etc.

3 — Autorização para o comércio inter-regional nas Colônias. Intercâmbio entre Peru e Nova Granada (1763), na Gobernación do Rio da Prata (1776) e entre o Vice-Reinado do Prata, Chile e Peru (1778).

4 — Redução de impostos e criação da Secretaria de Despachos das Índias (1784), que limitou as atribuições confiadas à Casa de Contratación, logo depois de suprimida inteiramente (1790).

5 — Sancionou em outubro de 1778 o Regulamento Arranceles Reales para o comércio livre de Espanha a Índia, que criou treze portos na Espanha, Mallorca e Canarias, habilitados para o tráfico com vinte e quatro portos coloniais, entre os quais estavam Montevideú e Buenos Aires. O regulamento liberou de direitos aduaneiros numerosos produtos manufaturados espanhóis e, durante dez anos, produtos coloniais, como lã, as carnes, as madeiras, erva-mate, couros, etc. o que produziu grande florescimento econômico da Colônia, notadamente do Rio da Prata. O novo regulamento foi o primeiro passo para o comércio livre, que viria com a Revolução, mas não conseguiu abolir o contrabando.

#### d. *Conseqüências gerais do Sistema Colonial Espanhol:*

O Sistema Colonial Espanhol, aliado às condições geográficas da América Hispânica, produziu conseqüências de mais alta significação para a formação dos países hispano-sul-americanos. As principais foram as seguintes:

1 — O sistema de Capitulações criou uma elite colonial, constituída dos descendentes dos conquistadores, verdadeira aristocracia da terra, forrada de grande espírito de independência e com bastante consciência de seus méritos para defender direitos adquiridos e reivindicar novas vantagens. A Coroa, para manter seu domínio sobre as Colônias, foi levada a uma crescente centralização política, administrativa, judiciária e militar, que se traduzia na amputação paulatina dos privilégios e mercês outorgados aos conquistadores e aos seus descendentes. Por outro lado, visando ainda à defesa da soberania real, a Coroa afastou sistematicamente os crioulos dos altos postos administrativos da Colônia, ferin-

do-os profundamente no seu orgulho e nos seus interesses. Isso contribuiu fortemente para desenvolver no espírito da elite colonial a idéia de assenhorear-se do poder político da Colônia, a fim de melhor defender os direitos e regalias que tinham conquistado e auferir outros.

2 — O sistema monopolista de exploração da Colônia esgotou seus recursos econômicos, sem nenhum benefício para suas populações, que se viam privadas do fruto de seu trabalho, em benefício da Metrôpole. Esse fato gerou o empobrecimento da maioria dos colonos e, comprometeu o futuro econômico das populações coloniais, que se veriam, quando independentes, desprovidas de uma infra-estrutura econômica, que lhes permitisse uma vida verdadeiramente soberana.

3 — O não aproveitamento das formas mais avançadas da organização indígena, como a dos Incas, por exemplo, e o tratamento dispensado aos indígenas de modo geral, permitiria a formação de ressentimentos, que se refletiriam mais tarde na vida pública das Nações que sairiam da Colônia.

4 — A tradição individualista e autonomista do espanhol, a multiplicidade dos organismos político-administrativos-judiciários, as restrições ao comércio inter-regional, aliados às condições dissociativas da geografia, seriam causas fundamentais da fragmentação da Colônia em várias Nações independentes.

5 — A confusão de esferas de atribuições dos diversos órgãos, aliada aos limites diferentes, que configuravam o espaço que jurisdicionavam, seria mais tarde motivo de atritos entre as Nações, que lhes herdassem o território, os quais em alguns casos, desembocaria em guerra entre elas.

6 — A multiplicidade dos impostos e a forma com que eram arrecadados, gerou ressentimentos, que foram causas de perturbações da ordem além de entravarem, de um modo geral, o desenvolvimento da Colônia!

7 — A falta de experiência política das elites coloniais, o espírito autonomista de que se achavam imbuídas, os antagonismos entre as diversas classes sociais, dificultaram sobremaneira a organização política das Nações que saíram da antiga Colônia, contribuindo, de igual passo, para sua fragmentação e instabilidade política.

e. *Características gerais do Sistema Colonial Espanhol :*

— Tendo em vista os aspectos mais duradouros das medidas políticas, econômicas e sociais, vigorantes na América Hispânica, entre 1492 e 1808, alinhamos como características do Governo Colonial as seguintes:

1 — Centralização política, judiciária, militar, exercida através da uniformidade das leis, do Conselho das Índias com sede na Metrôpole e dos Vice-Reis, Capitães-Generais e Audiências, na Colônia. Relativa descentralização administrativa por meio dos Cabildos.

2 — A uniformidade do Sistema, traduzida na igual estrutura dos altos órgãos do Governo Colonial e, na unidade de legislação fiscal, penal e administrativa.

3 — Contrôles recíprocos de uns órgãos sobre os outros e do Rei sobre todos, gerando a confusão de atribuições, os conflitos de jurisdição e o desprestígio das autoridades reais.

4 — Imposição da língua espanhola e da fé católica como língua e religião oficiais, gerando o bilingüismo no primeiro caso e os excessos dos religiosos no outro.

5 — Isolamento político da colônia e restrições a entrada de estrangeiros, provocando a clausura política e intelectual.

6 — Preocupação em preservar a demografia indígena e nenhuma restrição à miscigenação.

7 — Exploração sob forma de monopólio da riqueza colonial, com restrições ao seu desenvolvimento econômico e circulação interna da riqueza, resultando na exploração intensiva dos produtos de maior cotação no mercado, gerando uma economia de ciclos, de caráter predatório.

8 — Exclusividade no preenchimento dos cargos públicos, que eram reservados aos espanhóis de nascimento.

9 — Aproveitamento da mão-de-obra indígena no trabalho das minas e dos campos, sem o cumprimento da legislação que os protegia.

10 — Ensino limitado às classes mais altas da sociedade colonial, sob rigorosa fiscalização da Igreja e da Coroa.

11 — Aproveitamento da Igreja na tentativa de incorporar a massa indígena à comunidade colonial e, como instrumento de fiscalização da lealdade dos colônos a Coroa.

12 — Distribuição de grandes tratos de terra aos espanhóis e seus descendentes, criando-se uma aristocracia rural de grande poder econômico e social.

#### BIBLIOGRAFIA

*Economía de la sociedad colonial* — Sérgio Bagu;

*Administração colonial luso-espanhola nas Américas* — Eulália Lôbo;

*História de la colonización española en América* — Dentrio Perez;

*Estrutura social de la colonia* — Sérgio Bagu;

*Instituciones políticas y sociales de América* — José Carlos Astolfi.

“O que acontecerá? A ignorância, preguiça, pusilanimidade, a perpétua inconstância e credulidade dos governantes ocidentais, permitirão à Rússia conquistar sucessivamente cada um dos seus objetivos.”

Karl Marx

## AMIZADE CHILENO-BRASILEIRA

Discurso pronunciado pelo Adido Militar do Chile,  
Cel Waldo Brucher Encina, na solenidade em que foi  
agraciado com a Ordem do Mérito Militar do Brasil.

“Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior do Exército, Srs. Generais,  
Srs. Adidos Navais, Aéreos e Militares, Srs. Oficiais.

E' com profunda emoção e ao mesmo tempo com forte sentimento  
de gratidão que recebo, nesta inesquecível cerimônia, a condecoração da  
Ordem do Mérito Militar do Brasil.

Bem sei que este ato faz parte de um esquema que caracteriza a tra-  
dicional gentileza e espírito de amizade e compreensão do Exército de  
Caxias. Mas, nesta ocasião, quero expressar-vos que nunca senti um de-  
sejo mais ardente de que esta distinção alcançasse a pessoa deste sol-  
dado de O'Higgins, tocando-lhe — eu lhes asseguro — no mais vivo, puro,  
e nobre de seus sentimentos.

Isto porque, durante dois anos tive a imensa felicidade de desem-  
penhar, entre vós, a função de Adido Militar e a ventura de vos co-  
nhecer. Posso dizer-vos que vi uma Nação ativa e independente, com  
clara consciência de seu futuro e disposta a cumprir o papel preponde-  
rante que lhe corresponde na orientação, progresso e bem estar de nos-  
sos povos.

Não foi em vão que minha vista e minha alma, infinitas vezes, se  
deslumbraram ante as fantásticas paisagens de vossa terra.

Não foi em vão que senti o caboclo, solitário na imensidão do Ama-  
zonas, conquistando o direito de viver no chamado “Inferno Verde”, do-  
minando-o hoje qual moderno bandeirante, e transformando-se amanhã  
no único colonizador possível de seus incalculáveis tesouros.

Não foi em vão que senti, como se fôsem na minha própria carne, os  
sofrimentos impostos pelos fenômenos climáticos, que castigam periôdi-  
camente, mas não desalentam o espírito resignado e corajoso dos serto-  
rejos, talvez os que mais amam a sua terra entre um povo como este,  
como o brasileiro, que se distingue por amar o seu solo entranhadamente.

Desnecessário me parece dizer-vos, que tive o privilégio de compar-  
tilhar das alegrias, da fé e das esperanças do homem do Este brasileiro,  
onde os maiores centros intelectuais semeiam, diariamente, em luminoso



3 — Contrôles recíprocos de uns órgãos sobre os outros e do Rei sobre todos, gerando a confusão de atribuições, os conflitos de jurisdição e o desprestígio das autoridades reais.

4 — Imposição da língua espanhola e da fé católica como língua e religião oficiais, gerando o bilingüismo no primeiro caso e os excessos dos religiosos no outro.

5 — Isolamento político da colônia e restrições a entrada de estrangeiros, provocando a clausura política e intelectual.

6 — Preocupação em preservar a demografia indígena e nenhuma restrição à miscigenação.

7 — Exploração sob forma de monopólio da riqueza colonial, com restrições ao seu desenvolvimento econômico e circulação interna da riqueza, resultando na exploração intensiva dos produtos de maior cotação no mercado, gerando uma economia de ciclos, de caráter predatório.

8 — Exclusividade no preenchimento dos cargos públicos, que eram reservados aos espanhóis de nascimento.

9 — Aproveitamento da mão-de-obra indígena no trabalho das minas e dos campos, sem o cumprimento da legislação que os protegia.

10 — Ensino limitado às classes mais altas da sociedade colonial, sob rigorosa fiscalização da Igreja e da Coroa.

11 — Aproveitamento da Igreja na tentativa de incorporar a massa indígena à comunidade colonial e, como instrumento de fiscalização da lealdade dos colonos a Coroa.

12 — Distribuição de grandes tratos de terra aos espanhóis e seus descendentes, criando-se uma aristocracia rural de grande poder econômico e social.

#### BIBLIOGRAFIA

*Economia de la sociedad colonial* — Sérgio Bagu;

*Administração colonial luso-espanhola nas Américas* — Eulália Lôbo;

*História de la colonización española en América* — Dentrio Perez;

*Estrutura social de la colonia* — Sérgio Bagu;

*Instituciones políticas y sociales de América* — José Carlos Astolfi.

---

“O que acontecerá? A ignorância, preguiça, pusilanimidade, a perpétua inconstância e credulidade dos governantes ocidentais, permitirão à Rússia conquistar sucessivamente cada um dos seus objetivos.”

Karl Marx

sulco, a alvorada do Brasil de amanhã, e onde se aninha, com extraordinária fôrça e vigor, a maior expressão da arte e da cultura de vosso admirável país.

Viajar pelo Sul, representou para mim não somente a comprovação da pujança de seus homens progressistas, como, também, sentir-me no meio de uma vida ativa, de trabalho febril e vertiginoso progresso. Foi, também, uma satisfação para mim, encontrar-me nos pampas de infinitos horizontes, com o temperamento ardente, allivo e sempre pronto para o combate, do vosso gaúcho.

O amalgamento verdadeiramente extraordinário de raças, constitui um fato da mais alta importância e significação, não somente para a atual civilização brasileira, se não para o mundo inteiro. Poucas Nações, no mundo em que vivemos, podem afirmar, como o Brasil, a inexistência do problema racial; problema, se se quiser situado em um plano de diferenças sociais e econômicas, mas não mais configurado como questão de discriminação racial, a ponto de poder-se afirmar que o Brasil é hoje a maior democracia racial da Terra.

Nisto, nós os chilenos compartilhamos plenamente de vossos pontos de vista; somos inimigos de qualquer preconceito racial, não só porque não cremos na pureza ética em termos absolutos, mas também porque nos recusamos a aceitar superioridades ou inferioridades raciais, como explicação exclusiva entre as diferenças que hoje se percebem entre as civilizações.

Permitam-me render a minha mais cálida homenagem ao Exército Brasileiro, na pessoa de seu melhor soldado, que encarna, por si só, o total de suas virtudes; refiro-me ao Duque de Caxias, cuja obra e personalidade, grandiosas, por escassez de espaço e tempo, nos é impossível destacar nestas palavras de despedidas. Basta-me entretanto dizer, que vosso Patrono por ninguém foi superado, em zêlo, firmeza, lealdade, abnegação e sacrifício ao serviço da Pátria e dos brasileiros, de ontem, hoje e amanhã.

Nunca terei palavras suficientes, para agradecer ao Exército Brasileiro o muito que aprendi no contato com os legítimos herdeiros das tradições, ensinamentos e virtudes de Caxias.

Presente em todos os recantos de vosso vasto território, em permanente contato com vossa gente, sensível às mais leves vibrações da alma nacional, o Exército do Brasil não representa apenas uma garantia da segurança da Pátria, mas constitui, igualmente, o mais firme baluarte da preservação de vosso patrimônio espiritual e social, tão valioso como vossas riquezas e vossa terra. Respeitador da Constituição, da Lei e do regime democrático, encontra-se identificado com todos os brasileiros que trabalham pelo bem comum, interpretando o lema de vossa bandeira — "Ordem e Progresso".

Conhecer os vossos mais altos institutos, foi não somente comprovar, mais uma vez, a vossa fraternidade, a afirmação de vosso espírito de camaradagem, a vossa eloqüente demonstração de pan-americanismo, mas também constatar o destacado grau de eficiência profissional, a profundidade, a atualidade de vossos estudos, a responsabilidade, seriedade e abnegação que põdes na vida diária, a serviço da carreira que haveis abraçado. Não me é possível destacar aqui, como quisera, todos os Institutos e tôdas as escolas que tive a honra de visitar; porém, quero, assinalar, agora, a magnífica impressão que me causou a vossa Escola Superior de Guerra, institucão nacional de altos estudos, destinado ao desenvolvimento e consolidação dos conhecimentos relativos ao exercicio de cargos de direção e planejamento da Segurança Nacional, a qual não tem similar na América Latina, já que somente pode ser comparada às existentes em potências como os Estados Unidos e França.

Não foi menos convincente a impressão que colhi da visita feita à vossa Escola de Estado-Maior do Exército, onde pude admirar o desenvolvimento de uma metodologia didática das mais modernas e eficientes.

Visitar os vossos quartéis, foi para mim admirar a excelência de vossos oficiais subalternos, a segurança e domínio de seus conhecimentos, a boa qualidade da "matéria prima", sempre bem disposta ao trabalho e à ação e o espírito de corpo, que se percebe em cada detalhe.

Desejaria destacar, com especial agrado, a admirável impressão que me causaram os Batalhões do Primeiro Grupamento de Engenharia do Nordeste, assim como a coragem e decisão dos pára-quedistas da Divisão Aeroterrestre.

No dia 7 de setembro tive a satisfação de transmitir a Sua Exa. o Sr. General Amaury Krueel, minha impressão sôbre o vosso brilhante desfile do dia solene da Pátria. Recordo-me que lhe disse: "os soldados de Caxias marcham com o coração". Quis, agora, trazer estas poucas palavras ao vosso conhecimento, porque para mim simbolizam o mais precioso valor do homem de armas brasileiro.

Desejo terminar rogando a Vossa Excelência, fazer chegar minhas expressões e sentimentos de gratidão às pessoas de Sua Exa. o Sr. Ministro da Guerra, General-de-Exército João de Segadas Viana, e ao Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, General-de-Exército Emilio Rodrigues Ribas Júnior, reiterando a êles minha fé inquebrantável, minha confiança ilimitada nos grandes destinos que, para o bem de nossos povos latino-americanos, o Brasil está cumprindo.



**FOREIGN LANGUAGE CENTER**

**Inglês para brasileiros — Português para  
estrangeiros**

**CURSO ESPECIAL PARA CANDIDATOS  
À EsCEME**

**TURMAS REDUZIDAS E HOMOGÊNEAS**

**PROFESSORES ESPECIALIZADOS**

**MÉTODO RÁPIDO E CIENTÍFICO**

**EQUIPAMENTO ELETRÔNICO**

**INSTALAÇÕES ULTRAMODERNAS**

**AR CONDICIONADO**

**MATRÍCULAS ABERTAS**

**Rua Santa Clara, 33 — Grupo 1106-8**

**(Esquina da Rua Domingos Ferreira)**

**Tel. : 36-2171**

**VISITE-NOS SEM COMPROMISSO**



# RIGIDEZ DA TRAJETÓRIA

“Tiros imprecisos desperdiçam munição e abalam a confiança que as armas apoiadas depositam na Artilharia.”  
(Do Manual de Campanha C-6-40.)

A. MACHADO DE PAIVA  
1º Ten de Artilharia

## I — PALAVRAS INICIAIS

Ao oficial de qualquer arma, em particular ao de Artilharia, nunca será demais recordar princípios e teorias que, transportados para a prática, ditam às regras e criam a técnica do tiro com os materiais de que a arma dispõe.

Este nosso pensamento levou-nos a folhear, com mais cuidado, a documentação da cadeira de Balística que guardávamos dos tempos escolares e fez com que nos detivéssemos num princípio que reputamos da maior importância, por sua aplicação na prática. Referimo-nos ao chamado *Princípio da Rigidez da Trajetória*.

## II — ESTUDO DO PROBLEMA

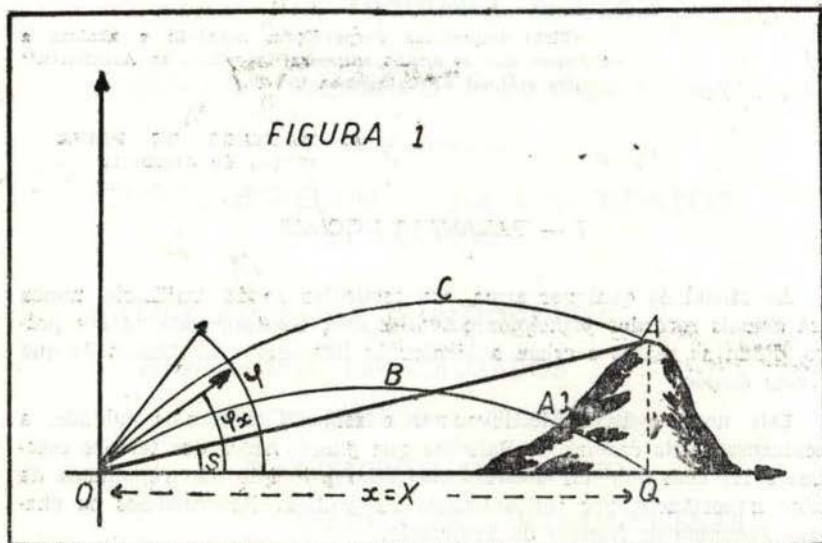
A introdução de hipóteses simplicadoras no problema principal da Balística Externa — “Escolhido um sistema de eixos fixos, a crosta terrestre, determinar, em cada instante, a posição, orientação e a velocidade de um projétil, de forma, massa, e superfície determinadas, conhecendo-se as condições iniciais do movimento” — veio substituir este problema, de certa complexidade, por outro teórico e grandemente simplificado — “movimento de um ponto material pesado, num meio homogêneo e em repouso, que lhe oferece uma resistência tangencial, função da velocidade”.

Tal fato tornou possível a aplicação, face ao que ensina a Mecânica Racional, das equações de Euler, já que podemos considerar nula a resistência do ar e referir o caminho descrito por esse ponto nesse meio — vácuo — a um sistema de eixos ortogonais, onde a origem coincidirá com a boca da arma.

Nestas condições, para se bater um alvo que se encontre no mesmo plano horizontal que passa pela boca da arma, bastará que se eleve o tubo de um ângulo dito de projeção —  $\varphi$  — correspondente à distância topográfica do alvo, valor esse retirado da tabela de tiro, convindo res-

saltar que, na prática, as tabelas fornecem o ângulo de tiro e não o de projeção, que se distinguem por ser este último, aquêle primeiro somado ao ângulo de salto,  $\varphi$ , em geral de valor muito pequeno.

O que, porém, ocorre geralmente no tiro real é a existência de um desnível entre a peça e o alvo a bater, surgindo daí o ângulo de sítio, representado na figura 1 pela letra S.



Vemos pela figura que, para atingirmos o ponto A de coordenadas A (x, y), não basta o ângulo de projeção  $\varphi_x$ , responsável pela trajetória O B A 1 Q; nosso projétil cairia fatalmente em A 1 e não em A. Admite-se, dentro de certos limites que adiante veremos, que para batermos o ponto A, basta somar-se ao ângulo  $\varphi_x$ , o ângulo de sítio S, devendo-se, em consequência, atirar com:

$$\varphi = \varphi_x + S$$

A resultado idêntico, chegaremos via algébrica, se tomarmos a equação da trajetória que passa pelo ponto A:

$$Y = x \operatorname{tg} \varphi - \frac{gx^2}{2V_0^2 \cos^2 \varphi}$$

Atentando-se que:

a)  $\operatorname{tg} S = \frac{y}{x}$

b)  $x$  (abscissa de A) =  $X$  (alcance da trajetória definida pelo ângulo  $\varphi_x$ )

$$c) X = \frac{V_0^2 \operatorname{sen} 2\varphi_x}{g}$$

Teremos:

$$\operatorname{Tg} S = \operatorname{tg} \varphi - \frac{\operatorname{sen} \varphi_x \cos \varphi_x}{\cos^2 \varphi}$$

Multiplicando-se e dividindo-se o segundo termo do segundo membro por  $\cos^2 \varphi_x$ , o que não provocará alterações, teremos:

$$\operatorname{tg} S = \operatorname{tg} \varphi - \frac{\cos^2 \varphi_x}{\cos^2 \varphi} \cdot \operatorname{tg} \varphi_x$$

ou

$$\operatorname{tg} \varphi = \operatorname{tg} \varphi_x \cdot \frac{\cos^2 \varphi_x}{\cos^2 \varphi} + \operatorname{tg} S$$

Poderemos fazer:

$$a) \frac{\cos^2 \varphi_x}{\cos^2 \varphi} = 1$$

$$b) \operatorname{tg} \varphi_x = \varphi_x$$

$$\operatorname{tg} S = S$$

$$\operatorname{tg} \varphi = \varphi$$

As substituições das tangentes pelos arcos, expressos no item "b" acima, só serão verdadeiras para pequenos valores de  $\varphi$ ,  $\varphi_x$  e  $S$ , o que também nos leva a concluir que  $\cos^2 \varphi_x$  e  $\cos^2 \varphi$  serão valores pequenos e aproximadamente iguais, o que tornará verdadeira a igualdade do item "a"; teremos então:

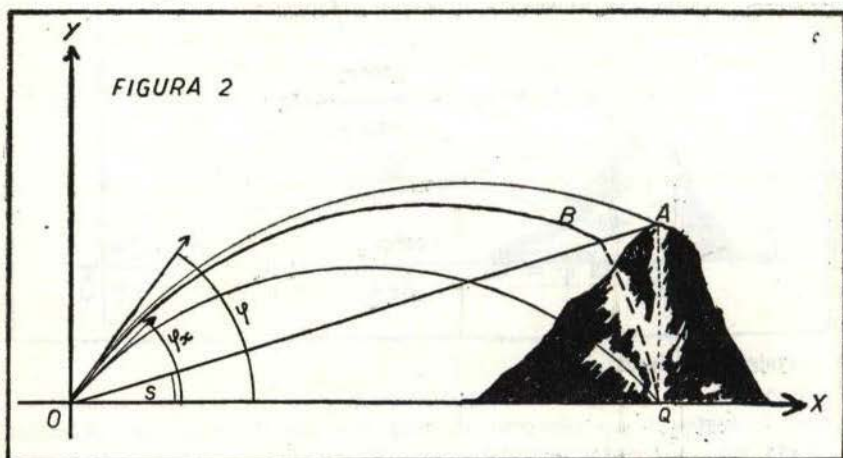
$$\varphi = \varphi_x + S \therefore \alpha + \varrho = \alpha_x + \varrho + S \therefore \alpha = \alpha_x + S$$

$$\therefore E = \alpha_x + S$$

expressão que nos permitirá enunciar o princípio da rigidez da trajetória:

“Quando se atira num alvo A de sítio diferente de zero, conhecidas a ordenada (diferença de cotas) e a distância topográfica do alvo, a trajetória que deve passar por A é a mesma que passa por Q, considerando-se que ela é rígida e que foi forçada a passar por A, face à rotação de + S que se lhe imprimiu.”

As substituições, acima feitas, leva-nos a concluir que tal princípio só será verdadeiro para o tiro tenso, em que  $\alpha_x$ , ângulo de tiro, não ultrapassa  $10^\circ$ , enquanto que S não poderá ficar fora dos limites de  $\pm 30'$  (valores práticos), porque em verdade o que ocorre, é que quando a reta O Q gira de +S, o ponto Q descreve um arco de círculo indo parar em B, não subindo verticalmente até A- (Fig. 2).



Nestas condições, o tiro necessariamente cairá curto de A, de uma quantidade AB, desprezível dentro daqueles limites, que, entretanto ultrapassados, torna necessário um acréscimo na elevação da arma, acréscimo êsse chamado *Correção complementar do ângulo de sítio*, que representaremos por  $\gamma$ .

Sendo assim, teremos, para bater o ponto A de atirar com:

$$\varphi = \alpha_x + S + \gamma \quad \therefore \quad \gamma = \varphi - (\alpha_x + S)$$

Seja através da equação da trajetória que passa por A, já anteriormente vista, seja por aquela que estuda a distância de tiro sobre a linha de sítio, ou ainda aplicando-se diretamente a hipótese de Aidé Hemoire que diz serem os abaixamentos correspondentes a dois pontos de mesma abscissa, inversamente proporcionais aos quadrados dos co-senos dos ângulos de projeção, quando se atira dois projéteis idênticos com a

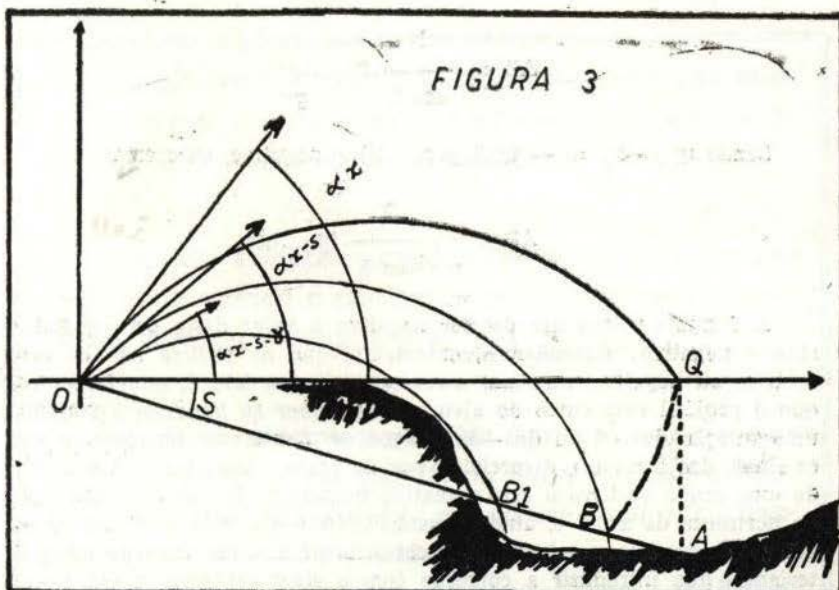


mesma  $V_0$ , mas com ângulos de projeção diferentes, chega-se a fórmulas que nos permitem obter  $\varphi$  da expressão acima, dando margem a arbitrar-se valores para  $\alpha_x$  e  $S$  e a organizar-se tabela de dupla entrada para determinação de  $\gamma$ .

Algumas tabelas nos dão o valor da correção para cada mais ou menos um milésimo de sítio e ensina-se que a correção será *sempre* do mesmo sinal do sítio, no caso do tiro mergulhante e de sinal contrário ao sítio, no tiro vertical, por motivos óbvios, mas sempre com o mesmo objetivo, qual seja cobrir o erro  $AB$ , mediante um alongamento da trajetória.

Não somos os primeiros a chamar a atenção para o que ocorre na aplicação deste princípio, para o caso do sítio negativo, mas nunca é demais repetir.

Consideremos o caso da figura 3, abaixo, quando o ponto  $A$ , a bater está situado abaixo do plano horizontal da arma, ou seja, de sítio negativo —  $S$



Raciocinando-se de modo análogo ao que fizemos para o caso do sítio positivo, vê-se claramente que o ponto  $Q$ , ao girar a reta  $OQ$  de  $-S$ , descreverá um arco de círculo vindo parar em  $B$ . Considerando-se ultrapassados os limites dentro dos quais o princípio é válido, surgirá o erro  $AB$ .

Para evitar-se o encurtamento do tiro, há que se acrescentar à elevação com que se vai atirar, a correção complementar do ângulo de sítio. Não é isto, entretanto, o que se faz na prática. Dá-se a essa correção o mesmo sinal do sítio, o que é verdadeiro estando o alvo acima do horizonte da arma, mas *errado*, a nosso ver, quando este sítio é negativo.

Atira-se, neste caso, com:

$$E = \alpha_x - S - \gamma$$

Com a elevação igual a  $\alpha_x$ , o tiro cairia em Q. Subtraindo-se S desta elevação, o projétil virá para o ponto B — curto de uma quantidade AB do ponto A que desejamos bater. A correção  $\gamma$  que ainda se subtrai da elevação  $\alpha_x - S$ , faz com que obtenhamos um impacto em B<sub>1</sub>, teoricamente curto de uma quantidade 2 AB do ponto A.

No tiro vertical, onde acréscimos de elevação correspondem a diminuições de alcances, o mesmo se dá, ainda que, obviamente, raciocinemos de modo inverso.

A determinação da grandeza do erro AB nos é dada pela fórmula:

$$AB = \frac{X}{\cos S} \cdot \text{tg} \varphi_x \cdot \text{tg} S$$

Sendo  $\text{tg} (-S) = -\text{tg} S$  para o sítio negativo, obteremos:

$$AB = -\frac{X}{\cos S} \cdot \text{tg} \varphi_x \cdot \text{tg} S$$

A fórmula acima nos diz ser negativo o valor deste erro quando o sítio é negativo. Entendemos, entretanto, que na prática não há erros positivo ou negativo, mas sim erros para menos, isto é, que fazem com que o projétil caia curto do alvo a bater, quer se imprima à trajetória uma rotação de +S ou de -S; porque se atentarmos tão-somente para os sinais das fórmulas, divorciando-nos da razão, chegaríamos à conclusão de que, sendo positivo o erro cometido quando o alvo se encontra acima do horizonte da arma e, ainda considerando-se que este erro que se evidencia no alcance, corresponde necessariamente a um erro de elevação, teríamos que introduzir a correção com o sinal contrário a êle (—) o que nos levaria a um resultado absurdo, face ao que já vimos.

Assim sendo, opinamos que se abandonem os sinais das fórmulas determinantes da grandeza do erro AB e atentemos tão-somente que, quer seja positivo ou negativo o sítio do alvo a bater, deveremos *sempre* somar a correção complementar do ângulo de sítio, quando os limites do princípio da rigidez da trajetória são ultrapassados e no caso do tiro

mergulhante, visto entendermos que, somente desta maneira, poder-se-á anular o erro daí decorrente. Logicamente para o caso do tiro vertical e tendo em vista o mesmo objetivo, *sempre* subtrair-se a correção.

### III — PALAVRAS FINAIS

Cremos ter exposto o problema de maneira clara e lógica. Apresentamos em razão do que sabemos, em ponto de vista nosso, nascido do estudo e do que consideramos bom senso. Utilizamo-nos da balística no vácuo, por entendermos ser o único caminho por onde poderíamos tatear o assunto, sem incorrerem em maiores tropeços; talvez, por isso mesmo, estejamos enveredando em soluções falsas. Foi nosso objetivo, entretanto, lançar a questão aos nossos camaradas e se por acaso se dignarem a ler este nosso trabalho, aos mestres do assunto, que certamente possuirão argumentos outros, contribuindo desta forma para o aumento dos nossos pequenos conhecimentos. Animou-nos, acima de tudo, a boa vontade e a esperança de sermos úteis.

*“Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes.*

*Mas nós também nunca perderemos de vista que tudo neste mundo é relativo, e que... quand on comprend tout, on pardonne tout...*

*Em tôdas as coisas desta vida é preciso não esquecer nunca a época em que elas foram feitas e o espírito que as ditou. Muito do que hoje nos parece deslocado e anacrônico, foi racional e aceitável a seu tempo, assim como o que hoje nos parece excelente, será criticável amanhã.”*

(Do Editorial do número 1 desta Revista — 10 Out 1913).

Se a próxima guerra será nuclear ou convencional parece difícil prever, mas podemos ter certeza de que, em qualquer caso, será precedida ou acompanhada de uma guerra insurrecional.

Desta forma, o que importa é nos mantermos preparados para enfrentar qualquer tipo de guerra, sobretudo para a hipótese da simultaneidade de ações nos campos externo e interno. Esse pormenor, para o caso brasileiro, impõe novas exigências à preparação do Exército, de modo a torná-lo eficiente e apto a atuar instantaneamente em qualquer dos casos considerados.

(Da aula inaugural na ECEME proferida pelo Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Emílio Rodrigues Ribas, Chefe do Estado-Maior do Exército.)

## LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **"Guerra insurrecional"**  
Ten-Cel João Perboyre de Vasconcelos Ferreira
- **"Comunicações via rádio, utilizando satélites artificiais repetidores"**  
Louis Pollack (Tradução autorizada do Cap Alberto Carrozzo)
- **"Memento de um capitão ao assumir as funções de comandante de subunidade"**  
Maj José Figueiredo de Albuquerque
- **"O professor militar"**  
Maj Jonas Correia Neto
- **"Formação das Repúblicas sul-americanas do Caribe e do Pacífico"**  
Gen Flamarion Barreto
- **"A segurança nacional e a guerra Fria"**  
Prof A.C. Pacheco e Silva

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO



Preço do Exemplar  
Cr\$ 50,00

SMG  
IMPrensa DO EXERCITO  
RIO DE JANEIRO — 1962